



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO MULTIDISPLINAR  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
INSTITUTO DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDT

OS LAÇOS DA EDUCAÇÃO POPULAR E DA AGROECOLOGIA NA  
PRÁXIS DA ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA  
IGUAÇU/RJ

SUZIANE HERMES DE MENDONÇA SOARES

*Sob a orientação da Professora*  
**Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
**Desenvolvimento Territorial e**  
**Políticas Públicas** da Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro inscrito  
na linha de pesquisa Sustentabilidade  
Socioeconômica e Ambiental.

**Seropédica, RJ**  
**Dezembro de 2015**

Ficha



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO MULTIDISPLINAR  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
INSTITUTO DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDT**

**SUZIANE HERMES DE MENDONÇA SOARES**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas** da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro inscrito na linha de pesquisa Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

---

Assinatura

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio. UFRRJ  
(Orientadora)

---

Assinatura

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Annelise Caetano Fraga Fernandez. UFRRJ

---

Assinatura

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca. PESAGRO

Dedico...

À minha Malu que é a melhor  
companheira que eu poderia ter e  
dividiu comigo sua biblioteca particular.  
Sinto-me feliz por ter você ao meu lado.

## **AGRADECIMENTOS**

Meu sincero agradecimento...

À Viviane Soares, minha irmã e primeira a concluir o Mestrado na família.

À minha orientadora Cristhiane, obrigada por ter acreditado em mim, respeitado minhas limitações e direcionado todo este trabalho.

À EMATER Nova Iguaçu, em especial a Mariella por toda disponibilidade e à Comissão Pastora da Terra por toda a resistência e luta.

A todos da Escolinha de Agroecologia, que o futuro não tenha limites.

A todos que cederam um pouco do seu tempo para conversas, entrevistas e curiosidades, vocês dividiram mais que uma fala, foi vida que percebi pulsante.

A todos do PPGDT, professores, colegas e Fernando pelos dias de aprendizado que levarei por toda a minha vida.

Obrigada!

## RESUMO

**SOARES, Suziane Hermes de Mendonça. Os laços da educação popular e da agroecologia na práxis da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu/RJ. 2015. 106p. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2015.**

O presente estudo busca compreender a Educação Popular como instrumento de fortalecimento cultural, de identidade e territorial, focalizando a cidade de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, que tem na Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu/RJ uma importante fonte de desenvolvimento da agricultura local. Essa pesquisa apresenta como problemática a Escolinha de Agroecologia como produto de um protagonismo de movimentos sociais e agricultores que utilizam em sua metodologia a educação popular como um catalisador de potencialidades das identidades, de autonomia, de entendimento do papel da agricultura familiar e da transformação social. Partindo desses princípios, essa dissertação apresenta como objetivo identificar e analisar a metodologia da educação popular e o desenvolvimento rural expressados pela territorialidade junto aos agricultores. Como metodologia utilizada no levantamento de dados, partiu-se da técnica “bola de neve” na realização das entrevistas; a análise de conteúdo auxiliou na discussão qualitativa. Ao pretender identificar uma territorialidade rural na região periurbana na construção de alternativas, foi encontrada uma proposta que permite aos agricultores uma práxis emancipadora e sustentável, que vem ajudando a traçar os rumos de um modelo de desenvolvimento territorial rural.

Palavras-chaves: Territorialidade; Agricultura familiar; Agroecologia

## ABSTRACT

**SOARES, Suziane Hermes Mendonça. The sorrows of popular education and agroecology in the praxis of Little School of Agroecology New Iguaçu / RJ. 2015. 106p. Thesis (MA Territorial Development and Public Policy). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2015.**

This study investigated the Popular Education as cultural empowerment tool, identity and territorial cohesion, focusing on the city of Nova Iguaçu, state of Rio de Janeiro, which has the Little School of Nova Iguaçu Agroecology / RJ an important source of development local agriculture. This research shows how problematic the Little School of Agroecology as a product of a role of social movements and farmers using in their methodology popular education as one of the identities potential catalyst of autonomy, understanding the role of family farming and social transformation. Based on these principles, this dissertation presents to identify and analyze the methodology of popular education and rural development expressed by the territoriality to farmers. The methodology used in data collection, broke the technique "snowball" in the interviews; content analysis helped in the qualitative discussion. When you want to identify a rural territoriality in per urban area in the construction of alternatives it found a proposal that allows farmers an emancipatory praxis and sustainable, which is helping to chart the course of a rural territorial development model.

Key - words: territoriality, family farming, Agroecology

## **LISTA DE TABELAS E FIGURAS**

Figura 1: Mapa de Nova Iguaçu

Figura 2: Linha do Tempo de Marapicu

Figura 3: Mapa do Estado de Rio de Janeiro

Figura 4: Tabela de relação de inscritos na Escolinha de Agroecologia

Figura 5: Diagrama com relações intersetoriais da Escolinha de Agroecologia

Figura 6: Mapa das Áreas de Proteção Ambiental e abrangência da EA

Figura 7: Gráfico Populacional de Nova Iguaçu

Figura 8: Processo Bola de Neve

Figura 9: Tabela de categorias

## LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

- AARJ – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
- AFERNI – Associação dos feirantes da roça de Nova Iguaçu
- APA – Área de Proteção Ambiental
- APRCV – Associação dos Produtores Rurais de Nova Iguaçu
- AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
- AUP – Agricultura Urbana e Periurbana
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CPT – Comissão Pastora da Terra
- EA – Escolinha de Agroecologia
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- FIPERJ – Federação da Pesca do Estado do Rio de Janeiro
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MST – Movimento dos Sem Terra
- NAF – Núcleo Agrícola Fluminense
- PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
- PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento Familiar
- STR – NI – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu
- UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 CAPÍTULO I - ASPECTOS DA NOVA RURALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: TERRITORIALIDADE E POTENCIALIDADE DA AGROECOLOGIA</b> .....	6
1.1 O território como lugar de construção das identidades.....	6
1.2 Agricultura e Agroecologia: relações urbano-rurais e suas transformações.....	12
1.2.1 Nova Iguaçu em destaque: perspectiva da Agricultura Familiar.....	12
1.2.2 Desenvolvimento Agroecológico na Agricultura Familiar.....	26
<b>2 CAPÍTULO II - O QUE NOS DIZ A EDUCAÇÃO POPULAR LOCAL SOBRE TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO</b> .....	32
2.1 A educação popular e sua práxis em áreas rurais.....	32
2.2 Escolinha de Agroecologia: espaço de educação popular e identidade social.....	44
2.2.1 As lutas sociais e a educação do campo.....	44
2.2.2 Os princípios da educação do campo: Escolinha de Agroecologia.....	50
2.2.3 Configuração da identidade social e das relações de poder.....	58
<b>3 CAPÍTULO III - SABORES, CORES E EXPRESSÕES DA TERRITORIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS À PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU</b> .....	67
3.1 A Caracterização da região analisada.....	67
3.2 Evolução da Metodologia Aplicada.....	73
3.3 Análise de Conteúdo.....	76
<b>4 CONCLUSÃO – OU O QUE AINDA ESTÁ POR VIR</b> .....	97
<b>5 REFERÊNCIAS</b> .....	101
<b>ANEXOS</b> .....	108
Anexo A – Roteiro das Entrevistas.....	108
Anexo B – Relatos das Entrevistas.....	110
Anexo C – Documento de sistematização da Escolinha de Agroecologia.....	128

## INTRODUÇÃO

A cidade de Nova Iguaçu teve sua importância na agricultura do país entre 1930 até 1939, enquanto a laranja era produzida na localidade com destino internacional. Durante a II Guerra Mundial a produção de laranja sofreu um grande declínio e mesmo ao fim da guerra os produtores não conseguiram se firmar devido a uma praga nas lavouras.

A agricultura resiste e durante mais de quatro décadas, Nova Iguaçu viveu praticamente uma inércia na economia relacionada à agricultura; a grande massa de mão de obra desocupada dirigiu-se em direção à metrópole. A iniciativa de promover uma Escolinha de Agroecologia foi da CPT - RJ – Comissão Pastoral da Terra - Regional Baixada Fluminense, baseando-se em experiência similar desenvolvida na região norte do Estado do Rio de Janeiro. Iniciou seu trabalho em 2007, com a Prefeitura de Nova Iguaçu, promovendo palestras aos agricultores. A Escolinha de Agroecologia para os agricultores da cidade e das cidades vizinhas ganhou expressão quando foi assumida pela CPT com o apoio da EMATER de Nova Iguaçu de forma direta desde o ano de 2008.

A produção da agricultura ocorrendo de forma que favoreça uma multifuncionalidade ou seja como pluriatividade em raízes sustentáveis, são relevantes para a viabilidade econômica e social do setor rural e para os consumidores. O que toma especial dimensão nesta região é a multifuncionalidade da agricultura, tendo em vista boa parte das áreas rurais estarem localizadas no entorno de áreas de proteção ambiental além da agricultura familiar ser vista como fonte de produção de alimentos saudáveis (CARNEIRO, 1999). A cultura rural necessita ser preservada, a ruralidade apresentada é uma construção, tendo relevância na Baixada Fluminense em contraponto as ocupações desordenadas principalmente favorecidas pela especulação imobiliária. Pensando ainda na Baixada Fluminense, podemos categoricamente apontar que houve, uma mudança seletiva na estrutura territorial dos municípios da Baixada Fluminense. Salientado por André Rocha:

Essa transformação acompanha as formas de desenvolvimento desigual, da produção capitalista do espaço. Logo, as áreas de riqueza e de incremento técnico são visíveis, todavia o aprofundamento de desigualdades é percebido nos mesmos níveis. Se de um lado há um crescimento da especulação imobiliária, sofisticação de alguns serviços, há também a perpetuação de problemas congênicos (ROCHA, 2014).

Para Hall (2006), uma cultura nacional vista como uma comunidade imaginada, tem três conceitos ressonantes: as memórias do passado, o desejo por viver em conjunto e a perpetuação da herança. A mutação ou a erosão desses suportes implica a possibilidade da

cultura nacional deixar de gerar identificações, portanto, pertencimento, propiciando a busca de outros valores aglutinadores. Carneiro (1999) por sua vez menciona a manutenção de tradições culturais (as quais designa de camponesas), sendo que estas não seriam incompatíveis com a modernização da sociedade que deve ser encarada apenas como uma nova fase, com novos objetivos, incluindo o que anteriormente era tido como “tradicional” e “atrasado”. O conjunto de reflexões entre Carneiro (1999), Hall (2006) e Wanderley (1995) nos levam a compreender a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas com uma reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura, possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural.

Santos (2002), por sua vez, destaca o sentimento de pertencimento e/ou identidade que as pessoas possuem em relação aos territórios em que vivem. Nas palavras do autor o território consiste no [...] chão da população, isto é sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das horas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.

Abramovay (2012) comentando sobre o território e as relações com o indivíduo explica que o seu entendimento não pode se limitar a compreensão física do espaço com relações entre indivíduos e empresas, ocorre uma manifestação de todo um tecido social, a presença de laços que ultrapassam questões naturais. Sendo assim, o território tem a presença dos laços com raízes históricas profundas, configurações políticas e o desenvolvimento econômico em meio as configurações políticas.

Nessa confluência sobre os complexos laços territoriais, encontramos um afrouxamento das fronteiras entre o rural e o urbano como parte da dinâmica do capitalismo e das demandas que ele sugere; campo e cidade estão cada vez mais se integrando e realizando trocas em dimensões consideráveis. Observa-se no Rio de Janeiro trocas cada vez mais intensas entre campo e cidade, contudo, não eliminam suas características sociais e culturais aos que permanecem com atividades rurais, são novas caracterizações no conjunto social por meio de uma reestruturação dos novos componentes econômicos, culturais e sociais.

É mister, perceber uma concepção do meio rural, enquanto um lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento. A sociedade brasileira baseada no senso comum parece ter nos dias atuais um mesmo olhar para

o meio rural de atraso, visto sempre como fonte de dificuldades, onde ocorre a miséria, a dificuldade de fixação, além dos problemas que envolvem as terras e o emprego (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Já o segmento associado à industrialização e/ou monocultura seria considerado o rural próspero.

Para Kayser (1990), o “rural” é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade).

A expansão da agricultura no país foi permeada por modernizações no maquinário e formas de plantio, ocorreu à constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o ambiente. No Brasil, a história agrícola está ligada à história do processo de colonização européia no qual a dominação social, política e econômica da grande propriedade foram privilegiadas pelos colonos que após o período escravista se tornou o empregador da mão de obra além de proprietário de terras. Assim, a grande propriedade impôs-se como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução, podendo-se pressupor que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1995).

Com relação à modernização, essa ocorreu de maneira parcial, no sentido de atingir alguns produtos, em algumas regiões, beneficiando alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo (GRAZIANO DA SILVA, 2001). Dessa forma, não só aumentou a dependência da agricultura com relação a outros setores da economia, principalmente o industrial e o financeiro, como o grau de desequilíbrio social e o impacto da atividade agrícola sobre condições ambientais.

Neste trabalho a significação da ruralidade é entendida conforme Carneiro (2012), na contraposição entre cidade e campo, urbano e rural, global e local, com seus processos de reconstrução contemporâneos de identidade que incorporam novos encadeamentos com os sistemas econômicos, ambientais, sociais e culturais. No trabalho serão apresentadas ideias centrais que norteiam a questão da nova ruralidade, a modernização no meio rural, além da questão principal quanto ao processo de desenvolvimento e da contradição com a urbanização expressada pela territorialidade junto aos agricultores na geração de poder social.

No entanto, como qualquer outro processo de investigação, esta dissertação contou também com algumas delimitações. A primeira refere-se ao objeto referenciado nos agricultores pautados sobre a centralidade da Agroecologia e pela reprodução social construída na práxis da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu/RJ. A pesquisa teve como objetivo geral a estratégia de ressignificação do ser agricultor familiar diante das dimensões da territorialidade na cidade de Nova Iguaçu (RJ), com o intuito de caracterizar as novas percepções no desenvolvimento rural executadas nessa localidade através da Agroecologia junto aos agricultores, bem como, o poder social gerado.

Este estudo se direcionou de forma qualitativa, usando a metodologia de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é usada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real. Aplica-se a tudo que é dito em entrevistas ou depoimentos, comportamentos e outras expressões culturais como instrumento de análise de dados numa apreciação crítica (BARDIN, 1977), através de categorias das quais as entrevistas foram dimensionadas. Aqui foram consideradas as análises de registros, análises de conteúdo e as categorias, salientando as análises como uma importante ferramenta na condução para o estudo de dados qualitativos com a intenção de evidenciar os indicadores e buscar a compreensão das realidades através da mensagem dada pelos entrevistados.

Esta pesquisa apesar das limitações e implicações teóricas e empíricas relativas aos processos da realidade vivida encontrou uma forte rede social utilizadas pelos agricultores da localidade. Isto porque a Escolinha de Agroecologia se esforça na apresentação geral da importância da educação de forma popular para os agricultores de Nova Iguaçu. Tornou-se fundamental também na pesquisa de campo o estudo, a compreensão e a caracterização dos instrumentos locais que exercem um poder social sobre as atuais práticas desenvolvimentistas rurais percebidas durante o período dedicado a essa pesquisa.

Para cumprir com os objetivos propostos e melhor refletir a pesquisa realizada, a estrutura da dissertação busca tornar mais didática a apresentação expositiva e argumentativa sobre o tema apresentado em capítulos. O pressuposto sobre a territorialidade encontrada em Nova Iguaçu junto aos agricultores foi potencializada e promovida pela Escolinha de Agroecologia, que fortaleceu a identidade e a reprodução social da cultura rural, mesmo numa localidade de grande expressão urbana.

O Capítulo I é o momento em que se expõem os atores envolvidos neste trabalho e é onde se caracteriza a área em que está inserido o estudo diante das mudanças promovidas pela nova ruralidade. Discutiremos o território, Nova Iguaçu, sua construção identitária e a valorização das raízes rurais, incluindo a relevância da Agroecologia como prática que

valoriza a cultura rural, conhecimentos de técnicas agrícolas e ecológicos para a agricultura familiar num processo de desenvolvimento sustentável. Os debates em torno da problemática da agricultura se estabelecem como subsistência e oferecem suas alternativas como geração de renda.

No capítulo II, procuramos analisar as especificidades da educação popular como instrumento de resgate do saber e do fazer, desde os atores que participam das aulas até à própria Escolinha de Agroecologia, que disponibiliza os mecanismos de educação no campo e o empoderamento dos agricultores estabelecido como esta estratégia. Deste modo, visamos problematizar as relações e de reproduções sociais existentes diante da grande expansão urbana, resistência aos processos de ocupações desordenadas com as tentativas de aniquilamento do rural.

No capítulo III, trazemos algumas informações específicas sobre a dinâmica de funcionamento da Escolinha de Agroecologia e suas parcerias. Apresentaremos algumas impressões e fatos relatados pelos entrevistados, os dados e a discussão proporcionada por esse conjunto. Por fim, apresentamos algumas considerações e apontamentos sobre os agricultores, suas expressões e resistências alcançados pela análise metodológica.

Nesta Introdução, se fez a delimitação temática da pesquisa, de forma a esclarecer quais objetivos se pretendiam atingir durante o processo de maturação da mesma. Além disso, buscou-se justificar a relação com o tema proposto, apresentando os métodos de análise utilizados ao longo do estudo e indicando como está organizada a dissertação.

# **CAPÍTULO I - ASPECTOS DA NOVA RURALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: TERRITORIALIDADE E POTENCIALIDADE DA AGROECOLOGIA**

## **RESUMO**

No primeiro capítulo, observaremos a agroecologia como uma ação desenvolvida no reconhecimento e valorização das experiências e conhecimentos dos agricultores, de forma conjunta com os conhecimentos fornecidos pela Escolinha de Agroecologia e incentivos de formas de organização social que tornam possível uma ação diferenciada em relação à agricultura familiar. Para adentrar tais perspectivas, detalhamos a configuração do território de Nova Iguaçu bem como as construções identitárias e os desdobramentos que envolvem a questão agrícola.

## **ABSTRACT**

In Chapter One, we will observe one A agroecology As there developed Action Recognition and Appreciation of experiences and Farmers' Knowledge, Joint way OS knowledge provided For the Little School of Agroecology and Organization que social forms of incentives make possible a differentiated action in relation to agriculture family . To enter Taís perspective detail the configuration of the New Territory Iguaçu As Well as identitarias Constructions and Developments That involves an agricultural issue.

### **1.1. O TERRITÓRIO COMO LUGAR DE CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES**

O Brasil possui um território de proporções continentais ocupado de forma diferenciada, com uma grande diversificação de sistemas naturais sobre os quais a história foi se fazendo de um modo também diferenciado. A forma como se utilizou a terra em atividades econômicas são chamadas de ciclos da economia: ciclo da cana de açúcar, ciclo da mineração, ciclo do café e o ciclo da borracha. Estas ocorreram de forma alternada, mas nenhum ciclo tendo fim com o início do outro.

O processo de globalização cria uma sociedade mundial complexa em rede sobre o território, porém sem a função política. As novas lógicas globalizantes presidem ações das firmas industriais e da formação de cidades globais, ao mesmo tempo em que exigem reconhecer diversos níveis de análise na economia e no território, sem esquecer nesse todo a irredutibilidade do local. (SANTOS, 2002)

Ainda segundo Santos (2002), a busca pelo entendimento do território atual, significa entre outros aspectos, a produção de um imaginário globalizante. Identificando uma intensa elaboração de concepções filosóficas e empíricas em relação à apropriação social do território e à necessidade de incluir o tempo nas análises modernas, assim sendo apresentando interesses de grupos nos processos de transformação.

As questões territoriais do Brasil sofreram nos últimos séculos e se encontram imbricadas com os contínuos processos de expansão de fronteiras. A história do Brasil é a história de seu território, ou seja, história territorial já que a expansão de um grupo social com sua própria conduta territorial confronta com as territorialidades dos grupos que residem nele. É o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social (SANTOS, 2002)

A questão da espacialidade, da territorialidade brasileira, é sempre deixada de lado nas discussões políticas brasileiras e nas formulações de Planos e Políticas Públicas. Os discursos produzidos sobre estas questões insistem em ignorar que as características essenciais da economia brasileira, ou melhor, dizendo, a formação sócio-espacial brasileira, a formação do território brasileiro, é produto das relações sociais no Brasil (SANTOS, 2002).

Nesse contexto, a territorialização surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam outras formas territoriais.

A noção de território segundo Santos (2002), permite uma noção de espaço, há para ele a necessidade de compreender o econômico, onde o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Por isso, o vigor do conceito convidado a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação *socioespacial* e o mundo.

A territorialização de uma determinada área não implica apenas na sua delimitação territorial. Para Sack (2011), o território só existe a partir do momento que as fronteiras criadas afetam o comportamento social através do controle de acesso por autoridades. A noção de territorialidade é utilizada de forma muito mais frequente do que território, a territorialidade é incorporada ao espaço quando uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas ou relações sociais, ou do controle de pessoas e de recursos pelo controle de uma área.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004). Tal como afirmado por Haesbaert (2004):

dentro dessas novas articulações espaciais em rede surgem territórios-rede flexíveis onde o que importa é ter acesso, ou aos meios que possibilitem a maior mobilidade física dentro da(s) rede(s), ou aos pontos de conexão que permitam “jogar” com as múltiplas modalidades de território existentes, criando a partir daí uma nova territorialidade (HAESBAERT, 2004).

Raffestin (1993) afirma que a produção do território se dá pelas relações de produção, conseqüentemente as relações de poder, do Estado ao indivíduo, através de malhas, nós e redes como podemos ver na seguinte citação:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993).

Raffestin (1993) ao discorrer sobre o assunto vai definir poder como uma combinação de energia e informação, onde energia pode se transformar em informação, isto é em saber, e a informação pode permitir que se libere energia, portanto poder está relacionado com trabalho, capacidade de transformar a natureza e as relações sociais.

De outra forma, Sack (2011) mantém igualmente uma escala muito ampla de território, que vai do nível pessoal, de uma sala, ao internacional, nunca a restringindo, como faz alguns cientistas políticos, ao nível do Estado-nação. Ele propõe uma visão de territorialidade eminentemente humana e social. Reconhece que a territorialidade é uma "base de poder", não a encara como parte de um instinto, muito menos associa poder exclusivamente com agressividade. Outro aspecto importante é que nem toda relação de poder é territorial ou inclui uma territorialidade. A territorialidade humana engloba o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado, mas ela é compreendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada.

Rogério Haesbaert (2004) apresenta ao menos três enfoques para o conceito de território: materialista, onde o território é recurso natural, distância física ou no limite um abrigo; idealista, associando território e cultura, campo do simbólico e dos poderes invisíveis; e um enfoque integrador entre as diferentes dimensões sociais: naturalista/biológica, relações de poder (Estado-Nação Moderno) e econômica. O território para Rogério Haesbaert (2002) é relacional, ligado ao movimento e às conexões e engloba as dimensões biológica/natural, política (das relações de poder), cultural simbólica e econômica.

O território é a área de influência e predomínio de uma espécie de ser vivo que exerce o controle desse espaço, sendo o ser humano; esse controle é mais voltado para os grandes

centros, onde há um maior movimento e estabilidade financeira, ao se afastar, em direção as periferias, o território passa a sofrer alterações, que no caso aproxima se de outros domínios. (SACK, 2011)

A territorialidade é mais ligada às questões de afetividade do território, onde os habitantes de tal território já criaram algum modo de sobrevivência e adquirem um valor emocional. É, portanto, que ao você se instalar em um determinado território, você passa a ser reconhecido como original do mesmo. A área da territorialidade não precisa ser delimitada, segundo Sack (2011), os indivíduos que estão exercitando o controle não precisam estar dentro do território, à territorialidade controla o acesso as coisas e as relações.

A rede no território pode ser um elemento constituinte, a rede possui um duplo caráter territorializador e desterritorializador e não anula o território: Para nossos propósitos, a característica mais importante das redes é seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador, o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser ora de sustentação, mais ‘interno’ ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais ‘externo’ ou desarticulador de territórios (HAESBAERT, 2004). O território-rede consiste justamente nesse caráter móvel do território, sobretudo na sociedade contemporânea, marcada pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação que conectam e ao mesmo tempo desconectam territórios, pois nem todos fazem parte do “circuito formal” de trocas. A ação das corporações produzindo territórios-rede ocorre de forma seletiva e dupla, pois conecta os agentes vinculados à sua lógica de reprodução do capital e ao mesmo tempo desconecta os agentes que não se enquadram nessa lógica.

A partir da visão foucaultiana apresentada por Romano (2002), amplia-se a noção de poder. É possível assim diferenciar alguns tipos de poder exercido. Temos o “poder para” fazer uma coisa (um poder generativo que cria possibilidades e ações), o “poder com” (que envolve um sentido de que o todo é maior que as partes, e o “poder de dentro” como a força espiritual (que reside nas pessoas) (ROMANO, 2002). Em todas as relações sociais são possíveis identificar o exercício do poder. O enfrentamento das questões que envolvem o mundo rural requer uma clara compreensão das relações de poder e dos tipos de poder exercido como é demonstrado pela idéia de relação de poder aparece, direta ou indiretamente, nos ensinamentos de todos os autores Sack, Santos, Romano, Raffestin e Haesbaert.

O local, mais que território físico, constitui-se em espaço de discussão social em que a problemática da inclusão e da manifestação política encontra campo fértil. A dimensão do fenômeno, nesse momento de crescente apropriação de tecnologias de interação, é tanto de expansão global quanto de conversão de interesses locais. Pulverizados por ações particulares

e individualizadas, com processos que desarticulam a diversidade de lugares, de paisagens e de território, formando assim uma realidade global fragmentada.

As antigas identidades que fixaram o mundo social, hoje perdem sua importância com o surgimento de novas identidades e fragmentação do indivíduo. Hall (2006) chama de “crise de identidade” o processo mais amplo de mudança que altera as estruturas centrais da sociedade moderna, alterando as referências que permitiam um mundo social estável.

Concebendo identidade em um contexto sociológico, Hall (2006) a define como o espaço entre o exterior e o interior, como projeções pessoais nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos os significados e valores, tornando tudo isso parte de nós como indivíduos, preenchidos de sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

Na contemporaneidade, além da mobilidade espacial apresenta-se a mobilidade simbólica, segundo Froehlich (2012), que se expressa pela capacidade do indivíduo mover-se entre vários universos culturais em diferentes escalas temporais. As identidades construídas tornam-se móveis e multiculturais. Em toda esta construção, a dimensão espacial local/regional exerce papel fundamental, ganhando importância e investimentos conforme sua potencialidade específica, ocorrendo até mesmo à concorrência entre as regiões. Boaventura (SANTOS, 2003) apresenta as identidades culturais como não sendo rígidas nem muito menos imutáveis, as identidades criam resultados sempre transitórios e fugazes dos processos de identificação.

Entendido como espaço plural, o ambiente rural integra diferentes modos de afiliação ou de identificação do território. Nesse sentido, a noção de “ruralidade” pode ser pensada como conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou a uma visão de mundo que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos. (FROEHLICH, 2012)

A ruralidade, segundo o autor Froehlich (2012), pode ser exibida através de seu processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos culturais locais na incorporação de novos valores, novos hábitos e novas técnicas. Giddens (1990) cita o alcance das mudanças e, salienta para o ritmo que estas se dão, afirmando ele que à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão, uma com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra. Como mostra Boaventura (SANTOS, 2003), a identidade se define na reinterpretação do transitório e fugaz, num constante processo de transformação e sucessão de temporalidade, podendo contribuir para uma formação e ainda assim, se manter no processo contínuo de mudança (SANTOS, 2003).

David Harvey (1989) fala da modernidade como uma experiência de tempo e espaço, caracterizada por um processo de rupturas e fragmentações em seu interior. Os ambientes e as experiências modernas cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da região e da ideologia, nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a humanidade de forma paradoxal. Considerando assim, uma continua mudança, renovação e contradição. A modernidade, segundo Harvey, acompanha uma fragmentação e sua fragilidade.

No argumento de Hall (2006), a globalização impacta na identidade, o tempo e o espaço são coordenadas básicas de todo o sistema de representação, representação entendida como todos os objetos que traduzem a simbolização através da arte e da comunicação. Diferentes épocas culturais têm diferentes formas de apresentar as coordenadas espaço-tempo. As narrativas devem conter a conexão do indivíduo aos eventos históricos.

A concepção de identidades culturais não são mutáveis e transitórias, estão em constante processo de transformação sendo responsáveis pela sucessão de configurações hermenêuticas que constantemente formam as identidades conforme encontramos em Boaventura (SANTOS, 2003).

As identidades coletivas encontram no ambiente rural suporte de um imaginário e de práticas de realocização, isso que dizer, a junção ou conexão ocorrida pela vida social, atividades econômicas, meios físicos, com apoio da história e da tradição, resgatadas ou reinventadas. Froehlich (2012) afirma que como estratégia de projeção dessa construção identitária, as localidades e os espaços rurais são perpassados pela intensificação das relações sociais.

Nesses movimentos, se entrelaçam as novas práticas, as antigas tradições, o moderno formando novo código cultural. As identidades assim construídas estão em processo constante de reelaboração. Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2003) apresenta a cultura com algumas restrições a sua mutação, com possibilidades muito específicas de abertura, entendida como autocriação quando encontrada num dado grupo social. Novas formas de utilização do solo e do território, promovem a diversificação e revitalização do social e cultural.

No Brasil, a cultura nunca se configurou diferenciada por completo de culturas exteriores, configurando um déficit de identidade pela diferenciação (SOUZA SANTOS, 2003). A análise crítica dos agricultores familiares e sua cultura deve considerar a ordem social dominante que os exclui do processo social.

A agricultura familiar disseminada no Brasil, de fato, apresenta uma dificuldade em sua conceituação teórica, em se definir um conceito e atribuir um valor à categoria. A idéia

central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna, a questão esbarra na constituição desse ator social: trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos (BUAINAIN, SOUZA FILHO E SILVEIRO, 2002). Esses mesmos agricultores devem adaptar-se às condições modernas da produção agrícola e da vida social; sua lógica tradicional – que, precisamente, permite defini-los como camponeses – é profundamente afetada por tal processo de integração econômico-social. O agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna (WANDERLEY, 2001).

Nesse contexto, o caráter multifuncional do espaço rural contemporâneo impõe novos desafios, conciliar as funções do território com as questões ambientais, sociais e culturais diante da ordem social imposta pelos dominantes na agricultura.

## **1.2 AGRICULTURA E AGROECOLOGIA: RELAÇÕES URBANO-RURAIS E SUAS TRANSFORMAÇÕES**

### **1.2.1 NOVA IGUAÇU EM DESTAQUE: PERSPECTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

O município de Nova Iguaçu não é somente a base territorial escolhida por ser o local de sede da Escolinha de Agroecologia, mas é também um excelente exemplo enquanto espaço urbano, onde as condições de vida de uma parte conseqüente da população se manifestam concretamente, pelos locais de moradia, pelas fontes de renda, e pelo acesso/exclusão aos bens de serviço. O município de Nova Iguaçu, localizado na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, teve seu processo de formação econômica ligado à agricultura, pois sua ocupação esteve inteiramente voltada à venda das mercadorias entre o Rio de Janeiro e o restante do país. Esta cidade exerceu, durante longo período de tempo, principalmente durante o ciclo do café do Vale do Paraíba, a função de principal porto de escoamento destas mercadorias, tendo como direção final as metrópoles européias e norte-americanas.

Uma parte significativa do desenvolvimento econômico e social da atual Baixada Fluminense esteve subjugada ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. A laranja foi

seu principal produto, porém, a Segunda Grande Guerra interrompeu a economia da região, deixando esta em estado de apatia por um longo período. Vejamos como se estabeleceram as atividades econômicas no território.

Como estratégia de controle ainda no início do século XVI, o território brasileiro foi dividido inicialmente como sesmarias. As primeiras sesmarias na Baixada Fluminense datam do ano de 1558. Nelas cultivasse a cana-de-açúcar e, através desse cultivo foram surgindo os primeiros engenhos que se dedicavam à atividade econômica predominante na época, a fabricação de açúcar e aguardente. Já em 1565, Estácio de Sá doou uma sesmaria às margens do rio Iguaçu a Cristóvão Monteiro, primeiro ouvidor-geral do Rio de Janeiro por este ter se destacado na luta para a expulsão dos franceses. Com sua morte, essas terras ficaram em mãos de sua viúva, que encontrou dificuldades para mantê-las, doando-as aos beneditinos (LAZARONI, 2001; PRADO, 2000). Os monges beneditinos foram posteriormente comprando outras propriedades na região e aumentando seus domínios e, desta forma, constituíram uma das maiores e mais antigas fazendas do Brasil: a Fazenda Iguassú.

No ano de 1719, Iguassú é elevada a categoria de freguesia curada, ou seja, Freguesia (distrito) com um Cura (padre). Este fato evidenciou o reconhecimento, por parte das autoridades coloniais, de uma área de ocupação com potencial econômico. As vias de circulação foram à espinha dorsal, na visão de Soares (1960), de toda a ocupação e futura urbanização de Iguassú e da Baixada da Guanabara. Devido a presença de extensas áreas de topografia plana ou suave, propícia à atividade e à instalação humana, a inexistência de relevos impedindo as comunicações terrestres entre o núcleo inicial e principal da metrópole e seu recôncavo, foram alguns dos elementos que possibilitaram a expansão da cidade em direção à Baixada da Guanabara (RODRIGUES, 2006).

As culturas de exportação contribuíram de maneira decisiva pois conferiram maior importância à cidade do Rio de Janeiro, com auge em 1763, com a elevação desta à condição de capital da colônia (SOARES, 1960). Neste contexto, a Vila de Iguassu contribuiu com o cultivo de três grandes culturas: cana, café e laranja. Além do cultivo destes produtos, as terras da Baixada também produziam, em menor escala, feijão, arroz, milho, mandioca e legumes.

O processo de decadência da lavoura açucareira foi acelerado pelo rompimento do monopólio português de produção e o sucesso do plantio nas Antilhas, que fizeram com que esta cultura não conseguisse a produtividade necessária para enfrentar a forte concorrência internacional. Em Iguassu, particularmente o desenvolvimento da atividade esbarrou também na falta de tecnologia, uma vez que os engenhos da fase colonial possuíam estruturas frágeis.

No início do século XIX o café não chegou a substituir a cana na Baixada Fluminense, pois seu plantio deu-se em novas terras ou naquelas que se apresentavam cansadas do plantio da cana. O cultivo dessa cultura foi realizado nas vilas de Tinguá e Estrela em Iguaçu e de acordo com (SOARES, 1960), o produto não projetou a região como grande produtora, mas como um dos maiores entrepostos no seu itinerário para a exportação. Outro efeito desta atividade foi o surgimento de aglomerações populacionais.

Como todo ciclo econômico, o do café também teve seu período de decadência, e entre suas causas estão a falta de mão de obra e o desgaste do solo. A fruticultura iniciada no fim do século XIX, em especial a laranja, substituiu o café, tornando-se o principal produto de exportação da Baixada durante algumas décadas.

Em uma primeira fase, os laranjais localizaram-se nas zonas dos morros, nos contrafortes e mesmo nas encostas da Serra de Madureira; porém, com a valorização do produto, o plantio alastrou-se pelas baixas colinas e planícies que já se encontravam drenadas, espalhando-se assim por vastas áreas do município.

O progresso projetado pela laranja fez com que o poder público investisse na abertura, melhoria e construção de estradas para facilitar o escoamento da produção bem como o acesso dos moradores à sede do município. Os exemplos desses investimentos foram a criação da Rodovia que liga a cidade do Rio de Janeiro a Petrópolis, Rodovia Washington Luís, a estrada Rio-São Paulo e a Avenida Automóvel Clube. Outra medida adotada foi à eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1938, até Nova Iguaçu. (RODRIGUES, 2006).

O ciclo da laranja na região fez-se entre os anos de 1920 e 1940, sendo que a partir desse último ano, começou sua definitiva decadência. Vários foram os fatores que levaram ao declínio desta cultura, sendo que o mais decisivo foi a deflagração da Segunda Guerra Mundial.

O fim do ciclo da laranja marca o início da transição e a transformação do espaço de Nova Iguaçu através do fracionamento das terras. Deve-se ressaltar que além do cultivo da cana-de-açúcar conforme mencionado anteriormente, as terras da Baixada também produziam, em menor escala, o feijão, o arroz, milho, mandioca e os legumes além da extração madeireira para lenha. Assim abasteciam-se as fazendas locais, bem como os mercados consumidores do Rio de Janeiro. Nas terras da Baixada, a produção de açúcar e de aguardente para exportação predominava como forma central de atividade econômica. A produção de farinha, milho, arroz e feijão e a extração de madeira tinham um caráter de subsistência, mas também se destinava ao abastecimento da cidade carioca. O mesmo aconteceu com os demais ciclos do café e da cana-de-açúcar.



Ao analisar a dinâmica recente da agricultura periurbana no município de Nova Iguaçu, Machado (2010) identifica, no planejamento e ordenamento espacial, o surgimento de políticas públicas que reconhecem a agricultura como atividade de grande importância no abastecimento de alimentos e na geração de emprego e renda. Para além da função produtiva, constatou-se a elaboração de estratégias da política local para manutenção de áreas agrícolas relacionadas aos interesses de controle e gestão da expansão urbana sobre o uso da terra. Algumas áreas agrícolas passariam a ser reconhecidas como “zonas de amortecimento”, de forma que os seus limites controlariam ações potencialmente impactantes da expansão urbana.

Tratando da agricultura urbana, esta é uma atividade com múltiplas funcionalidades, pois, para a sobrevivência de grupos de pessoas pobres na cidade, e para abastecer os grupos sociais mais favorecidos economicamente. Sendo assim, Mougeot (2000), diz que o conceito de agricultura deve ser pensado, levando em conta determinantes que influem na realidade: tipo de atividade econômica, localização da atividade, tipos de áreas utilizadas para este fim, sistema e escala de produção, tipos e destinação de produtos. Como afirma Wanderley (2001), o rural se integra ao urbano nos dias atuais, com significações específicas, sem perder seus atributos anteriores. O espaço peri-urbano, em princípio é caracterizado por estar na fronteira do rural com o urbano, sendo a faixa de limite entre estes espaços, é o entorno no qual se expande as cidades. A relação urbano-rural passa pela questão da relação de poder entre seus agentes, isto porque o uso e apropriação da terra são fundamentais no processo de produção dos espaços.

De acordo com dados divulgados pela EMATER Rio (2015) durante a fase de entrevistas, são mais de 1.000 propriedades agropecuárias na Baixada Fluminense, gerando 16.000 empregos diretos e indiretos. Por tratar de uma agricultura periurbana o cultivo da região é voltado a subsistência e está relacionado a questão da segurança alimentar, com uma produção de legumes, verduras e frutas.

No estudo de Soares (1960), havia a perspectiva de que com o fim do ciclo da laranja e o início da atuação dos agentes modeladores do uso da terra urbana, o rural passaria a ser um espaço estéril e, por consequência, as políticas públicas do município passariam a não considerar mais o uso agrícola da terra, indicando, assim, que a interferência e a diligência governamental favoreceriam os interesses urbanos.

É evidente que a expansão da cidade desloca áreas de interação rural-urbana para maiores distâncias, mas os processos de ocupação e uso da terra são recriados e a agricultura tem se mantido presente. Nas áreas onde o processo de intensa urbanização é recente ocorrem

processos de substituição de atividades agrícolas e de sistemas de produção, que passam a atender o crescimento urbano.

Ao considerar a exploração agrícola dessas áreas de forte interação rural-urbana, sobressaem as atividades da horticultura e da fruticultura, a forte presença da produção familiar de pequeno porte com níveis diferenciados de capitalização, os sistemas intensivos no uso da terra e de capital, a diversidade quanto ao objetivo comercial da produção e a forma de inserção nos mercados. Assim, é possível afirmar que, no processo de reestruturação espacial, mantêm-se expressivas as atividades agrícolas que tradicionalmente têm se localizado nessas áreas.

No Censo Agropecuário de 2006, último realizado pelo IBGE (2009), existiam 366 unidades de estabelecimentos agropecuários na região com aproximadamente 3.462 hectares ocupados, com 989 pessoas envolvidas nas atividades agropecuárias, sendo um percentual de menos de 1% da população vivendo da agropecuária nos últimos anos. Em 2014, a população estimada era de 806,177 mil moradores (IBGE, 2010), em uma densidade demográfica de 1.527,60 habitantes/km<sup>2</sup>. A população rural em 2010 quando foi realizado o último censo demográfico era de 8.694 entre homens e mulheres vivendo na área rural, portanto aproximadamente 2% da população do município vive no meio rural.

A ruralidade como uma construção histórica deve ser compreendida a partir da existência da identidade. Para Moreira (2015), as identidades equivalem à expressão de múltiplas ordens que se relacionam por meio de redes materiais e afetivas. Ainda segundo o autor, falar de ruralidade é também falar de seu par dialético, a urbanidade.

A agricultura familiar brasileira se apresenta de forma diversificada em todas as áreas rurais do país. Podemos incluir em tal categoria tanto as famílias que suas vidas são na extrema pobreza e exploram pequenas áreas em sua propriedade quanto os produtores inseridos na produção de maior escala direcionada ao agronegócio.

A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a herança culturais variadas, à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano, o capital social e assim por diante. [...] O universo diferenciado do agricultores familiares está composto por grupos com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e que, demandam tratamento compatível com as diferenças (BUAINAIN, SOUZA FILHO E SILVEIRO, 2002).

O reconhecimento desta diferenciação é um ponto chave na potencialização e principalmente na introdução de uma agricultura alternativa como estratégia de

desenvolvimento. Buainain, Souza Filho e Silveira (2002) afirma que o futuro da agricultura familiar está no aproveitamento de oportunidades decorrentes das possíveis vantagens associadas à organização familiar da produção e, ao mesmo tempo, na busca de redução das desvantagens competitivas que enfrentam em função da escassez de recursos, prioritariamente devido a sua escala de produção.

A agricultura familiar encontra formas de atingir um maior crescimento e é uma alternativa apresentada diante do pressuposto que o desenvolvimento dos agricultores familiares está intimamente ligado a questão da reprodução destas famílias e falta de trabalho social por parte dos órgãos competentes, em especial os órgãos públicos como citam Abramovay e Veiga (1992).

Os autores Baumel e Basso (2004), discutem a pluriatividade, tendo como objetivo principal o desenvolvimento da agricultura familiar. A pluriatividade se fortalece como uma prática social, que necessariamente direciona formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores. Como instrumento de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda, com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade, as famílias que permanecem no meio rural, ocupam-se em diversas atividades além da agricultura.

A aqui conceituada é a pluriatividade definida por Fuller e Brun (1988, p. 150) citada por Schneider (2003):

[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante (SCHNEIDER, 2003).

A pluriatividade nada mais é do que a diversificação das atividades do trabalho. É através dela que os membros das famílias de agricultores, que residem no meio rural, optam pelo exercício de diferentes atividades, ou ainda, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

[...] a pluriatividade serve, ainda, para mostrar a transição da própria função da agricultura que, além de produzir alimentos e gerar emprego, favorecendo o processo de acumulação de capital, se apresenta hoje como um setor plurifuncional, que não deve ser analisado apenas pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição a preservação ambiental e a própria dinamização do espaço rural (SCHNEIDER, 2003).

Nesse contexto, o termo pluriatividade e as atividades não-agrícolas são mecanismos de desenvolvimento; as duas possibilidades favorecem a organização do trabalho e da produção familiar, gerando diferentes mecanismos de sobrevivência, de garantia de sua reprodução material, e até mesmo, segundo Baumel e Basso (2004), a ampliação de sua importância na estrutura social.

É justamente por causa dessa aparente solução que verifica-se a relação do rural com o meio urbano, produzindo meios alternativos para esta população rural também se desenvolver, seja sob a forma econômica ou sob formas da melhoria da qualidade de vida, como nos casos da utilização dos espaços rurais para áreas de lazer e entretenimento.

Baumel e Basso (2004), defendem a pluriatividade como “emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas”. Assim, as unidades familiares subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão reproduzindo nessas condições. A transformação depende da relação com as formas distintas e da estruturação social, cultural e econômica.

Outra perspectiva que abordaremos diante da nova ruralidade é a multifuncionalidade da agricultura familiar que oportuniza o progresso das ações socioambientais promovidas pela agricultura familiar. O escopo territorial permite que a multifuncionalidade da agricultura se qualifique pela concepção intersetorial e multidimensional da agricultura, em direção à sustentabilidade. Carneiro e Maluf (2003) resguardam a ideia de multifuncionalidade na agricultura familiar sendo, “a noção de multifuncionalidade favorece a passagem do agricultor para o familiar e rural, e permite ampliar o foco de análise para além do conceito de pluriatividade”.

Ainda segundo Carneiro e Maluf (2003):

Atualmente, as práticas agroecológicas contribuem para a conservação dos recursos naturais, pois buscam unir questões ambientais, sociais e econômicas, se constituindo em práticas multifuncionais por natureza. [...] Contudo, urge ater-se à realidade dos agricultores familiares em procurar soluções criativas que aliem preservação/conservação ambiental com possibilidades de extração e cultivo conservacionista de alimentos e outros recursos, pois muitas vezes a recuperação florestal implica na redução das áreas de cultivo, e conseqüentemente, em perdas nos rendimentos provenientes da agricultura (CARNEIRO, MALUF, 2003).

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares de um intrincamento e complexo jogo, através do qual as unidades familiares relacionam-se com o ambiente e o espaço no qual estão inseridas (SCHENEIDER, 2003). A reprodução não é

apenas um ato de vontade, acima de tudo, é o resultado do processo das relações entre os indivíduos com o ambiente social.

A sociedade brasileira parece ter nos dias atuais um novo olhar para o meio rural. Visto sempre como fonte de dificuldades, onde ocorre a miséria e a falta de fixação, além dos problemas que envolvem as terras e o emprego. Atualmente buscam-se melhores condições de vida, relacionamento sustentável com a natureza, desponta o turismo rural e permite-se discutir as relações estabelecidas com a terra da população residente modificando sua territorialidade. A autora Wanderley (2001), posiciona que “a legitimação da concepção da multifuncionalidade da agricultura poderá ajudar a fazer emergir a consciência sobre a ampla e diversificada contribuição dos agricultores para o dinamismo da sociedade”.

Abramovay (2010) ressalta que “a agricultura familiar é aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento”. Nesta definição Abramovay (2010) mostra que o caráter familiar da produção não está somente na organização do processo de trabalho, mas também nos processos de transferência hereditária e sucessão profissional, pois a maior parte dos agricultores continua na atividade de seus pais, o que não é mais visto em outras profissões com tanta frequência.

Para Carneiro (1999), mesmo havendo um intenso debate sobre os princípios definidores do conceito de agricultura familiar, esta seria uma unidade de produção onde a terra, trabalho e família estão intimamente ligados.

Em contraponto e mantendo uma dicotomia no conceito de agricultura familiar, encontramos o termo agricultura familiar que começou a ser difundido no Brasil em meados da década de 1990, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento Familiar (PRONAF).

Muitas dificuldades são encontradas nos setores voltados à agricultura familiar, que poderiam ser objeto de políticas específicas de apoio, para não ocorrer à exclusão do contingente importante de agricultores familiares hoje inviabilizados estruturalmente. O censo agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, retrata a extrema importância da agricultura familiar (IBGE, 2009).

Segundo Favareto (2007), que se dedica a uma análise sobre o desenvolvimento rural e seu aspecto empírico, existem diversas dificuldades do estado e da sociedade em lidar com a nova ruralidade. No Brasil, os conjuntos de políticas que deveriam estar associadas para a promoção do desenvolvimento estão desconectados. São diversas estruturas ministeriais diferentes: Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, da Integração Nacional,

Educação, Saúde, Meio Ambiente etc. Além disso, ocorrendo programas de caráter setorial, ou voltados à agricultura familiar ou ao agronegócio.

As políticas públicas se minimizaram em fortalecer apenas os grandes produtores rurais até o final do século XX. O agricultor familiar desde a criação do PRONAF, ao usar um conceito que identifica o tipo de agricultura com as relações sociais dominantes na unidade de produção (patronal ou familiar). Isso impede que os grandes produtores tentem capturar os benefícios orientados aos pequenos agricultores. Na primeira década do século XXI o PRONAF cresceu significativamente.

A agricultura familiar produz mais de 70% dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro. Os agricultores familiares possuem uma identidade territorial constituída a partir das relações estabelecidas com território e cultura, através de valores, tradições, crenças e costumes. Os agricultores familiares tem como grande ameaça ao seu desaparecimento, a intensificação das relações capitalistas e desaparecimento de suas práticas culturais estruturadas pela ausência de sucessão destes agricultores.

A agricultura familiar tem sua importância nos aspectos sociais, pela capacidade de contrabalançar a tendência, tão própria à sociedade brasileira, de desvalorizar o meio rural como lugar em que seja possível construir melhores condições de vida, e de encará-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela ‘verdadeira aventura civilizatória’, a urbana (ABRAMOVAY, 1998).

As políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade (GRAZIANO, 1981) elevando o preço de ativos. Para compensar a discriminação, as políticas alimentares procuraram diminuir os preços dos alimentos básicos, produzidos em grande parte pelos camponeses, desestimulando o investimento na agricultura e, automaticamente, prejudicando o nível de vida dos agricultores.

Delgado (2005) afirma que toda a soma de dificuldades configurada atualmente, os indicadores de elevados níveis de desemprego, de recursos produtivos da sociedade, tanto na força de trabalho quanto na ociosidade das terras, passando aos mercados rurais e urbanos que reproduzem padrões de desproteção social e insegurança alimentar, comumente identificados como “problema da fome”. Mas essa tríplice carência – desemprego, ociosidade das terras e insegurança alimentar – pode ser revertida mediante ação concertada – Estado e sociedade. Esta ação seria suscetível de produzir um produto potencial que ocupasse esses recursos ociosos e atendesse às necessidades alimentares básicas.

Destarte, buscar entender essas novas ruralidades é buscar uma explicação da dinâmica do rural que muitas vezes nos escapa e que muda constantemente. No século XX, a taxa de urbanização das cidades brasileiras cresceu aceleradamente, e, pela primeira vez na história, há mais pobres urbanos do que rurais. Com o passar do tempo, os pobres migraram para as cidades buscando mais renda e melhor qualidade de vida.

De acordo com a FAO (2013), com a expansão urbana, crescem as necessidades alimentares das famílias. Embora os impactos da crise alimentar e financeira afetem tanto a população rural quanto a urbana, os pobres urbanos têm sofrido maior impacto dentre os afetados. Os consumidores urbanos dependem quase exclusivamente de compras de alimentos, e as variações nos preços de alimentos e na renda traduzem-se diretamente em menor poder de compra e no aumento dos níveis de insegurança alimentar, o que compromete a quantidade e qualidade da dieta dos indivíduos. Mudanças nos estilos de vida têm contribuído ainda mais para o aumento da desnutrição urbana e de doenças crônicas relacionadas à dieta.

Desta forma, o Brasil possui um processo de urbanização que se mantém acelerado e apresenta grande diversidade de realidades, dentre elas encontramos a interiorização do fenômeno urbano, a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica, o crescimento das cidades médias, a periferização dos centros urbanos e formação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não metropolitano.

Esta diversidade ocorre porque a urbanização no Brasil foi sustentada em grande parte por uma maioria de mão-de-obra barata e pobre. No Rio de Janeiro em sua região metropolitana, a proporção de trabalhadores ganhando até um salário mínimo é superior a 14,0% (IBGE, 2010).

No entanto, à medida que as metrópoles se transformam em centros que polarizam regiões, aumentam as dificuldades relativas ao não suprimento de infraestrutura requerida ao desenvolvimento equitativo entre todos os seus residentes. Simultaneamente as áreas urbanas foram se expandindo em direção às áreas de periferia onde as condições de infraestrutura são mais precárias ou até mesmo inexistentes.

Esta situação se confirma na cidade de Nova Iguaçu, em que o município é levado ao inchaço urbano, em uma cidade que não oferece infraestrutura adequada a toda população, gerando problemas tais como: poluição, déficit de habitação, oferta de transporte irregular, educação de baixa qualidade, escassez de políticas de saneamento, etc.

Percebe-se que os principais motivos de produção e reprodução das situações de pobreza e de exclusão social, agindo, portanto, como processos que acentuam o

empobrecimento, são gerados pelo analfabetismo acentuado, pelas desigualdades econômicas, políticas e sociais entre os indivíduos, grupos, regiões e/ou países no acesso a recursos, tais como poder, renda e prestígio (ROMANO, 2002).

Em Nova Iguaçu esse processo se confirma. O uso diferenciado do território tem se demonstrado uma construção desigual dos espaços, assumindo característica contraditória e segregadora como produto direto da desigualdade social inerente a sociedade hierarquizada e dividida em classes.

Segundo a FAO (2013) durante o 4º Fórum Urbano Mundial, foi apresentado a necessidade de políticas e intervenções para garantir que o número cada vez maior de pobres urbanos não seja deixado para trás. A dimensão alimentar da pobreza nas áreas urbanas ainda não foi traduzida em suficientes ações de políticas em muitos países, nesse sentido o vínculo rural-urbano se tornará cada vez mais importante.

Na articulação e no fortalecimento da agricultura urbana e periurbana com enfoque na Agroecologia junto a grupos organizados, destaca-se a Escolinha de Agroecologia que tem como foco a construção de capacidades políticas e institucionais de organizações da agricultura familiar para que elas assumam de forma crescente o protagonismo na formulação e defesa de padrões de desenvolvimento rural que associam a viabilidade econômica e a conservação dos recursos ambientais e relações sociais.

A ideia de sustentabilidade urbana é uma ferramenta fundamental na aproximação das temáticas ambiental e urbana, a qual se consolidou ao longo da década de 90 (BRAGA, 2006). A dimensão urbana é reconhecida como fundamental para o processo de desenvolvimento socioeconômico, quer na distribuição equitativa da riqueza gerada, quer na participação da população nas decisões e na satisfação das necessidades básicas, assim como, para as condições gerais do ambiente, através da conservação dos ecossistemas, da diversidade biológica e do uso consciente dos recursos naturais. Neste contexto, há a necessidade que os espaços urbanos adotem processos sustentáveis de modo a diminuir a pressão crescente sobre os mesmos.

Acselrad (1999) investiga os diversos discursos sobre a sustentabilidade urbana e identifica as matrizes discursivas de representação de forma a tornar claro o que está sendo disputado, quais são as visões de futuro de cidade em disputa, o que se fazer durar, para quem e para quem, tornando transparentes as diferentes propostas políticas existentes por trás dos rótulos meio ambiente e sustentabilidade. São três as matrizes discursivas de sustentabilidade urbana identificadas pelo autor.

A primeira, representação tecno-material da cidade, combina modelos de racionalidade energética com modelos de equilíbrio metabólico e reduz a sustentabilidade urbana a seu aspecto estritamente material. A segunda, representação da cidade como espaço da qualidade de vida, combina modelos de pureza, de cidadania e de patrimônio e remete a sustentabilidade a um processo de construção de direitos que possam equacionar as externalidades negativas responsáveis pela insustentabilidade urbana. A terceira matriz, centrada na reconstituição da legitimidade das políticas urbanas, combina modelos de eficiência e equidade, além de remeter a sustentabilidade à construção de pactos políticos capazes de reproduzir suas próprias condições de legitimidade (ACSELRAD,1999, p.87).

Conforme Jacobi (1999), o quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto das ações humanas sobre o ambiente está se tornando cada vez mais complexo, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Uma alternativa sustentável de desenvolvimento que poupe os recursos naturais, que não polua o meio ambiente e ao mesmo tempo responda às necessidades de produção e geração de renda para o agricultor é o caminho ou a transição para a Agroecologia. A quantidade de iniciativas já vividas neste país, sem apoio nenhum de políticas públicas, mostra que os resultados são bons e o sistema é competitivo com o modelo intensivo em energia devido aos baixos custos ambientais e econômicos e custos sociais (SHIKI, 2003).

O enfoque agroecológico corresponde à aplicação dos conceitos e princípios da ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2000). É a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agriculturas com maiores níveis de sustentabilidade no curto, médio e longo prazo (ALTIERI, 1995). Segundo a FAO, a agroecologia permite o desenvolvimento sustentável da agricultura, o progresso em direção a sistemas alimentares inclusivos e eficientes e a promoção do círculo virtuoso entre a produção de alimentos saudáveis e proteção dos recursos naturais (FAO, 2013).

Podemos dizer que a Agroecologia se aproxima ao estudo da agricultura em uma perspectiva ecológica, embora sua estrutura teórica não se limite a abordar os aspectos meramente ecológicos ou agronômicos da produção, uma vez que sua preocupação fundamental está orientada a compreender os processos produtivos de uma maneira mais ampla. Isto é, encara os agroecossistemas como unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas em seu conjunto. Para Amaury Santos e Fernando Fleury Curado (2012) a agroecologia é:

[...] uma ciência em construção que tem suas raízes nos métodos e práticas tradicionais de manejo produtivo dos ecossistemas que se baseiam na valorização dos recursos naturais disponíveis em cada localidade. Assim, contrapõem-se aos processos tecnológicos impostos que desprezam os saberes que se apóiam nos conhecimentos acumulados ao longo de várias gerações especialmente junto aos agricultores familiares e populações tradicionais. (SANTOS E CURADO, 2012)

Atualmente a dificuldade está na articulação das várias informações em que se encontram submetidas a população rural em uma totalidade consistente e coerente que permita não sufocar a diversidade criativa do saber-fazer humano e sua diferença na identidade em meio a conquista de cidadania.

O fato de que a autonomia dos agricultores na gestão familiar e/ou coletiva dos recursos naturais figura como um componente essencial para a continuidade e ampliação destas iniciativas. Em situações de fragilidade ou instabilidade no acesso à terra, à água e à biodiversidade, decorrentes de pressões desencadeadas pelo avanço de uma agricultura de perfil empresarial, pela implantação de grandes obras de infraestrutura apoiadas por investimentos públicos e privados, pela expansão das cidades e aceleração da especulação sobre o solo urbano, a consolidação destas experiências inovadoras de manejo ecológico dos sistemas de produção agrícola torna-se ainda mais desafiadora (SCHMITT, 2013).

A maior parte da população de Nova Iguaçu como também de todas as demais cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, reside em áreas consideradas urbanas, maior cerca de 4,3 vezes o percentual da população residente na área dita rural. Não se pode deixar de observar em seu interior áreas bem contrastantes: um núcleo urbano com 100% da população urbana, e destaca-se desta área uma franja em que 36% ocupam áreas periurbanas ou rurais.

São nessas realidades contrastantes que se insere as unidades produtivas agroecológicas e familiares. Uma região que permite, portanto, questionar a sua institucionalização como metropolitana, embora do ponto de vista político e legal, tenha sido decretada como tal.

A presença de um número considerável de estabelecimentos de agricultores na cidade de Nova Iguaçu, mesmo com o avanço do urbano e a proximidade com a capital do estado, onde determinadas comunidades rurais mantêm, ainda, atividades agrícolas nos estabelecimentos fortalecidos pelas práticas Agroecológicas na produção e no mercado.

A transição do modelo convencional para estilos de agricultura de base ecológica é um processo complexo, que envolve pontos críticos de interseção entre distintas visões de mundo, implicando descontinuidades e assimetrias em termos de valores, conhecimentos, interesse e poder [...] Coloca-se, nesse sentido, como um desafio para a agroecologia, enquanto abordagem que busca promover um diálogo de saberes, desenvolver um referencial teórico e práticas capazes de dar conta da

heterogeneidade do conhecimento, da agência humana e da complexidade das redes que dão suporte à produção e reprodução de determinados modos de organização da agricultura e do desenvolvimento rural (SCHMITT, 2013).

O que chama mais atenção no espaço urbano é a crescente busca pelo curso de Agroecologia por diversas pessoas que permanecem fazendo cultivos em seus domicílios, o que pode ser considerado como um indicador de ocupação do espaço rural por domicílios não classificados como estabelecimentos agrícolas.

## **1.2.2 DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

A agricultura familiar reconhecida como categoria social e de ação política no debate acadêmico e nas políticas públicas, durante muito tempo foi considerada relevante para o reconhecimento do rural. Frequentemente, se usava a expressão pequeno produtor para descrever esta categoria que parecia ter seu futuro inevitavelmente marcado pela eliminação, cedendo lugar às empresas agropecuárias, no processo de modernização capitalista (SCHMITZ, 2010, p. 23). Para demonstrar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento da sociedade contamos ao longo do trabalho com autores como Abramovay e Veiga (1992), Wanderley (1995), Romeiro (2002) e Costa (2013). Apesar dos autores utilizarem a denominação camponês e pequeno produtor, constata-se a predominância de agricultura familiar nos últimos anos.

A segurança alimentar estaria norteadas por três pontos principais, a qualidade nutricional dos alimentos e a ausência de componentes químicos que possam levar lesar a saúde humana; os hábitos e a cultura alimentar específicos de cada comunidade, de cada grupo social; a sustentabilidade do sistema alimentar, ou seja, a contínua produção e presença de alimentos. (CARNEIRO e MALUF, 2001)

Em escala global, a agricultura tem sido bem sucedida, satisfazendo uma demanda crescente de alimentos durante a última metade do século XX. Entretanto, conforme Gliessman (2000) nos relata, esse impulso na produção de alimentos deveu-se, principalmente, a avanços científicos e inovações tecnológicas, incluindo o desenvolvimento de novas variedades de plantas, o uso de fertilizantes e agrotóxicos, e o crescimento de grandes infraestruturas de irrigação.

A despeito de seus sucessos, contudo, nosso sistema de produção global de alimentos está no processo de minar a própria fundação sobre a qual foi construído. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade também minaram a sua base. Elas retiraram excessivamente e

degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. (GLIESSMAN, 2000)

A agricultura demonstra-se insustentável nos padrões que se apresenta, não sendo possível continuar mantendo a produção nos mesmos modelos para toda a produção de forma global, no longo prazo, porque vem deteriorando suas condições. Todas as práticas da agricultura na produção de alimentos sob manejo convencional, tendem a comprometer a produtividade futura em favor da alta produtividade no presente.

O esgotamento do padrão usado para a agricultura convencional chamado moderno, orientado para a obtenção de crescentes produtividades com base no alto consumo energético, e cujos impactos configuram uma crise de amplo escopo, requer, com urgência, que sejam repensados os formatos tecnológicos da produção agrícola no destaque a nova trajetória da agricultura familiar no que diz respeito a sua produção de alimentos e sua tendência a inovação de padrões.

São muitas as maneiras pelas quais a produção de alimentos convencional afeta a produtividade ecológica: os recursos agrícolas são explorados e degradados. Na atualidade não é possível aumentar a produção de alimentos através do aumento da quantidade de terras. Portanto, a solução que se desenha é a preservação da produtividade, no longo prazo, de toda superfície que é cultivável, enquanto não são mudados os padrões de consumo.

A preservação da produtividade da terra agrícola, em longo prazo, requer a produção sustentável de alimentos. A sustentabilidade é alcançada através de práticas agrícolas alternativas, orientadas pelo conhecimento em profundidade dos processos ecológicos que ocorrem nas áreas produtivas e nos contextos mais amplos dos quais elas fazem parte (GLIESSMAN, 2000).

O acesso permanente dos indivíduos aos alimentos, além do acesso as quantidades necessárias, a qualidade alimentar e nutricional e a adoção de práticas alimentares saudáveis, são: as principais dimensões que integram o conceito de segurança alimentar. Este conceito é utilizado para compreender a segurança alimentar gerada através da produção para autoconsumo. Assim, de acordo com esta a definição a:

[...] segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (CARNEIRO E MALUF, 2003).

A agricultura familiar busca dar conta das formas de reprodução econômica e social da produção familiar existente na contemporaneidade. Como tipos ideais teríamos, em um extremo, uma produção familiar altamente dependente dos mercados no que tange aos

recursos mobilizados no processo de produção agrícola, mais orientada, portanto, para uma busca de eficiência através de aumento de escala e da artificialização do processo. No pólo oposto, um tipo de agricultura cuja reprodução é relativamente autônoma, estando baseada em recursos produzidos e reproduzidos durante ciclos produtivos anteriores, e, que busca maximizar o valor agregado a partir do desenvolvimento de sua base própria de recursos. Na realidade, não existe uma demarcação claramente definida que separe o camponês do agricultor familiar de tipo empresarial. A luta constante por autonomia e sobrevivência frente às inúmeras pressões que hoje se impõem sobre os sistemas locais e regionais de produção de alimentos, é uma das principais características da condição do agricultor na atualidade.

De acordo com Fleury (2007), a análise das transformações percebidas na agricultura familiar, relevantes pois nos levam a compreender o contexto rural histórico a ser entendido, onde a agricultura familiar é primordial quando se pensa na produção de alimentos. Sendo na década de 1950 quando a produção de alimentos ocorria em grande escala e a baixos custos, quanto em 1970, período da expansão da Revolução Verde. Mediante tal processo, o meio rural é invisibilizado, como espaço de vida e passa a ser substrato para a demanda da produção agrícola, cedendo lugar as práticas globais a quaisquer práticas locais.

As precariedades históricas e contemporâneas dos pequenos patrimônios produtivos na ordem competitiva e de famílias pobres na ordem social brasileira conformam ambiências e condições de reprodução sociais precárias. São entes econômicos, culturais e politicamente produzidos como seres sociais inferiores nas assimetrias dos poderes organizados. São subjetiva e objetivamente produzidos como inferiores no jogo das assimetrias dos poderes nacionais. Romper o estigma sócio-histórico de inferioridade social e política em todas as dimensões da vida é romper com o conservadorismo e com o status. Isto é, requer uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola, desenvolvendo novos paradigmas e com valorização do conhecimento local. De acordo com Abramovay e Veiga (1992), o desenvolvimento rural, enquanto um fenômeno concreto, não pode ser dissociado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento rural de forma específica se refere a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, tratando-se de um desenvolvimento multi setorial e ao mesmo tempo multifuncional.

Compreende-se que os elementos definidores do rural modificaram-se ao longo do tempo, ganharam novos contornos. A compreensão de desenvolvimento, segundo Sen (2010) reflete sobre um país o quanto mais promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos. A remoção de privações significa a realização de certos funcionamentos. O conceito

de desenvolvimento aqui empregado tem seu foco na vida das pessoas e, portanto, justiça e desenvolvimento, com a defesa da igualdade e da expansão de capacitações.

Sendo assim, a liberdade supõe positivamente como poder, autonomia e autodeterminação do ator, centralizado na abordagem do desenvolvimento como liberdade, realizado de forma avaliativo-constitutivo e causal-instrumental no processo de desenvolvimento.

A difusão da cultura capitalista ocidental no mundo globalizado de hoje, pode minar as bases de certos modos de vida tradicionais, bem como modificar radicalmente certas culturas. Por exemplo, as forças econômicas que presidem a globalização podem afetar, de muitas maneiras, as diferentes comunidades locais e nacionais. As transformações econômicas – motivadas, sobretudo, pela integração das economias domésticas aos mercados internacionais – exigirão o desenvolvimento de muitas capacidades na população – por exemplo, via educação e treinamento –, a fim de que os frutos de um eventual crescimento econômico sejam aproveitados por todos. Sen (2002) afirma:

[...] pode-se dizer que a literatura sobre o capital humano tende a se concentrar sobre a condição de agente [agency] dos seres humanos no que se refere ao aumento das possibilidades de produção. A perspectiva das capacidades humanas enfoca, por outro lado, o poder [ability] – a liberdade substantiva – das pessoas de levarem a vida que têm razão para valorizarem e de aumentarem as suas escolhas reais. (SEN, 2002)

O conceito de desenvolvimento sustentável surge como uma ideia integradora para qualificar a necessidade de pensar outra forma de desenvolvimento, abordado na escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. Nesse contexto, a participação se torna um meio fundamental de institucionalizar relações mais diretas, flexíveis e transparentes, que reconheçam os direitos dos cidadãos, assim como de reforçar os laços, em um contexto de pressão social e polarização política, na direção de uma cidadania ativa que disponha dos instrumentos para o questionamento permanente da ordem estabelecida.

A preocupação com o tema do desenvolvimento sustentável, introduz não apenas a sempre polêmica questão da capacidade de suporte, mas também os alcances e limites das ações destinadas a reduzir o impacto dos agravos no cotidiano urbano e, as respostas pautadas por rupturas, omissão e convivência com as práticas autofágicas predominantes.

A Agroecologia deriva da ecologia e da agronomia, uma das primeiras ocasiões de encontro entre ecologia e agronomia ocorreu nos anos 20, com o desenvolvimento do campo da ecologia de cultivo. Nos anos 30, foi proposto o termo agroecologia pelos ecologistas quando a ecologia era aplicada à agricultura. Já no fim dos anos 50, ocorreu um interesse

renovado pela ecologia de cultivo. Ao longo dos anos 60 e 70, se intensificou a aplicação da ecologia na agricultura, mais agrônomos perceberam a importância da ecologia em uma perspectiva agroecológica. Nos anos 80, a agroecologia já era entendida como um método distinto, contribuindo ao conceito de sustentabilidade na agricultura. Enquanto a sustentabilidade fornecia uma meta para focalizar a pesquisa agroecológica, a abordagem de sistema integral da agroecologia e o conhecimento de equilíbrio dinâmico proporcionavam uma base teórica conceitual consistente para a sustentabilidade (GLIESSMAN, 2000).

Para os movimentos sociais do campo e da cidade, a Agroecologia surge no contexto de insatisfação e insustentabilidade do modelo tecnológico de produção, suas bases encontram-se idealizadas pelo modelo social frente às questões científicas, políticas e econômicas, em conjunto com a revolução Verde. A Agroecologia, vista a partir de uma forma de organização da vida social e produtiva de sujeitos, torna-se capaz de promover a construção de conhecimentos estruturantes voltados a criar condições intelectuais e objetivas.

Dessa forma, o debate da Agroecologia se alinha a discussão de identidades sociais, pois estes são sujeitos conscientes de seu papel na comunidade e na sociedade, tendo um projeto de vida e de pertença, em conjunto com uma coletividade através das ações agroecológicas.

Segundo Couto Filho (2007) o pensamento Agroecológico fundamenta-se nos princípios da ecologia, tendo como ponto de partida o manejo dos sistemas naturais, contribuindo para tal enfoque estudos de geógrafos e antropólogos sobre os sistemas de produção indígena e de camponês. Ainda com base em Couto Filho (2007), a definição de agroecologia está relacionada à aplicação dos princípios que regem o funcionamento dos sistemas naturais na agricultura, com base na ciência juntamente com outras ciências e no conhecimento acumulado das comunidades tradicionais.

A repercussão da Agroecologia como abordagem sociotécnica vem sendo apresentada de forma sistemática, há várias décadas, tanto no Brasil como em diferentes partes do mundo, por diferentes categorias de produtores familiares, agricultores urbanos e povos e comunidades tradicionais, em articulação com redes e organizações da sociedade civil, pesquisadores, extensionistas, agências de cooperação e gestores de políticas públicas. (ALTIERI, 2007).

Os resultados técnicos e sociais gerados nesses ambientes localmente situados de inovação, têm sido crescentemente reconhecidos, em âmbito internacional, como expressões de um caminho alternativo para a construção do conhecimento na agricultura, ganhando destaque em posicionamentos recentes, que chamam atenção para a incapacidade da matriz

científica e tecnológica que orientou o processo de modernização agrícola em responder aos desafios do século XXI, em um cenário marcado pela crise alimentar, energética e ecológica.

Para Petersen (2012) é possível identificar fortes preocupações envolvendo a valorização e a integração do conhecimento agrícola tradicional e local aos processos de geração de tecnologias na agricultura. A construção de novos arranjos institucionais, organizacionais e de mercado, capazes de dar sustentação à estruturação de novos sistemas de conhecimento. A articulação entre diferentes escalas de intervenção, do local ao global, na conformação de novos modos de governança, voltados para a gestão sustentável dos agroecossistemas e ecossistemas naturais associados.

A Agroecologia volta-se no sentido de promoção da construção de um paradigma da agricultura sustentável que priorize a preservação do ambiente natural e a capacidade produtiva com o desenvolvimento das comunidades rurais. As inovações tecnológicas tendem a se aproximar da produção familiar, caracterizando-se por um caráter mais artesanal, de aprofundamento do processo de trabalho na agricultura do que o de “pacote” como nos afirma Veiga e Abramovay (1992). Os sistemas produtivos agroecológicos partem da realidade de cada comunidade e da pessoa inserida, sendo sua diferença fundamental quanto os sistemas convencionais de manejo (Couto Filho, 2007).

No sistema produtivo agroecológico ocorre um emprego de condições naturais da região, como recursos dos agricultores, o que nos leva a observar as relações que se formam entre os elementos de uma propriedade com o desenvolvimento sustentável. Podem ser identificados como maior proximidade da prática agroecológica a agricultura familiar, (Couto Filho, 2007, p. 43), quer seja pela tradição da policultura ou pela lógica produtiva em si. O produtor direto via a manutenção do patrimônio familiar, o que o aproxima da preservação e sustentabilidade ecológica.

Não podemos deixar de lado o papel da territorialidade e a importância da crítica a profunda e multidimensional lógica sobre o território. Quando reconhecemos a potencialidade que a questão rural e seus desdobramentos alcançam, é possível compreender a territorialidade sendo uma expressão do poder social, conformando o território, cabendo a agroecologia contribuir tanto para a realização de análises críticas sobre a agricultura produtivista quanto para direcionar uma alternativa adequada ao manejo de agroecossistemas, na perspectiva da agricultura familiar a utilizar na recuperação das economias rurais e da sustentabilidade social. Outros elementos também parecem ter contribuído como o próprio saber popular gestado na identidade do agricultor, como trataremos a seguir.

## **CAPÍTULO II - O QUE NOS DIZ A EDUCAÇÃO POPULAR LOCAL SOBRE TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO**

### **RESUMO**

Como visto até aqui, não poderíamos entender a territorialidade expressada em Nova Iguaçu sem compreender a população agrícola e a reprodução social, com tendências que fortalecem sua identidade e cultura rural analisados neste capítulo. Sob esse ângulo de análise, a educação popular promove a superação da alienação e constituição de uma consciência crítica no terreno das articulações agroecológicas, o próprio método de constituição desses processos como resistência a urbanização faz com que a multifuncionalidade da agricultura familiar tenha gerado o significado do território.

### **ABSTRACT**

As seen so far , we could not understand territoriality expressed in Nova Iguaçu without understanding the agricultural community and social reproduction , with trends that strengthen its identity and rural culture analyzed in this chapter. From this angle analysis , popular education promotes overcoming alienation and constitution of a critical awareness in the field of agroecological joints, own method of compilation of dossiers as resistance urbanization makes the multifunctionality of family farming has generated the meaning of territory.

### **2.1 EDUCAÇÃO POPULAR E SUA PRÁXIS EM ÁREAS RURAIS**

Em mundos diversos, a educação existe de formas diferentes: em sociedades tribais de povos caçadores, agricultores em sociedades camponesas, em países considerados desenvolvidos e nos países considerados periféricos, os tipos de sociedades, culturas. A educação pode ser considerada uma fração do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade.

Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras de uma comunidade, os códigos de conduta, as regras de trabalho, a tecnologia, a vida do grupo a de cada um de seus sujeitos. Segundo Brandão (2001, p. 12), a educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali sempre se espera, de dentro, o que sempre se diz para fora, que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros.

O controle sobre o que se ensina e a quem se ensina, de modo que, através da educação oficial, esta transforma-se em instrumento político e de poder. Ela ultrapassa a comunidade de que faz parte, e, se insere na estrutura de controle. O processo educativo tanto

pode ser unitário quanto partido, podendo se exemplificada pela educação desigual entre classes. Brandão (2001, p. 103), baseados em alguns pesquisadores, afirma que parte das classes subalternas conseguem criar e recriar uma cultura de classe, mesmo que aproveitando elementos das classes dominantes.

Eli da Veiga e Abramovay (1992) discutem o desenvolvimento como dependente da cultura:

Na medida em que a cultura implica a invenção de um projeto, este não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e bases econômicas, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera, na realidade, estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escala de tempo e escalas espaciais distintas. A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos ecológicos e de fazer um bom uso da natureza (ABRAMOVAY e VEIGA, 1992).

Quando em alguma parte setores populares começam a descobrir formas novas de lutas e resistência, eles redescobrem também velhas e novas formas de atualizar o saber. São lados de inovações pedagógicas, que provocam as reivindicações de trabalho e da própria escola.

A preparação para o trabalho tem aparecido insistentemente nos discursos educacionais oficiais dos últimos tempos também como preocupação da maioria dos educadores. De acordo com Braveman (1977), o conceito de qualificação do trabalhador está ligado tradicionalmente ao domínio do ofício, ou seja, à combinação do conhecimento de materiais, técnicas e processos para o desempenho em determinado ramo da produção.

Quando pensamos na escola como local de qualificação profissional, deve-se considerar a falta de autonomia e independência da realidade histórico-social a que está inserida. A escola surge como parte integrante e inseparável do conjunto dos demais fenômenos que compõem a totalidade social.

Essa postura implica considerar a escola concomitantemente como reprodução/transformação da realidade histórico-social existente, ou seja, a escola é e não é transformação. Franco (1991), nos conta que o fato dos fenômenos sociais existirem em dependência recíproca, contudo, não deve levar ao equívoco de concebê-los como equivalentes, como se tivessem forças idênticas na modificação da ordem social existente.

[...] o trabalho está presente na escola, que não é estranho às atividades escolares, na medida em que estas se constituem em formas de trabalho. Não cabe, pois, a afirmação frequentemente repetida de que é preciso trazer o trabalho para dentro da escola, porque ela está desvinculada do trabalho, da vida, do mundo, etc (FRANCO, 1991).

A escola deve levar em conta o mercado de trabalho, as características fundamentais em uma sociedade determinada. Assim, não pode se subordinar às exigências efêmeras dos setores produtivos, à preparação profissional imediata, à competição e ao individualismo.

A escola ao promover uma contribuição sólida, está diretamente ligada ao acesso à ciência e técnica.

A pedagogia deve visar a formação do cidadão, como um indivíduo com diversas possibilidades, sobretudo no processo prático e participativo. Isto é, fundamentada nas formas atuais da economia, voltada à política e principalmente crítico. Trata-se desta forma, a educação como a questão essencial à prática e historicista, que rompe com as concepções e permite seu entendimento no interior das lutas. O processo educativo, também considerado um processo social, coletivo e participativo.

Tem prevalecido a convicção de que o conhecimento é libertador, no sentido de fundamentar as expectativas de forma racional diante dos desafios da realidade e da história. Na Escola de Frankfurt encontramos Habermas, acreditando que o projeto emancipatório ainda não se esgotou, ou os que partiram para uma visão pós-moderna da ciência. A relação entre educação e política não é uma questão moderna, apesar de atualmente este assunto assumir uma grande dimensão a tônica das políticas educacionais no complemento da cidadania.

A história da cidadania confunde-se em muito com a história das lutas pelos direitos humanos. A cidadania esteve em permanente construção. É um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente às dominações, seja pelo próprio Estado ou de outras instituições ou pessoas, que não desistem de privilégios.

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (DALLARI, 1998).

Na análise ofertada por Tenório (2008), a ideia de gestão social também se relaciona com a cidadania deliberativa. É importante frisar que o autor argumenta sobre cidadania deliberativa conceituando-a como “a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2008). Pelo princípio da inclusão, o processo deliberativo tende a considerar os interesses coletivos do conjunto ampliado da

sociedade, sobretudo daqueles atores tradicionalmente excluídos dos diversos sistemas de deliberação.

Aparece de forma clara que a qualidade do conhecimento formal é uma condição crucial da intervenção apropriada. Também para a qualidade da cidadania exige-se o saber quando se busca a valorização da formação fundamental escolar, inclui-se neste aspecto não só a aprendizagem formal, mas igualmente o compromisso e o fortalecimento consistente da cidadania popular. Uma cidadania que intervenha com qualidade nos desafios trazidos pela exclusão econômica crescente.

[...] nos tempos atuais, a aprendizagem precisa ser vista como o novo princípio de sobrevivência, desde que se superem os determinismos clássicos da evolução da espécie. Temos de repensar totalmente o que significa sobreviver, principalmente diante dos desafios de podermos, cada vez mais, influir nos destinos evolutivos. Corpo e mente influenciam-se mutuamente, e é mister levar isto em conta também na educação para mantermos os horizontes abertos. (DEMO, 1992)

Partindo do conhecimento, podemos reconstruir o novo, em um processo permanente de aprendizagem. Enquanto isso, vai ocorrendo a transferência gradual de responsabilidade, culminando no objetivo da autonomia do sujeito. Para Demo (1992) aprender é um processo constante que promove a reconstrução.

A idéia mais correta de aprendizagem é aquela coerente com sua própria lógica, ou seja, aquela que aprende sempre, já que sua inteligência não está na estocagem reprodutiva, mas na reconstrução constante. Aprender não pode aludir, nunca, a uma tarefa completa, a um procedimento acabado ou a uma pretensão totalmente realizada; ao contrário, indica vivamente a dinâmica da realidade complexa, a finitude das soluções e a incompletude do conhecimento (DEMO, 1992).

A difusão de uma metodologia menos positivista, voltada ao caráter dialético e histórico-estrutural, é mais educativo. Segundo Paulo Freire (2005), o caminho está na possibilidade de gerar sujeitos capazes de história própria, individual e coletiva.

O exercício da cidadania para os povos rurais tem propiciado o respeito pelas culturas e pela alteridade, e também tem aberto canais de diálogos para promulgação de políticas públicas de igualdade social e reforma agrária, principalmente no que tange a prática agroecológica. A proposta de educação do campo, reflete lutas em sindicatos e movimentos e se constrói uma educação coletiva (GADOTTI, 1989); ela também é construída através de longos anos de luta pelo direito à educação quando emergem cursos que se propõem a formar profissionais para atuarem no campo.

Isso significa dizer que os processos objetivaram atentar para a relação tecida estrategicamente por sujeitos que se constituem na luta como atores coletivos e que não

aceitam mais ficarem à parte da organicidade e implementação das políticas educacionais, ambientais e de produção.

A instituição escolar é um espaço múltiplo, múltiplo no sentido de abranger diversas dimensões da sociedade e da cultura, que, aprisiona ou liberta o sujeito. Sendo um espaço para além da transmissão ou da apropriação do que temos, é um cotidiano marcado pelas diferenças sociais e culturais. A educação, assim como a escola, pode vir a ter diversos significados. Pode atender a uma demanda específica, como o mercado de trabalho, cursos técnicos, ou ir para além disso. Significa principalmente ser cidadão, lidar com questões referentes à sociedade em que vive com respeito, valores, diversidade e diferenças.

O projeto de educação no campo precisa estar atento para os processos reprodutivos que conformam o trabalhador rural e suas alternativas e opções de trabalho, contemplando os projetos regionais que podem desenvolver a dignidade para as famílias e comunidades de camponeses (CALDART, 2003).

Considerando a importância do Brasil para o mundo, é inaceitável que o índice de analfabetismo ainda atinja 13 milhões de brasileiros até 15 anos, de acordo com os dados do IBGE, consideradas as áreas rurais no ano de 2012. Na pesquisa elaborada pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), demonstrou-se que um total de 8,5% da população era analfabeta. Considerando este dado oficial, observa-se a fragilidade do sistema educacional no decorrer da história social brasileira e sobre a falta de atenção e prioridade à educação básica da população. Comparando o analfabetismo do meio urbano com o meio rural, percebemos que o meio rural sofre uma maior desatenção no que se refere à educação.

Embora o acesso à educação básica seja considerada universal no território nacional, as desigualdades educacionais entre as zonas rural e urbana não foi superada. Ainda hoje milhares de crianças e jovens enfrentam inúmeras dificuldades para continuar os estudos e concluir as etapas do ensino fundamental e do ensino médio. A realidade quanto as matrículas no campo demonstra que as políticas educacionais na área rural somente atendem até o 5º ano do ensino fundamental. O adolescente ou jovem que deseja permanecer estudando, deve buscar outra cidade. E embora as matrículas no campo representem apenas 13% do total do país, esse percentual representa mais de 6,6 milhões de crianças e jovens espalhados em 83 mil escolas rurais. A dificuldade em dar prosseguimento aos estudos é nítida quando se compara a escolaridade dos jovens. Entre a população urbana de 25 a 34 anos, 52,5% têm ensino médio ou superior. No meio rural esse percentual é de apenas 17%.

Brandão (2001) escreveu que as escolas localizadas nos espaços rurais eram as mesmas escolas das cidades, com as questões e a educação para o urbano, educação da cidade

estendida, levadas ao campo pela extensão e graças das elites. Não existia nenhuma diferença entre os espaços, apesar dos sujeitos envolvidos pertencerem a mundos distintos, por isso, os sujeitos do campo identificavam e percebiam que a escola não era deles. As preocupações, questões e realidades não eram do campo, eram da cidade.

Os que moram e atuam no campo entendem a importância da educação escolar para eles. A idéia de que é preciso apenas ler e escrever, ser alfabetizado, não serve para o mundo globalizado que apesar de estar no meio rural estes também estão inseridos. Por isso, a luta pela educação do campo é tão importante. Como diz Caldart (2003), não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele. Por outro lado, também não há como implantar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo.

Para que o campo se desenvolva dignamente e se organize política e socialmente em comunidades sustentáveis, produzindo alimentos saudáveis e melhorando as condições de vida e das famílias, é necessário que o nível de escolaridade se eleve em termos quantitativos. Neste sentido, há de se garantir o diálogo entre os conhecimentos sistematizados pelas ciências e pelos saberes populares, advindos de experiências e da cultura de seus povos.

Outra perspectiva para a população do campo é ultrapassar a educação do ensino fundamental, médio e alcançar cursos técnicos e superiores. Com base nisso, buscamos Gramsci (1989), e sua categoria intelectual orgânico, cuja definição para o autor perpassa objetivos dos movimentos sociais, e significa:

[...] cabe a todo movimento cultural que pretende substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo geral (...) trabalhar na criação de elites intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos (GRAMSCI, 1989).

Portanto, a educação do campo é um conceito político que se refere à luta popular pelo acesso, permanência, ampliação e direito à escola pública e gratuita, assim como pela construção de uma escola que não somente esteja no campo, mas que seja do campo, sendo consideradas as demandas, necessidades e desejos de sua população.

O campo considerado como espaço de vida, em que a existência humana se realiza em todas as suas dimensões, contrapõe-se assim à concepção do campo apenas como um setor econômico ou um local de produção de negócios e trocas de mercadorias. O campo como espaço político e geográfico, em que os sujeitos realizam seus projetos de vida. Por isso é

constituído de sujeitos que identifiquem sua territorialidade e as histórias de vida de ocupação dos espaços.

Percebendo os princípios políticos-pedagógicos, os movimentos sociais que lutam pela educação do campo defendem que haja um projeto justo e igualitário de sociedade, contemplando um modelo de desenvolvimento sustentável. A educação no campo ajuda a fortalecer um projeto popular de sociedade na medida em que se valoriza e se propõe à transformação da agricultura camponesa pelo capital em agricultura como construção social de outra realidade (LIMA, 2011, 115). Mostrando o campo como um mundo rural que tem a vida, cultura, natureza, lazer e produção.

A educação do campo tem suas dimensões, uma política e outra pedagógica, que se aproximam ao serem articuladas pela práxis dos sujeitos em busca da emancipação social da participação nos projetos de vida, cidadania e desenvolvimento em bases agroecológicas de uma sociedade agrária. Foi o campo, a partir de sua história de organização e militância, que produziu a educação do campo, o campo real, das lutas sociais, da luta pela terra, pelo trabalho de seres sociais concretos (LIMA, 2011, 116).

Segundo Arroyo (2007), é preciso educar para um modelo de agricultura que inclua os excluídos, amplie os postos de trabalho, aumente as oportunidades de desenvolvimento das pessoas e das comunidades, e, avance no sentido de direcionar a produção e a produtividade à garantia de uma vida mais digna para todos, respeitando as questões ambientais.

Para os governos entre meados de 1960 e a década de 1990, não importava o modo de vida das comunidades campesinas e demais povos do campo, o que se requeria era haver ultrapassado o arcaísmo da agricultura tradicional, a fim de que os caminhos da empresa agrícola crescessem. A Revolução Verde foi o modelo tecnológico adotado, que impactou social e ambientalmente os espaços rurais, mas também urbanos, cuja construção do cenário brasileiro voltou-se ao agronegócio. Seus efeitos não se limitaram apenas a agravar ainda mais a exclusão social e a degradação dos ecossistemas, o método também exerceu graves impactos negativos sobre a diversidade das culturas rurais. Altieri (2001) mostra que a partir dos anos 60, vários países latino-americanos engajaram-se na implantação da autointitulada “Revolução Verde”, um ideário produtivo proposto e implantado pelos países centrais após o término da Segunda Guerra Mundial.

Pensando de forma consciente, nos anos de 1970 ocorreu uma grande consciência dos limites naturais, logo após a crescente agressão dos recursos naturais até então existente. Esse olhar agroecológico, tratando as relações sociais e técnicas no campo não deve ocorrer apenas como um repasse de informações, mas troca e socialização permanente de aprendizado, de

práticas, de conhecimentos e resultados alcançados. A transdisciplinaridade é um dos princípios do processo educativo complexo, que busca a construção de conhecimento pelo domínio de áreas disciplinares relacionadas entre si, tal como a agroecologia. Gliessman (2000) diz:

A agroecologia proporcionou o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2000).

Assim, podemos afirmar que as lutas e mobilizações de atores politicamente engajados em sua organização até a prática pedagógica, tecida pela agroecologia como uma prática cultural-política demarca territorialidade por identidades sociais camponesas que incorporam sua história e memória de vida dos sujeitos outrora excluídos.

A educação popular nasce em meio a organização popular, como uma atividade separada da escola tradicional, se guiando por metodologias diferenciadas, promovendo autonomia. Não se pode separar a educação popular das relações de poder, sendo em si um processo de conscientização, compreensão da realidade, a realidade social é a práxis educativa.

Na sua origem e através de sua trajetória entre nós aquilo a que se pode atribuir o nome de educação popular conota uma sucessão de estratégias de ruptura do sentido rotineiro da educação, tanto quanto dos modos e das modalidades de sua realização. Um tipo de trabalho pedagógico é popular quando sua vocação está na busca do estabelecimento de relações efetivas ou pelo menos idealizadas com as camadas populares e quando, a partir daí, torna-se real ou pelo menos intencionalmente contestada de uma ordem vigente (BRANDÃO, 2001).

A práxis segundo Gramsci (1989), entendida como uma unidade dialética entre teoria e prática, não é um fator meramente mecânico e sim o construto do histórico. Por ser histórico deve ser também entendido na lógica do ser humano como a expressão da coletividade e suas ações transformadoras de si e dos outros, cujas relações são de natureza social e histórica. A teoria e a ação tem uma relação dialética que postula o ser histórico como político, ampliando a visão de filosofia e política como dados totalizantes, sendo a “filosofia” a história em ato, a própria condição existencial (GRAMSCI, 1989).

Educação popular é apresentada como um território de reinvenção do modo como estamos vivendo e, portanto, de transformação do mundo através da práxis, pelo fato de estar organicamente vinculada aos princípios da educação dialógica proposta por Paulo Freire

(1982). Consegue a educação popular estimular a criatividade, valoriza a relação do ensinando e do ensinado, percebe o homem como ser histórico, da práxis, com um saber e visão crítica.

Afirma Gadotti (1989):

A educação popular, como prática pedagógica e educacional pode ser encontrada em todos os continentes, manifestadas em concepções e práticas muito diferentes e até antagônicas. A educação popular passou por diversos momentos epistemológicos – educacionais e organizativas, desde a busca pela conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa da escola pública popular comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências (GADOTTI, 1989).

Brandão (2001) nos acrescenta o entendimento do conceito de educação popular ao declarar que esta não é uma modalidade pedagógica, ou um nível de ensino da escola tradicional. É antes de tudo, a convergência entre a necessidade de movimentos sociais estabelecerem a dimensão de sua prática pedagógica e a necessidade de setores de educação dissidentes se reorganizarem como movimentos pedagógicos.

Por valorizar o potencial da pessoa e fomentar a experimentação, a capacidade de crítica e interação, transforma a educação numa possibilidade de construção do lado político, permitindo o questionamento das relações de poder da sociedade capitalista, enfatizando a igualdade e o compartilhamento de informações e ações.

Nesse cenário, a educação popular configura-se como um campo prático de questionamentos e debates sobre a necessidade de se efetivarem ações com a propriedade de políticas institucionais de efetiva inclusão da população em situação de vulnerabilidade social nos diversos espaços. Percebendo a inclusão não apenas como garantia do acesso a informação mas a permanência da autonomia do cidadão. De acordo com Gadotti (1989), a educação popular se consolidou como paradigma geral da educação, com base na educação democrática e na extensão da educação e qualidade para todos, ou se confina na importante, mas limitada, educação para os excluídos.

O movimento da educação popular na década de 1980 teve como foco a transformação da sociedade e questionamento de bases capitalistas. Possui em Paulo Freire seu referencial por ele ter sido pensador da pedagogia libertária e emancipatória. Além do autor citado, consideramos como importantes Miguel Arroyo, Carlos Rodrigues Brandão e Moacir Gadotti.

Seria impensável um mundo em que a existência humana se desse ausente da continuidade necessária, quer dizer, fora da história. Neste sentido é que a “morte da história” implica a morte das mulheres e dos homens. Homens e mulheres não podem sobreviver à morte da história que, feita por eles e por elas, as faz e refaz. O que

ocorre é a superação de uma fase histórica por outra que não elimina a continuidade da história na mudança (FREIRE, 2005).

A discussão sobre o avançar do conhecimento destaca, por meio dele a construção de vínculos profundos que é configurada pelas pessoas envolvidas no processo educacional. O educando é levado a compreensão das situações em que está inserido, observando através de novos pontos o que não havia percebido até então, levado a comparar semelhanças e divergências problematizadas na questão. Incorporando, portanto, a educação não apenas como a precondição para uma cidadania ativa das camadas populares, mas como “parte, fruto e expressão de sua constituição” (ARROYO, 2007).

A conscientização é, [...] um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “des-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (FREIRE, 1980).

Educação Popular não pode ser confundida com a “educação informal”. Existem diversas iniciativas educativas que se dão fora da escola, porém detém métodos verticais de relação educador-educando. Segundo Carlos Brandão (2001):

A Educação Popular não visa a criar sujeitos subalternos educados: sujeitos limpos, polidos, alfabetizados, bebendo água fervida, comendo farinha de soja e utilizando fossas sépticas. Visa a participar do esforço que já fazem hoje as categorias de sujeitos subalternos - do índio ao operário do ABC Paulista - para a organização do trabalho político que, passo a passo, abra caminho para a conquista de sua liberdade e de seus direitos. A Educação Popular é um modo de participação de agentes eruditos (professores, padres, cientistas sociais, profissionais de saúde e outros) nesse trabalho político (BRANDÃO, 2001).

Desta maneira a educação popular atua pedagogicamente, onde o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular são levados as formas coletivas de aprendizado e investigação, concretizando o aumento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento. É uma estratégia de construção da participação popular no redirecionamento da vida social.

Na Educação Popular todo o conhecimento trazido pelo educando é o ponto de partida do processo pedagógico, o saber, tanto do trabalho quanto da vida social, facilitam a compreensão de seu papel na sociedade e na natureza. Mesmo sendo fragmentado, a educação popular se vale desta saber como matéria-prima na formulação do conhecimento. Desta forma, não se reproduz a relação de apenas receptor, o educando se torna ativo e protagonista de seu aprendizado.

Ao recuperar a memória através das narrativas da história, a Educação Popular ultrapassa a relação de recepção e adentra a colaboração e troca de saberes, na qual os saberes trazidos pelo educando e sua comunidade são validados. Assim, as atividades empíricas ocorridas na localidade são fortalecidas, a territorialidade dá sustentação para a construção de um projeto histórico de participação.

As questões contemporâneas associadas à ecologia e meio ambiente certamente estão indicando processos de valorização da natureza e da propriedade privada à ela associada. Neste sentido, a nova ordem capitalista, naquilo que se refere à agricultura, pode abrir espaço para uma revalorização do saber e do fazer camponês, o que recoloca a questão da apropriação capitalista dos frutos deste conhecimento (MOREIRA, 2015).

O reconhecimento do saber popular estabelece uma relação que favorece o debate sobre a educação popular. A prática de trabalhos educativos que se distanciam da educação tradicional e formal é uma tendência marcante junto as populações menos favorecidas, imersas numa cultura latente ou mesmo trabalhadores rurais. Nesta prática transfere-se a responsabilidade educacional da figura do professor a profissionais experientes ou pessoas comprometidas com a temática que promovem as reflexões, revelando diversos aspectos significativos sobre o objeto estudado.

Gramsci (1989) já afirmava:

[...] o certo de uma cultura evoluída torna-se verdadeiro nos quadros de uma cultura fossilizada e anacrônica, não existe unidade entre escola e vida e, por isso, não existe unidade entre instrução e educação. Daí porque é possível dizer que, na escola, o nexó instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos (GRAMSCI, 1989).

São difundidos estudos teóricos e análises de experiências práticas. Ultrapassa-se o privilégio de alguns ao acesso à cultura, percebendo-se e valorizando outro lado da sociedade formado por um contingente de massa, difundindo o saber operário, popular e rural. Pedro Demo (1992) comenta que a teoria e a prática da aprendizagem é fundamental na concepção do conhecimento como projeto aberto, entre outras coisas, porque aproxima o conhecimento da sabedoria à medida que se trata os limites como desafios.

Existem outras tendências em educação, que partem da existência de uma cultura e de um saber popular. Entretanto, se explica o discurso popular como sendo, reflexo de uma cultura dominante, e fragmentária e restrita a poucos aspectos sociais. A questão do saber está implícita na reflexão sobre o processo da formação da consciência. A prática educativa de

qualquer agente que se propõe a fazê-lo demanda uma reflexão, troca de conhecimentos e experiências, para que não fuja de um processo educacional metodológico eficaz ou distante do saber popular (MAGALHÃES, 1981). Gramsci (1989) afirma que a escola, isto é, a atividade educativa direta, é tão somente uma fração da vida do aluno, o qual entra em contato tanto com a sociedade humana, formando-se critérios do que habitualmente acredita.

O professor e o processo educacional tradicional não são mais os únicos agentes de conscientização e de mudança. No processo de formação da consciência, a ênfase é dada às condições materiais de vida da população em questão, o seu nível de saber foi resultante de um aprendizado de vida, centrado na família, no trabalho e na comunidade. Compreender o processo de formação da consciência, o papel e os limites que envolvem a prática não só do chamado educador popular como da própria população que o recebe, no avanço da sua conscientização política e de suas formas de organização, são questões que não podem ser descuidadas. Paulo Freire (1974) já afirmava que ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, as pessoas se educam entre si, através de sua organização.

Afirmção do sujeito e da existência, a dúvida é mudança completa. Através dela, opera-se uma retomada, uma ruptura das regras do jogo. Essa mudança que quebra a banalidade do se é decisiva. Não se explica somente pela pressão das circunstâncias e das condições, ela representa e repousa sobre a decisão. Ela revela e atesta o momento em que surge a pessoa, [...] qualquer que seja o valor dos mestres, da educação, da cultura adquirida, chega o momento em que é necessário se situar, se colocar, aventurar-se no mundo e na história. (GADOTTI, 1989)

Uma visão mais trabalhada de educação admite a existência de um saber popular, distinguindo em níveis de consciência desse saber. É um saber que surge do vivido, das experiências, tendo a cultura como reprodução do próprio viver (MAGALHÃES, 1981). Estas influências tem se revelado nas propostas metodológicas mais atuais de trabalho, segundo Gadotti (1989), opera-se a passagem à consciência crítica ou simplesmente a consciência, que significa a renúncia da dita autoridade exterior, cabendo descobrir o que pode elucidar e conduzir, enfrentar e fazer frutificar os desafios presentes.

O ideal educativo conta com um grande número de ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo.

## **2.2 ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR E IDENTIDADE SOCIAL**

### **2.2.1 As lutas sociais e a educação do campo**

Destaca-se que os movimentos de ocupação da Baixada Fluminense são de duas épocas: início dos anos 60, com forte atuação das Ligas Camponesas, e início da década de 80, com a abertura política paralela a crise econômica que gerou razoáveis índices de desemprego. Nesse contexto, diversos desempregados urbanos, percebendo-se de origem rural (muitos oriundos da região Nordeste, Norte Fluminense, Minas Gerais e Espírito Santo), viram no retorno à terra um meio de viabilização econômica. Esses movimentos resgataram para a agricultura extensas áreas que teriam sido em poucos anos totalmente loteadas, caso não tivessem sido ocupadas (EMATER, 2015).

Além dos movimentos de ocupação, a região é composta historicamente com predominância de posseiros e pequenos estabelecimentos rurais. A intensa aglomeração populacional dos centros urbanos próximos, tem relegado o setor rural a uma grande ausência de políticas públicas. A produção em bases sustentáveis, além de ser importante para a viabilidade econômica e social do setor rural e para os consumidores, toma especial dimensão nesta região, tendo em vista que boa parte das áreas rurais estarem localizadas em entorno de áreas de proteção ambiental.

No final dos anos 70, com o desgaste dos governos militares, surgem indícios de um novo sindicalismo no campo, como aliás, também ocorria nas cidades. O processo de industrialização brasileiro realizava-se pela importação de um padrão industrial altamente tecnificado e poupador de força de trabalho, contribuindo para que o mercado fosse incapaz de absorver a força de trabalho migrante, causando desemprego urbano e alta incidência do trabalhador boia-fria. A terra continuava concentrada e o latifúndio encontrava-se nas mãos de grandes empresas multinacionais ou do latifundiário conservador explorando monocultura.

## Linha do Tempo

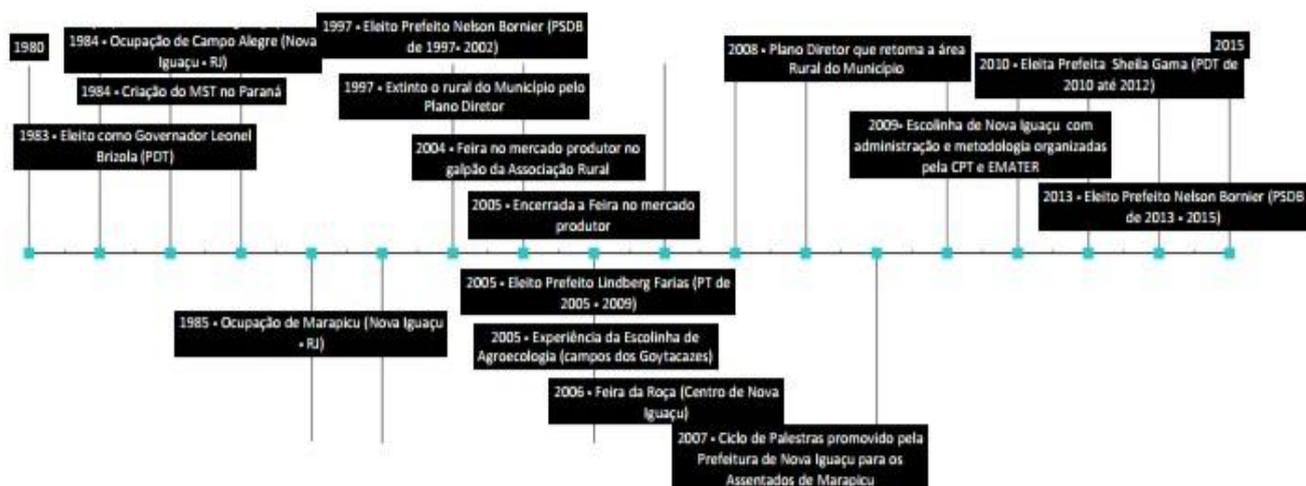


Figura 2: Linha do Tempo de Marapicu

Fonte: Soares, 2015 (inspirada em relato oral descrito abaixo).

Através da história oral relatada no Encontro da Articulação de Agroecologia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 06/08/2015, é possível trazer a representação do território pelos fatos históricos trazidos por integrantes da EMATER RJ de Nova Iguaçu por assentados de Marapicu. Os relatos na íntegra estão anexados à esta dissertação.

A ocupação de Campo Alegre tinha acontecido em 09 de janeiro de 1984, marco na ocupação da terra que reverteu o processo de urbanização que já se apresentava na região de Nova Iguaçu, desacelerando a urbanização na região da Baixada Fluminense. A EMATER formou um grupo executivo em julho de 1984 para atuar na ocupação de Campo Alegre. A CPT já estava auxiliando na ocupação, que possuía um movimento de base muito forte. Inicialmente, o Padre Eduardo Alves de Freitas atuou em Campo Alegre, um dos primeiros padres na atuação direta na ocupação. Podemos destacar também as participações na CPT do Padre Geraldo João Lima, da Sonia Ferreira e da Generosa Silva; segundo relato, a abordagem da CPT se iniciava pela mobilização das famílias e permanecia até a efetivação da desapropriação da terra.

Hoje, o local do início de Campo Alegre é o bairro Cruzeiro onde começou todo o movimento de ocupação. O trabalho se dava de forma coletiva, uma roça coletiva, a estratégia foi ocupar aos poucos e não distribuir a terra imediatamente para a comunidade para poder resistir de forma coletiva a qualquer tipo de repressão, tomada por mutirões que uniram a todos no território. Pensando no contexto de ditadura militar, todo o planejamento era feito

para não dispersar a população (resistência aos paramilitares e jagunços). As áreas de loteamento que alguns fazendeiros já haviam se apossado.

No início da ocupação de Marapicu, o Luis Fernando de Jesus, durante muitos anos de sua vida se dedicou a agricultura na região e faleceu em 2014, ajudou com os conhecimentos do exército. Depois do decreto de ocupação de 1984 de Campo Alegre, descobriu-se que Marapicu era uma fazenda federal e seu processo de desapropriação não seria de forma simples. Nenhuma das ocupações foram pacíficas nos diversos assentamentos do Rio de Janeiro, o que difere Campo Alegre foi o auxílio e aparato da Secretaria de Estado de Justiça. Em 1985, ocupou-se o território de Marapicu e exigiu-se a documentação, só conseguiram pela luta política ficar ao lado de Campo Alegre, mas na questão de negociação da terra a fazenda Boa Vista pertencia ao Banco Nacional de Habitação (BNH) e o governo do Estado não poderia liberar as terras.

A Caritas e a Diocese de Nova Iguaçu apoiavam o assentamento, o MST (Movimento dos Sem Terra), só chegou depois porque ainda estava se organizando, chegando no estado do Rio de Janeiro no ano de 1985. Através dos grupos de desempregados apoiados pela Caritas, esses desempregados começaram a se reunir nas igrejas católicas que o apoiavam, encontraram o mesmo histórico de passado rural entre si, desejando juntar forças e tentar a posse da terra. Esse movimento foi tão forte serviu de exemplo para outros, como o assentamento de Marapicu que nasceu em 1985 e outros durante a década de 1980. A decisão já era da população e depois chegou o apoio da igreja pela CPT.

Após 1985 começaram a ver alternativas direcionadas aos agricultores e assentados pelo Plano Nacional, na Nova República. Cada estado tinha verba para montar seu programa de assentamento em 1988. Após mudanças de governo, as discussões de assentamento foram abafadas só sendo retomadas em 1991, em Nova Iguaçu, como um todo, não existia um trabalho focado só no assentamento de Campo Alegre, como ocorreu no seu início.

Projetos de microbacias (projetos que viabilizavam uma atenção as redes hidrográficas) foram criados na década de 1990 e aos poucos surgiram projetos que demonstravam uma conquista social como o Projeto de Crédito Especial e Reforma Agrária (PROCERA/1992) começaram as propostas para o rural alternativo, apesar de já existir alguma atividade trazida por pessoas que tinham relação com a UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). As alternativas na lavoura eram para dar solução de baixo custo às plantações. As ideias de baixo custo foram crescendo, e o objetivo foi caminhar nesta direção até o encontro com a Escolinha de Agroecologia trazida de Campos (tinha algo parecido em Campos, porém voltado ao trabalho com plantas medicinais),

Em 2007 a prefeitura assumiu o projeto da EA e não permitiu a EMATER e a CPT de se envolverem. Apenas em 2008 o escritório da EMATER participou como palestrante e em 2009 assumiu por completo a questão metodológica e a CPT a questão administrativa. O curso foi levado para a Catedral e formatou-se o curso que se apresenta hoje deixando a transição e assumindo a agroecologia com diversas parcerias. É preciso deixar claro que a EA começou em 2007 quando Luiz Fernando de Jesus, na época membro da CPT Baixada Fluminense, trouxe a ideia de Campos dos Goytacazes, onde havia uma “Escola”, porém com o foco mais voltado para alternativas de combate a pragas e doenças, especialmente através da homeopatia.

O início das feiras se deu em 2004, como o mercado produtor no galpão da Associação Rural. Outras iniciativas tinham ocorrido para o estabelecimento das feiras, contudo não foram perpetuadas. No governo de Lindbergh, governo de cunho popular, o mercado como modelo de feira encerrou-se em abril de 2005; no princípio seria uma reforma no local da feira, porém a feira não voltou a ocupar este espaço. Através da visibilidade promovida pelo Fórum Mundial de Educação para a agricultura através da feira que foi colocada no evento, em setembro 2006 foi liberada a Praça Rui Barbosa para a Feira da Roça, conforme encontrado até os dias de hoje, depois de muita resistência dos agricultores com o Conselho de Políticas Públicas.

Nos municípios vizinhos repercutiu-se a história da Feira da Roça e foram se propagando. Em 2011, o Ministério de Desenvolvimento Social forneceu barracas e o caminhão. A Feira da Roça contempla diversos alunos e ex-alunos da escolinha e a EA estão juntas, dando um fator de potencialidade na expressão de identidade rural na região periurbana de Nova Iguaçu. No zoneamento político, econômico e ecológico proposto no plano diretor municipal, as áreas rurais são delimitadas como fazendo parte de um Cinturão Verde, composto por sitiantes e pecuaristas, categorizando essas atividades como agricultura urbana:

Artigo 10º- As Zonas de Transição (Cinturão Verde) compreendem as áreas do território onde se encontram presentes atividades agrícolas e pecuárias de pequena escala, formada basicamente por sítios e chácaras de lazer, sendo caracterizada por uma ocupação de baixa densidade e de edificações dispersas (Plano Diretor, 2008).

Através da implementação do Plano Diretor, foram possíveis ações direcionadas inicialmente aos assentados de Marapicu no reconhecimento das demandas sociais e a ênfase na educação e na cultura da população localizada nesta região.

O Plano Diretor de 2008 define as zonas rurais como:

Artigo 54º - Constitui Zona Rural a parcela do território municipal não incluída na Zona Urbana, destinada às atividades primárias e de produção de alimentos, bem como as atividades de reflorestamento, de mineração, de agropecuária e outros, desde que aprovadas e licenciadas pelo órgão municipal de meio ambiente.

Conforme os capítulos até aqui apresentados, fica explícita uma diversidade de atores sociais que compõem esses territórios, e diferentes concepções de meio rural que se apresentam na delimitação dessas zonas. Outro fator que merece ser abordado é proximidade das zonas rurais com o que se determina zona urbana. Uma das ações municipais foi a implementação de feira da roça para os agricultores, distribuídas pela cidade, sendo uma feira de base Agroecológica, não pode ser considerada orgânica pois nem todos os feirantes são devidamente certificados, ocorrendo uma vez por semana no bairro do Centro e dela participam boa parcela dos produtores de agricultura familiar da cidade.

O ressurgimento das lutas dentro da região da Baixada Fluminense segundo foi relatado na sede da EMATER de Nova Iguaçu se deu da seguinte forma: no processo de abertura política dos anos 80, tendo por base a retomada das lutas por parte de antigas lideranças sindicais que retornaram ao estado ou que saíram da clandestinidade com a anistia. Essas lideranças detinham todo um conhecimento e estratégias de mobilização e articulações para poderem negociar com o Estado além de um forte apoio da Igreja Católica. O processo de retomada das lutas na Baixada Fluminense teve como base a fundação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) em 1978, tendo o apoio da Igreja Católica, que começou a organizar as ocupações de terra na região, no período de 1978 a 1980.

Atualmente, Campo Alegre se encontra como uma das zonas rurais de Nova Iguaçu, participando diretamente da luta pela resistência da agricultura familiar, ainda sofrendo com o forte processo de urbanização e desarticulação interna, mesmo assim é um movimento apoiado pelo MST-RJ e que busca manter certo grau de produção agrícola. Mesmo com todas as dificuldades, as famílias de Marapicu conseguiram se organizar em torno de um caráter agroecológico, participando da Escolinha de Agroecologia, no bairro Aliança durante dois anos. Deve-se destacar o papel que um grupo de técnicos que atuavam nos movimentos sociais da Baixada Fluminense, que se inseriram na secretaria municipal de Meio Ambiente e de Agricultura do município e que tiveram fundamental participação para a regulamentação e a titulação das terras junto à prefeitura de Nova Iguaçu.

Essa interferência assume relevância neste estudo, considerando a relação desses agentes nas organizações enquanto os agricultores se reconhecem como sujeitos coletivos e autônomos.

Levando em conta a inserção do indivíduo no movimento histórico, ou seja, considerando as relações dialéticas sujeitos/sociedade, Sader (1988) entende o sujeito autônomo como aquele que é capaz de reelaborar as determinações externas em função daquilo que define como sua vontade. Em razão disso, Sader (1988) ainda afirma que um novo sujeito político emerge quando uma matriz discursiva é capaz de reordenar enunciados ou articuladas de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam por novos significados.

Sob esse ângulo de análise, pode-se inferir que a superação da alienação e constituição de uma consciência crítica no terreno das mobilizações populares é, pois, o próprio processo de constituição desses movimentos como sujeitos coletivos autônomos, e só nessa condição é que têm significado no processo mais amplo de transformação da sociedade.

A autonomia dos movimentos populares não supõe o isolamento destas outras organizações da sociedade civil e política, mas a sua construção se assenta numa crescente busca e conquistas do novo, que se dá no confronto cotidiano com o opressor, embate esse que requer das organizações populares articulações e alianças com as demais forças que lutam pelos mesmos propósitos, fortalecendo e dando visibilidade a outros. Essas articulações e alianças permitem estabelecer elos entre as lutas pontuais empreendidas pelos movimentos com forças sociais e políticas mais universais, sendo, portanto, necessário ao processo organizativo mais amplo dos setores dominados, que aqui podemos identificar como agronegócio.

A conquista da autonomia trata-se de um modo de ser coletivo, um estado de estar em ação, dinâmico, interagindo com semelhanças e diferenças, ganhando e perdendo lutas, mas sempre se posicionando com alguns pontos básicos que delineiam uma proposta própria (GOHN, 1988).

Esse pensamento reflete bem o que afirma Gohn (1988) sobre a ação autônoma, que pressupõe a independência do grupo e a produção de condições e relações de vida coletiva, que criam um novo campo de subjetividade a partir das singularidades do sujeito.

Os territórios políticos e propriedades privadas surgem como forma de poder social em diversos contextos sociais diferentes. Conforme Sack (2011), poder social é a expressão primária da forma geográfica da territorialidade. Sendo o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados, utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. A compreensão do poder social funciona como entendimento das relações históricas entre sociedade, espaço e tempo.

Por movimentos sociais, segundo Sen (2010), o empoderamento, aqui tratado como poder social, ocorre por membros da própria comunidade, onde o agente interventor pertence

ao próprio grupo. Isso afasta o fechamento em si, ou a endogenia, pois para que as situações se modifiquem são necessários diálogos com agentes externos tal como o Estado e a própria sociedade civil. Se essas atividades interventoras obtêm sucesso, a replicação para outras esferas e localidades é o caminho natural.

Para Sack (2011) em seu artigo *O significado de Territorialidade*, territorialidade surge como a tentativa de controlar pessoas, tanto por indivíduos quanto por grupos, fenômenos e relações, ao delimitar ou assegurar seu controle sobre área geográfica, os quais identificaram nas relações estabelecidas na Escolinha.

Com base nas considerações sobre a influência de atores sociais em suas diferentes vinculações institucionais no processo de organização popular dos agricultores e a perspectiva de constituição autônoma dos novos sujeitos coletivos, é importante destacar que a experiência dos movimentos de agricultores em qualquer que seja sua inserção, vem revelando a formação de uma importante construção cultural e política.

Ilustram-se as alianças e conjunções e mesmo as formações dissidentes que surgem do tecido social, compondo movimentos transversais e polifônicos que intensificam a pluralidade de pensamentos e comportamentos. A ênfase está na questão processual, complexa e paralela de desenvolvimento dos tecidos sociais. As estruturas dos tecidos sofrem, a todo o momento, novas germinações, que tanto podem conduzi-las a novas direções, como pode segmentá-las, estratificá-las ou mesmo rompê-las. Mesmo e, sobretudo os territórios são agitados por esses profundos movimentos.

### 2.2.2 Escolinha de Agroecologia: como princípio de educação do campo

A concepção e realização do curso de Agroecologia, denominada Escolinha de Agroecologia (EA) está sob atual responsabilidade da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com apoio direto da EMATER Rio de Nova Iguaçu foi fundada em 2007, com o objetivo de possibilitar a construção de uma identidade e protagonismo do agricultor para o fortalecimento do movimento agroecológico a partir da aproximação com a temática da Agroecologia, e compreensão da necessidade de estabelecer um novo modelo produtivo no campo e na cidade, resgatando assim valores e práticas culturais que busquem a conservação e preservação do meio ambiente. A Escolinha procura trabalhar com conceitos básicos e incentivar a experimentação e a busca de soluções a partir da criatividade de cada agricultor participante. Isso faz com que cada um de fato se aproprie dos conhecimentos agroecológicos e seja uma testemunha de suas vantagens.

No Brasil, a formulação de questões da agricultura familiar e a busca de políticas para este setor estão associadas à noção de manutenção da família, da propriedade e da cultura. Esta noção cultural ideológica aparece também associada à noção de agricultura familiar. [...] a contemporaneidade ecológica adiciona mais um elemento o de gerar uma renda suficiente para manter a família e usar recursos naturais de forma sustentável (MOREIRA, 2015).

O que será apresentado nesta parte do capítulo são compilações entre o que foi relatado nas visitas à EMATER de Nova Iguaçu em 2015 e o que foi publicado na edição nº 1, denominada Agroecologia no Rio de Janeiro (2008), produzida pelo Encontro Metropolitano de Agroecologia colocada de forma completa anexo a esta dissertação.

A iniciativa de promover a Escolinha de Agroecologia foi da CPT- RJ – Comissão Pastoral da Terra - Regional Baixada Fluminense, baseando-se em experiência similar desenvolvida na região norte do Estado do Rio de Janeiro. Iniciou em 2007, em parceria com a Prefeitura de Nova Iguaçu. Sendo uma experiência alternativa construída pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das comunidades de assentados e pelo Movimento Sindical dentro do modelo que se conhece desde 2008. Ao longo dos anos, as parcerias foram aumentando com a EMATER Rio fornecendo instrutores e compartilhando a coordenação com a CPT, cabendo à EMATER a coordenação técnico-pedagógica e à CPT a coordenação administrativa; a EMBRAPA Agrobiologia cede instrutores e recebe todos os anos os alunos da Escolinha para uma visita à sua fazendinha agroecológica experimental (Km 47 da Rio São Paulo em Seropédica - RJ); a PESAGRO Olericultura também recebe os alunos em visitas técnicas; a UFRRJ apoia a Escolinha cedendo ônibus para algumas visitas técnicas, além de instrutores; as Secretarias de Agricultura de Japeri e Queimados cedem suas kombis para o transporte de alunos; o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – viabiliza as atividades da Escolinha através de apoio financeiro, assim como as ONGs e ASPTA – esta última, com participação também de instrutores. A Escolinha também se integra ao projeto de Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes do MAPA (EMATER,2013).

O fortalecimento dos movimentos sociais, em particular dos movimentos ambientalistas, e das Organizações não-governamentais (ONGs) também contribui para redefinir o espaço de atuação da agricultura familiar e abrir novas oportunidades. Movimentos sociais e ONGs vocalizam uma parte das preocupações da sociedade com o meio ambiente, com a segurança dos alimentos e com questões de equidade que teriam dificuldade de se expressar no mercado de forma imediata (BUAINAIN, 2006).

A partir da experiência iniciada em 2005 em Campos dos Goytacazes nas dependências da Universidade Federal Fluminense foram realizados encontros com o objetivo de formação, sendo posterior transferida para o assentamento de Zumbi dos Palmares também na mesma cidade. O modelo da escola popular de Campos foi a inspiração par o início do trabalho da Escolinha de Nova Iguaçu, também fundamentada na troca de experiências e no diálogo, ocorrendo um debate técnico e político a partir das experiências práticas em agroecologia.

Na região da Baixada Fluminense há predominância de agricultores familiares, sendo que na área de abrangência da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu/RJ cerca de 50% são oriundos de movimentos de ocupação organizada, alguns gerando projetos oficiais de assentamento. A Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu vem aumentando a abrangência de sua intervenção a cada ano. Em 2007 e 2008, ficou restrita a alunos do município de Nova Iguaçu, com predominância da comunidade de Marapicu. Atualmente sua abrangência ultrapassa o município de Nova Iguaçu. A primeira sede da EA foi em Marapicu, sua transferência para o Centro de Nova Iguaçu o que facilitou o acesso de interessados de outras cidades do Estado desde o ano de 2008.

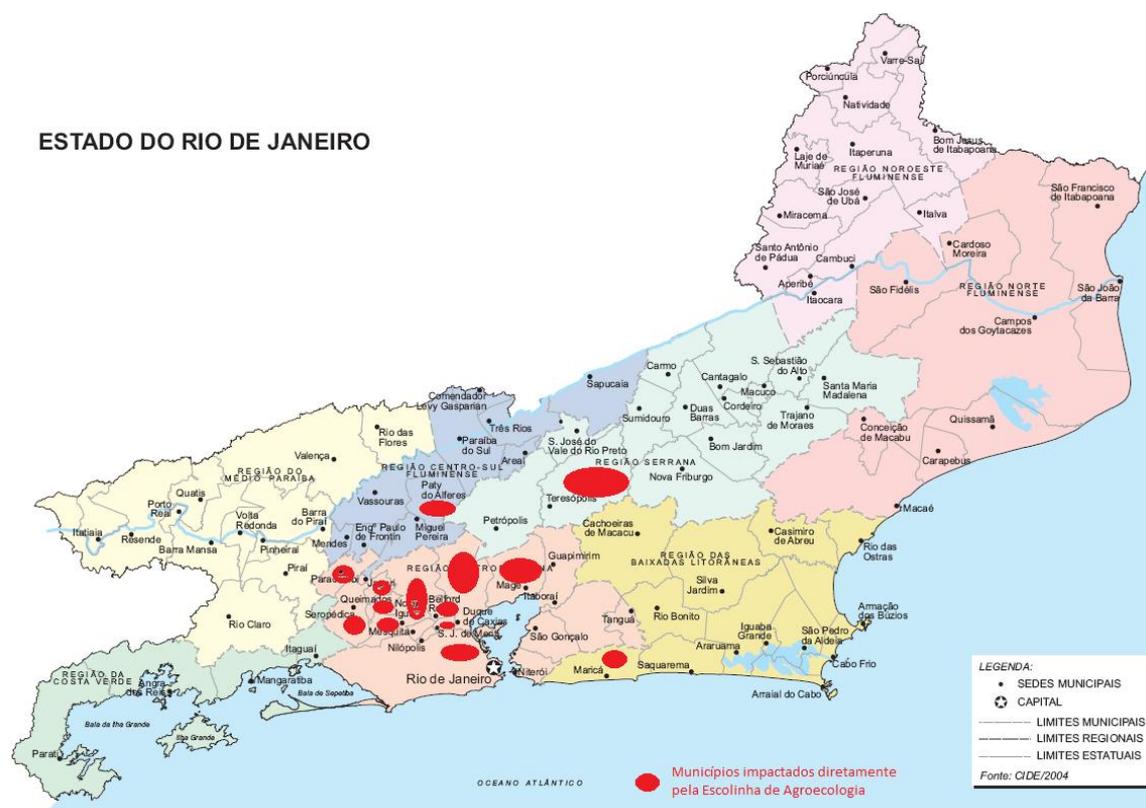


Figura 3: Mapa do Estado do Rio de Janeiro  
 Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/2322E>, adaptação SOARES, 2015.

Procura-se apontar com o mapa da figura 3 os impactos em diversos municípios onde agricultores se deslocam até o Centro de Nova Iguaçu e participam da Escolinha de Agroecologia. Tendo em vista o cenário persistente rural de Nova Iguaçu, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e de diversas outras cidades que também persistem na manutenção de seu espaço rural diante de toda uma fragmentação da agricultura. Procura-se reinventar a EA a partir da realidade das pessoas que fazem história neste território trazendo a tona novas potencialidades e oportunidades dentro do Estado, promovidas pela nova ruralidade, e novas formas de ocupação e uso do solo, especialmente com as vantagens geradas pela Agroecologia.

As práticas de transição agroecológica vêm sendo adotadas há vários anos na região, fato este favorecido pelo baixo poder aquisitivo dos agricultores locais, pela dificuldade de acesso às grandes fornecedoras de insumos sintéticos, pela estrutura fundiária e pela proximidade com o consumidor, que influencia na busca de qualidade pelo agricultor. A instalação de uma Feira da Roça em 2006, antiga reivindicação dos agricultores atendida pela Prefeitura de Nova Iguaçu, deu mais visibilidade à produção local, ao mesmo tempo que valorizou os produtos obtidos de forma orgânica ou mais natural.

A carência que cerca a vida dos moradores de bairros periféricos não é em si mesma vetos das mobilizações e lutas reivindicatórias, visto que no desencadeamento destas são fundamentais os valores referenciais da população na percepção de carências comuns e consciência de direitos, os agentes externos, frente à alienação político-cultural na qual está submissa a maioria desses grupos. (ABREU, 1992, p. 52)

A EA é uma atividade informal de formação, visando a apropriação pelos agricultores de processos técnicos para serem aplicados dentro de um sistema agroecológico de produção. Apresenta segmentos teóricos e práticos de conservação do solo e água, métodos alternativos de controle de praga e doenças, meio ambiente, criações entre outros.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) que nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi chamada a desenvolver inicialmente junto aos trabalhadores da terra um serviço pastoral e desde a década de 1980 atua na Baixada fluminense. A CPT atua em conjunto com os trabalhadores assalariados e produtores sem registro de terras, promovendo articulações e organização. Em cada região do país o trabalho toma uma forma diferente, de acordo com os desafios apresentados no território que se estabelece. Tendo sempre como objetivo estar á serviço dos trabalhadores rurais (EMATER, 2015).

Em Nova Iguaçu, a CPT permite que a Escolinha de Agroecologia tenha um espaço para realizar as aulas do curso além de outras iniciativas junto aos trabalhadores. Podemos citar como exemplo o fomento a produção integrada em assentamento rural da cidade em Agroecologia. Encontrou-se também registro de seminários promovidos em parceria com diversas entidades envolvendo os moradores e agricultores de Nova Iguaçu, Mesquita, Japeri, Paracambi, Belford Roxo, Queimados e Nilópolis.

A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) foi criada no século XXI um movimento de preferência por organizações da sociedade civil que a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências, procura se articular no estado com o objetivo de fortalecer e ampliar as iniciativas agroecológicas. Desde os anos 70, na promoção da agricultura chamada alternativa e suas manifestações e experiências por todo o estado. Os movimentos criticam a produção convencional com base na utilização de insumos externos, principalmente os agrotóxicos. Em Nova Iguaçu, a Articulação de Agroecologia na região Metropolitana do Rio de Janeiro atua em parceria com a AS-PTA. O movimento pela agricultura urbana foi desenvolvido, baseando-se no princípio da agroecologia e fortalecimento da organização popular, buscando superar as desigualdades sociais e econômicas e fazer a ação política a partir da articulação entre as ações cotidianas. Estas iniciativas são viabilizadas, principalmente, a partir do engajamento e da mobilização de recursos financeiros de seus participantes e, eventualmente, de apoios da cooperação internacional. Promovem uma rede que engloba as mais variadas identidades socioculturais: agricultores familiares, assentados, quilombolas, agricultores urbanos, consumidores e afiliações institucionais (AS-PTA, 2011).

A AS-PTA, Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos, atuante desde os anos de 1980. Sua atuação acontece em território nacional no fortalecimento da agricultura familiar e da promoção do desenvolvimento rural sustentável com enfoque agroecológico. Procura constituir espaços de aprendizado coletivo, por meio de redes da sociedade civil proporcionando ações de articulação e de organização de movimentos da sociedade para elaboração de políticas públicas sustentáveis. Entre os principais programas desenvolvidos na atualidade é possível destacar, o programa de desenvolvimento local do agreste da Paraíba, o programa de desenvolvimento local do Centro Sul do Paraná e Planalto Norte Catarinense e o programa de incentivo à agricultura urbana na zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. No desdobramento do programa de agricultura urbana ocorre o incentivo à Agroecologia e a parceria com a Escolinha de Nova Iguaçu (AS-PTA, 2011).

Pensar a autonomia frente às ações do Estado não significa o corte de suas relações e autogestão de suas demandas, haja vista que é justamente nessa interação que de um modo geral as organizações se concretizam e se constituem como sujeitos coletivos. Desse modo, essa relação, numa perspectiva de autonomia, traduz enfrentamentos e negociações em que os movimentos demarcam suas posições por lutas por direitos.

Cabe ressaltar que a redemocratização brasileira teve como uma de suas características mais marcantes um intenso processo de institucionalização das organizações sociais. Com a proliferação de diversos tipos de fóruns participativos (conselhos de políticas e programas; comitês gestores; orçamentos participativos etc.), nos diferentes níveis e setores do Estado brasileiro, conformando um amplo espaço de atuação institucional para organizações e movimentos sociais (MARQUES, 2000).

A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) nasceu no ano de 2006 como uma rede de organizações da sociedade civil, movimentos sociais do campo e da cidade e entidades de ensino, pesquisa e extensão com os objetivos principais de mapear, sistematizar e articular ações em conjunto de iniciativas a favor de uma agricultura ecológica. A Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro desempenha então um mapeamento, identificação e sistematização de experiências em agroecologia no estado, tendo como base algumas estratégias de atuação e os princípios apontados pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e pela Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-Agroecologia. Por meio de um desenvolvimento, as estratégias de mapeamento, identificação e sistematização de experiências utilizadas pela AARJ usam metodologias participativas, onde o diálogo de saberes e os intercâmbios entre as iniciativas formaram a base de todo o trabalho de articulação e consolidação da rede estadual. Abraça o princípio que o desenvolvimento de processos relacionados com a concepção do conhecimento agroecológico no Rio de Janeiro favorece o fortalecimento da AARJ, e também sua atuação como movimento social (PETERSEN, 2012).

Refletindo sobre a importância dos movimentos sociais, como elemento regulador das tramas comunicacionais e informacionais em busca da nomeação do real é o “poder simbólico”, que, de acordo com Bourdieu (1998), é um poder de construção da realidade, em que os símbolos, enquanto elementos de conhecimento e comunicação, são instrumentos de integração social. São eles que tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social, o que contribui para a reprodução da ordem. Para o sociólogo, o poder simbólico é um poder invisível, presente nas relações sociais, sendo estruturante e estruturado pelas mesmas, e que só pode ser exercido se ignorado como arbitrário.

Desse modo, o poder simbólico, na mobilização social define os modos pelos quais os atores sociais disputam, através de práticas discursivas, a prevalência do seu modo de perceber e classificar as coisas do mundo, isto é, de produzir a realidade. As relações de poder entre interlocutores são definidas pelo modo como os dispositivos de enunciação são reconhecidos e consumidos. Quando o sujeito se reconhece no enunciado de uma mensagem, texto ou informação, quando ele se identifica com o conteúdo e a cultura ali expressos, ele consente as premissas que o interlocutor lhe propõe. O poder está conjugado, desse modo, aos efeitos proporcionados pelo discurso.

Apesar de não ter sido formado através da Escolinha de Agroecologia o fortalecimento de algumas formas de mobilização dos agricultores vem crescendo e manifestando e pertencimento com a cultura rural. Identificam-se a Associação dos produtores, a Associação da agroindústria, Associação da feira da roça, com relevância a Cooperativa Univerde, outros projetos sem deixar de mencionar a OCS, Organização de Controle Social, definida como grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade. A participação de um número considerável de lideranças de associações de agricultores e de conselheiros municipais de desenvolvimento rural, além dos participantes da Feira da Roça, é um fator que potencializa o alcance da experiência (EMATER, 2015).

A metodologia e os temas abordados na Escolinha de Agroecologia segundo o documento de Sistematização do ano de 2013 (EMATER, 2013) são decididos entre os parceiros promotores. Entre os temas dos encontro de forma mais direta estão: Introdução à agroecologia, manejo ecológico do solo, práticas conservacionistas, adubação verde, compostagem e substratos alternativos para sementeiras, a conservação e legislação das águas, visão crítica sobre história dos agrotóxicos e transgenia; identificação de pragas e doenças das plantas, métodos alternativos de controle de pragas e doenças, sistemas agroflorestais, homeopatia aplicada à agropecuária, piscicultura, criação de aves, saneamento rural, entre outros. Procura-se mesclar aulas teóricas e práticas, com demonstrações de método e excursões. A programação completa do curso se encontra em anexo.

Na metodologia do documento de sistematização da EA (EMATER, 2013) são determinadas as aulas com periodicidade quinzenal, 6 horas cada, com intervalo para almoço, que é fornecido pela própria EA. Em média são 20 encontros anuais, perfazendo uma carga

horária de 120 horas. A Escolinha de Agroecologia tem como seu objetivo estabelecer estratégias para influenciar os agricultores de Nova Iguaçu a estabelecerem novas relações com a agricultura e possibilitarem o uso da Agroecologia.

A partir de 2010, introduziu-se a obrigatoriedade de apresentar um “trabalho de conclusão de curso”, ou seja, cada aluno - ou grupo de alunos - deve experimentar em sua propriedade uma das práticas agroecológicas discutidas durante o ano, cujo resultado será trazido para debate no mês de dezembro. A escolha do tema é livre e deve ser feita até meados do mês de julho. A forma de apresentação também é livre, e com este trabalho pretende-se fomentar a troca de experiência entre os alunos. É exigida frequência mínima de 50% para obtenção de certificado de conclusão de curso, sendo que é obrigatória a presença nos segmentos de Introdução à Agroecologia e Manejo Ecológico do Solo, trabalhados no início do ano letivo, sem o que o certificado não é fornecido, mesmo alcançando o índice mínimo de frequência (EMATER, 2013).

Segue tabela demonstrando o número de participantes ao longo dos anos:

<b>Relação de inscritos na Escolinha de Agroecologia</b>		
2008	Nova Iguaçu	33
2009	Nova Iguaçu	47
	Mesquita	2
	Queimados	6
	Japeri	15
	Rio de Janeiro	1
2010	Nova Iguaçu	23
	Queimados	9
	Japeri	5
	Paracambi	1
	Seropédica	4
2011	Nova Iguaçu	32
	Japeri	3
	Belford Roxo	1
	Queimados	13
2012	Nova Iguaçu	32
	Queimados	1
	Magé	1
	Paracambi	7
	Japeri	1
	Belford Roxo	4
	Paty de Alferes	1
2013	Nova Iguaçu	14
	São João de Meriti	3
	Rio de Janeiro	9
	Queimados	3
	Japeri	14
	Teresópolis	3
	Mesquita	1
	Paracambi	3
2014	Nova Iguaçu	21
	Queimados	5
	Japeri	9
	Paulo de Frontin	1
	Mesquita	1
	Paracambi	6
	Rio de Janeiro	2
	Duque de Caxias	1
2015	Nova Iguaçu	31
	Queimados	4
	Japeri	8
	Paty de Alferes	2
	Seropédica	2
	Rio de Janeiro	2
	Maricá	1
<b>Total</b>	<b>388</b>	

Figura 4: Tabela com relação de inscrições na Escolinha de Agroecologia  
Fonte: Soares, 2015 (baseada em dados fornecidos pela EMATER, 2015).

Através da tabela é possível identificar que um grande percentual de agricultores permanecem buscando a EA ao longo dos anos de sua existência, destacamos o crescimento de pessoas de cidades vizinhas ou até mesmo distantes no interesse pela agroecologia, a localização da EA foi um facilitador para este acesso. Mesmo assim, permanece a grande procura de agricultores residentes em Nova Iguaçu.

### 2.2.3 Configuração da identidade social e relações de poder

A questão envolvendo o desenvolvimento sustentável encontra, nas últimas décadas, uma importante reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se encontram para garantir igualdade e ordenar as relações entre o global e o local. O social é o ponto central onde se explicitam os maiores obstáculos de respostas que possibilitem uma articulação dos diferentes interesses em cena.

As localidades e os espaços tidos como rurais são sujeitos a reelaboração e ressignificação de acordo com as matrizes simbólicas dos diversos atores sociais que disputam sua ocupação ou utilização. Sendo assim, a localidade, ainda que tenha um substrato físico, espacial, deve ser percebida como uma construção social em contínua reformulação, a qual só pode ser compreendida de maneira interativa, ou seja, no contexto das relações engendradas entre o local e o global (CARNEIRO, 2012).

A organização democrática do poder local assume cada vez mais um espaço central numa agenda que contemple a necessária articulação não só entre atores, mas entre políticas. Nessa direção torna-se fundamental criar as condições para inserir crescentemente a problemática ambiental no universo da gestão local, e principalmente em relação à dinâmica das políticas sociais.



Figura 5: Diagrama com relações intersetoriais da EA  
Fonte: SOARES, 2015 (baseado em dados fornecidos pela EMATER)

O Diagrama anteriormente detalhado buscou representar, de forma aproximada, o campo de relações mobilizado na construção de alternativas entre os agricultores e todas as redes que o cercam quando integrados à EA. Cabe reforçar que a rede de atores aqui delineada, poderia ser estendida para além das organizações e espaços de articulação acima mencionados, mobilizando um universo bem mais amplo de agentes, através de conexões de diferentes tipos. Priorizados os vínculos que nos pareceram mais fortes e mais significativos do ponto de vista da estruturação da rede a partir dos diálogos nas entrevistas.

Os mecanismos instituídos pela Constituição Federal de 1988 no Brasil, formam uma tentativa de fortalecer o debate e estimular a inserção de atores sociais no espaço político. Acredita-se ainda que esse tipo de ação privilegie as camadas menos favorecidas economicamente, à medida que dá voz a qualquer cidadão que queira participar, sugerir, gerir em conjunto, fiscalizar o poder político local, em especial, com a possibilidade de criação de redes digitais polifônicas. Nesse exercício, tais espaços se fortalecem e possibilitam uma gestão local mais democrática. Entretanto, não se pode garantir que estes espaços sejam de fato inclusivos.

É necessário compreender esse rural periurbano, sua natureza, sua inserção no mercado, seus atores no processo de gestão. As diversas associações que se firmaram são vetores que criam pressão sobre essas terras, que são áreas vulneráveis, em transformação, com identidades ameaçadas. A escolinha tem sido a maneira encontrada de incorporação do rural e da agricultura agroecológica no plano de desenvolvimento de Nova Iguaçu como forma tanto de viabilizar a sobrevivência e reprodução desses agricultores.

A formação aliada a cultura experienciada pela EA, como salienta Caldart (2003), também forma o ser humano e dá referências para o modo de educá-lo. São os processos culturais que ao mesmo tempo expressam e garantem a própria ação educativa do trabalho, das relações sociais, das lutas sociais. Mendes (2012, p. 52) em sua tese sobre agricultura urbana define a autoestima dos agricultores urbanos a partir das lutas sociais de resistência, de reivindicações políticas específicas para o desenvolvimento territorial sustentável. O que nos cabe estender tal definição aos agricultores familiares de uma forma geral. O espaço local e o patrimônio sociocultural das comunidades rurais são entendidos assim para a construção do desenvolvimento territorial sustentável com expressão de cidadania e afirmação de identidades.

A gestão do uso e da ocupação do solo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro carece de maior proximidade com a realidade imposta pelos desafios metropolitanos em constante e rápidas transformações. Os movimentos dos agricultores trazem, pois, novidades

no redimensionamento dos espaços políticos destes, pela transformação social promovida. Criam-se, assim, novos lugares políticos, havendo aí uma valorização do cotidiano como instância de acontecimento histórico.

As organizações dos agricultores que foram cursistas da Escolinha de Agroecologia indicam uma significativa presença de atores sociais que foram necessários na mobilização e organização com agricultores. Essas interferências apresentam características diferenciadas tanto, pelos vínculos institucionais quanto pelos posicionamentos e interesses com implicações na constituição autônoma para os agricultores. Temos como exemplo a Cooperativa Univerde, formada por cerca de 20 agricultores que possuem lotes familiares localizados em terrenos onde passam dutos da Petrobras nas comunidades de Geneciano, Gerar Danon e Figueira em Nova Iguaçu. A produção é vendida coletivamente na feira da Roça em Nova Iguaçu, na feira da Universidade Federal do Rio Janeiro, na Transpetro e nas feiras organizadas pela Igreja Messiânica de Nova Iguaçu. O aumento das estratégias de vínculos institucionais e também acesso aos mercados foram fatores importantes para a melhoria da produção através de mobilizações e organizações destes agricultores. (AS-PTA, 2011)

O cenário de falta de integração e de interesse político, da estruturação dos órgãos metropolitanos e das dificuldades em todas as cidades que o compõem são as principais razões que estabelecem essa distância com problemas locais de essência metropolitana, tendo como resultado a falta de priorização de necessidades prementes no que se refere a uso e a ocupação do território.

A palavra poder possui inúmeras definições, num sentido geral designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos se referindo a indivíduos, objetos etc. No âmbito social, a palavra Poder se refere à capacidade de um indivíduo ou grupo social determinar o comportamento de outro indivíduo ou grupo social, sendo o homem não só o sujeito mas também o objeto do Poder Social.

O poder sobre o homem é sempre distinto do poder sobre as coisas. E este último é relevante no estudo do Poder Social na medida em que pode se converter num recurso para exercer o poder sobre o homem. O poder social pode ser exercido por meio de instrumentos ou de coisas, mas sobre outro indivíduo ou grupo sendo este, uma relação entre pessoas e não de coisa ou posse. O primeiro consiste na capacidade, na possibilidade de ser determinante no comportamento do outro. Já o poder atual é quando essa capacidade é posta em ato, passando da simples possibilidade à ação, superando a mera intenção. Essa atitude de modificação

comportamental de outrem pode ser dotada de intencionalidade ou não, porém nem sempre a intencionalidade efetiva a relação de poder, não obtendo êxito.

Outro conceito de poder, mas que prioriza sua característica processual vem de Foucault (2000), onde o poder é tomado como relacional e se constitui nas redes de relações sociais entre pessoas que tem algum grau de liberdade, este só existe quando se usa. O empoderamento segundo ROMANO (2002), é uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento e um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. A conceituação sobre empoderamento nos leva ao desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres e excluídas e de suas organizações para poder superar as principais fontes de privação das liberdades, construir novas opções, poder e saber escolher, poder implementar e poder se beneficiar de suas escolhas ( ROMANO, 2002).

A relação de poder constitui um certo tipo de causalidade social, pois o comportamento de um mesmo indivíduo nem sempre determinará o comportamento do outro. Existe entre os comportamentos umnexo causal, podendo ter as relações, maior ou menor grau de reciprocidade. Outro aspecto que está para além da modificação intencional é o conceito de interesse, tomado em sentido subjetivo, ou seja ,de modo particular de cada interessado, da mente de quem exerce o Poder. Amâncio (2006) nos apresenta que:

são necessários criar condições para o desenvolvimento de uma percepção estrutural da realidade por parte dos sujeitos excluídos das diversas formas de intervenção e diálogo nas esferas econômicas, políticas e estatais. Ele é um meio de potencializar as capacidades e agregar valores como solidariedade, confiança, respeito entre outros valores relacionados diretamente com a busca de propósitos coletivos. O empoderamento surge da necessidade de mudar o eixo de reflexão sobre o desenvolvimento que mais tem desenvolvido as pessoas do que agregando-as. Refletir sobre um modelo de desenvolvimento que tenha no centro de reflexão os sujeitos e suas necessidades coletivas requer refletir necessariamente sobre as relações de poder dentro de nossa organização social (AMÂNCIO, 2006).

O poder social promovido pelos processos culturais, das identidades sociais, lutas políticas se aproximam dos agricultores familiares por meio da EA, o poder das populações remanescentes rurais de Nova Iguaçu articuladas às suas bases de recursos agrícolas e naturais da região demandam seu reconhecimento e tratamento adequado ao mesmo tempo que buscam integração junto aos processos urbanos.

Em suma, se apresenta um processo complexo no espaço social rural do Município, dos quais dificultam as definições e exigem uma combinação variada de recortes para o seu entendimento. A educação e sua relação com os processos socioespaciais são fundamentais

para o entendimento da relação do saber popular com a construção da identidade territorial. Diante das questões urbanas e rurais, constatam-se grandes multiplicidades de sujeitos, tempos, usos e relações sociais, o que demarca a existência de um conjunto socioespacial extremamente significativo e diversificado que, orientado por opções políticas diferentes e, em grande medida conflitantes, gera territorialidades que se relacionam a partir de interações sincrônicas e anacrônicas, complementares e antagônicas. Veremos ao desenvolver-se a metodologia da pesquisa dissertativa, as categorias relevantes para tal compreensão.

Na década de 1980, sob influência dos trabalhos de Paulo Freire – como a “pedagogia do oprimido” e “educação como prática da liberdade” (FREIRE, 1980) – o empoderamento começou a ser visto como uma estratégia de transformação social, buscando habilitar grupos sociais excluídos para definir e reivindicar coletivamente seus direitos. Empoderamento pode ser definido como um processo que ajuda indivíduos, ou grupos de indivíduos, a adquirir controle sobre suas próprias vidas, aumentando a sua capacidade de trabalhar com assuntos que eles mesmos definam como importantes. Atualmente o poder é amplamente utilizado nas abordagens da pesquisa participativa, que buscam gerar condições para que as pessoas se empoderem por meio da construção de seu próprio conhecimento, num processo de ação e reflexão, ou conscientização, usando os termos de Paulo Freire (1974).

As mobilizações de diversos segmentos da sociedade, a constituição de novos grupos e identidades, a presença de ONGs ajudando a formular propostas e influenciando na constituição de “novos personagens”, a ação da Igreja, por meio das comunidades eclesiais de base e apoio a formas de organização emergentes, colocaram em debate o lugar e o papel do Estado, ao mesmo tempo em que difundiram um discurso e fizeram proliferar experimentos localizados onde a tônica era estar de “costas para o Estado” (Melo, 1999). Dessa forma um conjunto significativo de ações e grupos de intervenção emergiu na cena político-institucional, voltado à mobilização popular e resultando numa enorme quantidade de experiências que se propunham democratizantes e se dispunham a questionar as relações de corte clientelista e/ou assistencialista e autoritárias, percebidas como a representação de um passado com o qual se queria romper.

O amadurecimento dessas experiências explicitou a dificuldade de superar determinados modos de fazer política, impondo a reflexão sobre algumas características da trajetória dos grupos sociais e as condições em que se dava o envolvimento das populações nesses experimentos. Por um lado, frente à necessidade de dotar as ações de certa competência técnica, muitas vezes se reproduziram nas relações entre mediadores e grupos sociais práticas impositivas. Por outro, desde logo a postura estar “de costas para o Estado”

mostrou dificuldades de sustentação, sendo substituída pela busca de mecanismos para pressionar as diferentes instituições estatais e, em decorrência, começar a participar de mesas de negociações.

A descentralização do Estado que começa a ocorrer no final dos anos 1980 e se aprofunda nos anos 1990 se, por um lado, representou uma progressiva desresponsabilização do Estado em relação a uma série de tarefas, por outro abriu a possibilidade de constituição de mecanismos que impulsionavam consultas e participação das populações afetadas pelas políticas públicas e provocou um revigoramento dos espaços locais de decisão e implementação de políticas, em especial os municípios que passam a ser intermediadores de recursos e, portanto, se tornam focos de disputa.

Trata-se de buscar os significados da participação, evitando reduzi-la estritamente a dimensões mensuráveis ou mais visíveis e buscando perceber suas nuances, de forma a entender as diferentes disposições ou disponibilidades para participar da tomada de decisões em âmbitos societários específicos. Envolvimento anterior com organizações (partidos, sindicatos, associações etc.), participação em mobilizações ou atividades políticas, ganhos significativos em desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais com determinadas demandas resultantes desse envolvimento, podem ser, por exemplo, fatores explicativos. Mas também devem ser consideradas fidelidades pessoais, capacidade de buscar novos aliados, de gerar fatos políticos etc (LEITE ET AL, 2005).

No entanto Leite e colaboradores (2005) continuam sua afirmativa, ao mencionar o quanto é preciso chamar a atenção para a necessidade de avançar mais em direção a um processo de empoderamento dos invisíveis, aqueles atores sociais que atualmente não conseguem ter acesso e nem participação nas políticas territoriais. Há uma série de atores que não estão necessariamente bem representados, organizados, e que precisam ser incluídos (particularmente populações nativas ou tradicionais). Há, dessa forma, um esforço a ser realizado – seja pela sociedade civil, seja pelas políticas de Estado - no sentido de empoderar, reconhecer e dar visibilidade a alguns atores sociais.

Durston (2000) ressalta algumas condições para o processo de empoderamento, como a criação de espaços institucionais adequados para que os atores excluídos participem nos espaços políticos públicos; a formalização dos direitos legais e resguardo de seus conhecimentos e respeito; o fomento de organização em que as pessoas que integram o setor social excluído possam efetivamente participar e influir nas estratégias adotadas pela sociedade; a transmissão das capacidades para o exercício da cidadania e da produção, incluindo os saberes instrumentais essenciais ademais de ferramentas para analisar dinâmicas

econômicas e políticas relevantes; a criação de acesso e controle sobre recursos e ativos para possibilitar o efetivo aproveitamento de espaços, direitos, organização e capacidades em competição e em concerto com outros autores. Uma vez construída esta infraestrutura necessária para o processo de empoderamento, ainda são importantes os critérios de participação efetiva como apropriação de instrumentos e capacidades propositivas, negociadas e executivas.

Ao longo de nossa história, o campesinato mostrou seu inconformismo com as regras desiguais de distribuição da terra e meios de produção e sua busca obstinada por espaços de vida, de trabalho. Por meio de movimentos e lutas violentas ou estratégias de migração, de ocupação das fronteiras e recusas silenciosas aos ditames hegemônicos que tendiam a subordiná-los, suas lutas entrelaçaram a necessidade de sobrevivência e o projeto de se reproduzir como agricultores familiares, possibilidade sempre perseguida pelo que representa de autonomia, apesar de limitada. Essas experiências mostram formas de ganhar poder, o empoderamento dos rurais na construção de suas estratégias de reprodução social e na luta contra os limites impostos pelos modelos hegemônicos de sociedade, de ruralidade e de agricultura às suas atividades e projetos; e na revalorização da identidade de agricultores, à qual se acresce uma nova configuração identitária – a de atores do desenvolvimento sustentável.

Como analisa Herrick (1995), nessa perspectiva todos os indivíduos devem desenvolver suas próprias habilidades para dar conta de suas necessidades e devem ser empowered (ganhar poder) para tanto. É evidente que esse poder será limitado pelo fato de nossa sociedade fundamentar-se num desigual desenvolvimento dessas “habilidades” e na dominação de uns sobre outros, o que pré-condiciona qualquer possibilidade de que o poder outorgado possa, de fato, criar condições sociais alternativas.

Nas práticas aqui compreendidas, estão a criação de espaços de discussão e troca de conhecimentos que tanto levam à valorização da identidade grupal como abrem a possibilidade de se estabelecer estratégias de contraposição ao sistema ou modelo de políticas que exclui e marginaliza, colocando em processo o poder de construir alternativas.

Como coloca Wanderley (2007), nas sociedades modernas, o meio rural, longe de perder sua significação e de diluir-se em uma homogeneidade social urbana, reitera suas particularidades, afirmando-se enquanto um espaço singular e um ator coletivo. Desse modo, o empoderamento é tomado aqui no sentido de “técnica”, estratégia ou processo de constituição de espaços de relações simétricas com vistas à construção da alternatividade ao que é vivenciado como restritivo, excludente e insatisfatório. Inclui-se nessa conceituação, a

dimensão de mudança de subjetividades, ou seja, a ideia de que um sujeito se constitui reconhecendo o outro.

Acrescentou-se a esses significados a proposição de que o processo de empoderamento pode colocar o grupo em posição de promover mudanças em favor dos seus interesses, em suas situações de vida. Os principais atores, os agricultores familiares agroecológicos, reafirmam-se assim como artífices de um processo de revitalização do rural como espaço de vida e de trabalho. Integram-se, desse modo, num movimento mais amplo de contraposição ao modelo de sociedade dominante e de busca por formas alternativas de desenvolvimento.

## **CAPÍTULO III - SABORES, CORES E EXPRESSÕES DA TERRITORIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS À PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU**

### **RESUMO**

Nesse capítulo abordaremos algumas especificidades da Escolinha de Agroecologia e seus integrantes, como os pontos acordados, algumas tensões e limitações impostas a eventuais demandas específicas aos participantes através da aplicação da metodologia escolhida. O capítulo indica os dados produzidos nas entrevistas, a partir da estrutura de categorias de análises. Outro objetivo é relacionar as demandas da agricultura com os pontos pactuados as características e tendências da dinâmica da nova ruralidade. Argumentamos que apóiam a agroecologia vai de encontro à reprodução social rural necessária.

### **ABSTRACT**

In this chapter we discuss some specifics of the Little School of Agroecology and its members, as the agreed points, some tensions and limitations imposed on any specific demands to the participants by applying the chosen methodology. The chapter indicates the data produced in the interviews, from the analysis of categories structure. Another goal is to match the demands of agriculture with the points agreed characteristics and trends of the dynamics of the new rurality. We argue that support agroecology meets the necessary rural social reproduction.

### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ANALISADA**

Não se pode pensar o urbano e o rural, como polaridades. Em Nova Iguaçu demonstramos as intensas disputas socioespaciais que obrigam a permanente reconfiguração das escalas de ação. O território, então urbanizado e metropolizado, está relacionado a espaços de dominação que impõem suas representações. Pensando na escala local, essas representações também se fazem presentes de forma assimétrica. No entanto, os movimentos sociais buscam resistências e criação de alternativas com estratégias de sobrevivência.

É preciso uma mudança no paradigma de desenvolvimento, planejamento e formulação de políticas, tanto na área urbana como agrícola, para garantir o acesso à segurança alimentar urbana, melhor gestão ambiental e o fortalecimento do vínculo rural-urbano (FAO, 2013).

Atualmente, com um número oficial de sessenta e oito bairros e uma população correspondente a cerca de 7% do total da população da Região Metropolitana do Estado, Nova Iguaçu possui cerca de 40% da área total da cidade coberta por formações vegetais. Desses 40% cobertos por formações vegetais, 32,88% correspondem à cobertura original da

Mata Atlântica. Cerca de 30% está comprometido com o uso urbano e o restante corresponde à atividade agrícola (2,94%) e áreas de campo e pastagem, ou seja, as áreas onde a vegetação natural ou primitiva foi substituída pelas práticas da agricultura.

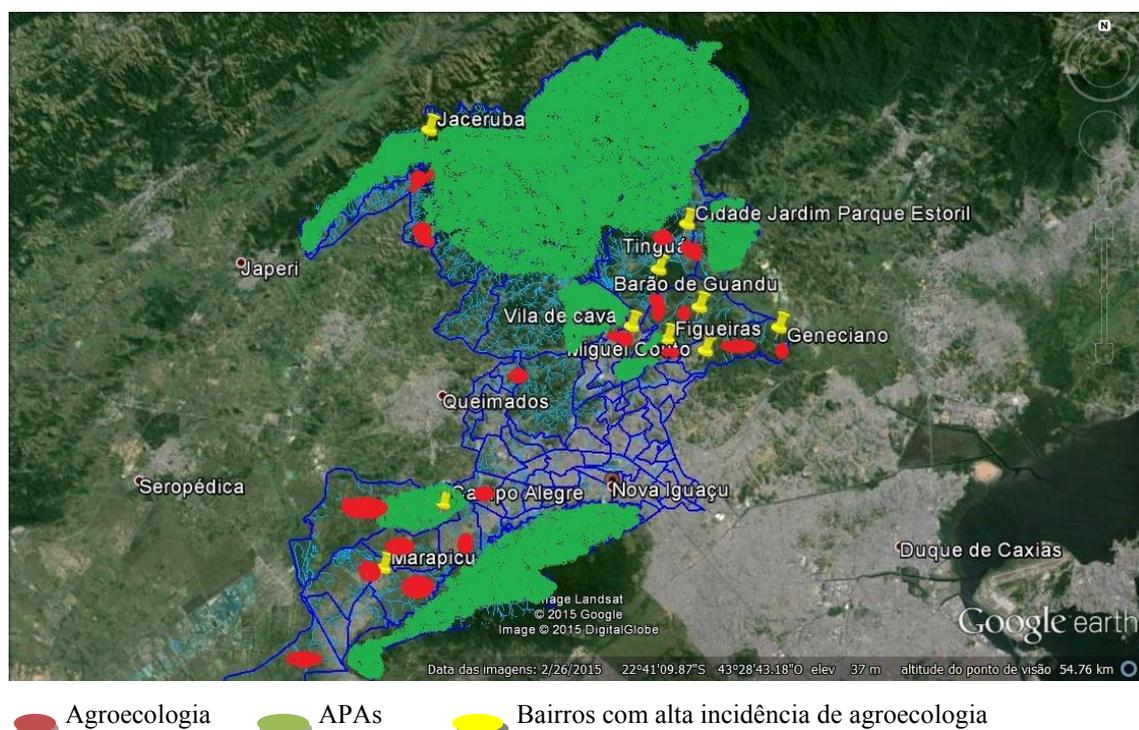


Figura 6: Mapa das Áreas de Proteção Ambiental e abrangência da EA  
 Fonte: SOARES, 2015 (adaptado do Google Earth, 2015)

Embora o processo de metropolização seja algo significativo no Estado do Rio de Janeiro, ainda é possível notar que, distantes do local de trabalho, algumas das áreas das regiões metropolitanas, continuam sendo áreas desprovidas de infraestrutura, cuja população encontra-se numa situação de vulnerabilidade quanto aos problemas socioeconômicos, inclusive os de ordem alimentar e nutricional. Parando para analisar o caso de Nova Iguaçu especificamente, encontramos dados do IBGE (2010) que revelam que a cidade avançou pouco nos últimos dez anos em políticas públicas que diminuíssem a vulnerabilidade social, por exemplo, apenas 0,2% dos domicílios são atendidos por saneamento do tipo adequado. Considerando o mapa apresentado acima a região de Nova Iguaçu apresenta a urbanização contrastando as áreas de proteção ambiental e aos bairros que persistem na atividade rural.

Uma realidade muito comum das comunidades de baixa renda dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro é a da intercessão entre o rural e o urbano. São comunidades com seus territórios densamente ocupados, mas que tem pouca infraestrutura de saneamento, asfaltamento de ruas, iluminação e transporte público. Por outro lado, importantes referências do universo rural, como o cultivo de alimentos e a criação de animais também já não são tão comuns nestes locais. Em

sua grande maioria a população adulta vive de empregos informais e tipicamente urbanos (AS-PTA, 2011).

De acordo com Petersen (2012), é no meio rural brasileiro que se observa um dos maiores índices de desigualdade mundial causado principalmente pelas elevadíssimas taxas de pobreza. Tal fato seria explicado pelo histórico padrão de desenvolvimento que durante anos manteve as populações mais pobres distante do acesso aos seus benefícios. São séculos de domínio de uma estrutura de poder que impede os menos favorecidos de atingir seus direitos de melhoria de qualidade de vida.

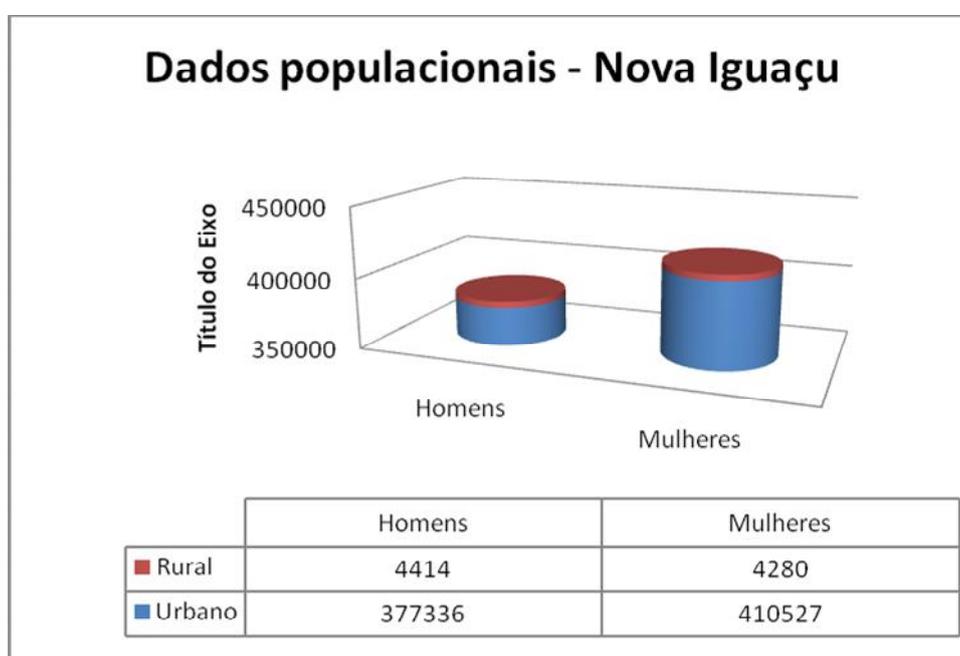


Figura 7 – Gráfico Populacional  
Fonte: SOARES, 2015 (baseado no Censo Demográfico do IBGE, 2010).

Ao assumir para si essa missão de melhorar a qualidade de vida dos agricultores da região, a EA incorpora em seu enfoque estratégico o desafio de promover transformações no meio rural com base nas iniciativas dos atores sociais coletivos organizados desde o âmbito local até o estadual, demonstrando a importância do apoio da Escolinha de Agroecologia ao processo de transição agroecológica na região, no gráfico é possível perceber o percentual equilibrado entre homens e mulheres, contudo, no meio urbano o número de mulheres é maior, enquanto no rural o número de homens é maior. Perceberemos mais adiante os efeitos práticos da EA, um destes efeitos é a grande inserção das mulheres em atividades rurais mesmo não sendo uma maioria no território estudado. Visualiza-se também os efeitos da EA na diversificação produtiva das propriedades, na feira da roça, na comercialização e

utilização de ovos caipiras, húmus de minhoca, composto orgânico e no aumento do número de espécies de hortaliças ofertadas. Outra evidência diretamente associada à influência da Escolinha é o fato de que os produtos são apresentados na feira da cidade como produtos sem agrotóxicos, de forma natural (EMATER, 2013).

No ano de 2013, a Feira da Roça de Nova Iguaçu foi inserida no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, o processo de solicitação de cadastro e Emissão de Cadastro da OCS (Organização de Controle Social) ocorreu por intermédio da UNIVERDE. A OCS tem como o objetivo garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos, essa ação prevê o credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias e implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos (EMATER, 2014). Esta iniciativa trouxe uma maior visibilidade para a Feira da Roça de Nova Iguaçu e para os demais agricultores que participam da feira mesmo não sendo certificado como orgânico.

As áreas periurbanas que demonstram aspectos rurais são onde residem a maioria dos participantes da EA, sendo este o primeiro dado. O município, historicamente teve como base econômica a atividade agrícola relatado no capítulo I. Contudo, o município deixou de ter sua área rural reconhecida e somente através de lutas sociais recobrou no plano diretor de 2008 sua área rural. O Plano Diretor de 1997 determinava que todo o município era constituído de área urbana:

Artigo 8º - O Perímetro Urbano compreende todo o território da Cidade de Nova Iguaçu, coincidindo os seus limites territoriais com os consignado no Decreto-lei nº 1.056, de 31 de dezembro de 1943, e nas Leis nº 1.773, de 21 de dezembro de 1990, nº 1.902, de 18 de dezembro de 1991 e nº 2.209, de 30 de dezembro de 1993 (PLANO DIRETOR, 1997).

Somente em 2008, com um novo Plano diretor as zonas rurais são definidas de acordo com art. 54, nos colocando que:

Art. 54. Constitui Zona Rural a parcela do território municipal não incluída na Zona Urbana, destinada às atividades primárias e de produção de alimentos, bem como às atividades de reflorestamento, de mineração, de agropecuária e outros, desde que aprovadas e licenciadas pelo órgão municipal de meio ambiente (PLANO DIRETOR, 2008).

Para os objetivos desta dissertação, pensar os participantes da EA é pensar nas famílias e seus componentes rurais, seu perfil e os motivos que os fazem participar de atividades de agricultura. Tendo sempre em vista como foco desta dissertação a análise do alcance da educação popular e desenvolvimento rural através da Escolinha de Agroecologia junto aos agricultores, bem como, o poder social gerado.

Por outro lado, analisando de forma profunda toda a experiência da EA, compreendemos que para resgatar e construir uma identidade do homem e da mulher do campo é necessário que haja mudanças culturais e comportamentais. Tal mudança é difundida pela metodologia do curso de Agroecologia da EA de Nova Iguaçu, chegando a denominá-la como uma práxis da educação popular. A educação do campo, enquanto fundamento histórico, recria o conceito de agricultor, utilizando o espaço rural como símbolo significativo, referindo-se assim, ao conjunto de trabalhadores que habita neste território cercado por saberes. Na prática, os agricultores precisam quebrar os preconceitos, no sentido de mudar a visão que a sociedade brasileira tem em relação a eles próprios e nesse contexto, eles mesmos na EA são estimulados a entenderem o lugar social que são direcionados e as possibilidades que podem ser alcançadas. A EA existente tanto para os assentamentos e quanto para outros agricultores familiares tem contribuído com a mudança de paradigma, contribuindo com as lutas por melhorias na vida rural. Concluímos com nossa pesquisa que a EA foi marcado pelas negligências do poder público.

Embora tenhamos avançado em muitos aspectos, a exemplo de leis, métodos pedagógicos no que se aproxima da educação popular, dentre outros, ainda há muito que se construir para que se tenha uma práxis de qualidade também para os cidadãos rurais. A práxis na EA, entendida como categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação. Tal filosofia não é outra senão o marxismo. (VÁZQUEZ, 1968). Observamos que é preciso dar atenção às contradições decorrentes das relações entre Estado e sociedade civil na práxis da educação do campo de forma geral, discutindo-se como é visto na EA sobre as próprias concepções de Estado que emergem dessa práxis, que exigem interpretações e tomada de posição, na perspectiva de escolher as estratégias a seguir. A necessidade de considerar como uma possibilidade de que os agricultores de maneira organizada possam mudar a regra do jogo e criar uma contra hegemonia.

Durante os encontro semanais identificou-se à prática de educação popular ao considerar o conhecimento produzido no modo de vida destes agricultores e na práxis das ações agroecológicas, exige-se que os agricultores não apenas dominem o conhecimento da

ciência, mas que não abandonem outras referências de produção de conhecimento construídas nas próprias práticas e lutas sociais. Com base na necessidade de encontrar junto aos agricultores de Nova Iguaçu, principalmente entre a CPT e a EA, a educação popular ganhou importância na metodologia de ensino da agroecologia mesmo sem ocupar uma zona teórica, sua metodologia tem sido levantada pelo grupo que está a frente dos conteúdos da EA, são profissionais da EMATER que alcançam uma verdadeira práxis. Eles já entenderam a necessidade de articulação entre a práxis da pesquisa e a práxis agroecológica, bem como a identificação de estratégias para uma transformação social dentro da própria circunstância em que o rural está envolvido, mesmo que os alunos da EA não tenham consciência da práxis ou da educação popular implementada. Faça-se em espaços institucionais e de vida, por meio do saber e do fazer de cada agricultor que participa da EA de maneira valorizada, ou seja, consegue-se ampliar o universo de conhecimento e possibilita-se a mudança no universo dessas pessoas envolvidas. Como se posiciona Petersen (2012) a educação popular é representada pelas atitudes de profissionais que defendem a necessidade de uma Ciência e uma práxis capazes de superar os impasses e danos socioambientais provocados pela Revolução Verde.

Os agricultores participantes das entrevistas são provenientes em sua maioria (65%) de municípios rurais, tanto do estado do Rio de Janeiro, como de Minas Gerais, Espírito Santo e Ceará. Essas informações mostram que, a princípio, esse grupo de agricultores faz parte do grande fluxo migratório ocorrido a partir dos anos 70 e 80 em direção às metrópoles.

Segundo levantamento feito através da EMATER/Nova Iguaçu em 2015 com 469 fichas de inscrição da Escolinha de Agroecologia entre os anos de 2008 e 2015, podemos afirmar que 70% (328 cadastros) possuem escolaridade apenas até o nível fundamental, o restante do percentual possui ensino médio completo ou incompleto. Sendo 55% (258 inscritos) mulheres e 45% (211) de homens, o que difere do censo de Nova Iguaçu apresentado anteriormente. Uma média de 65% (305) dos agricultores de Nova Iguaçu tem como única fonte de renda sua produção agrícola, 10% (47) são aposentados, 20% (93) possuem outra fonte de renda para complementar sua produção como benefícios sociais e 5% (22) recebem auxílio de parentes. Com base nesta última informação podemos considerar Nova Iguaçu um espaço de multifuncionalidades no campo.

Nos últimos anos, o Brasil tem experimentado mudanças quanto ao nível de exigência de sua população. Trazendo isto para a questão agrícola, observa-se que muitos consumidores têm aprendido a buscar produtos distintos, mais artesanais, orgânico e sem o uso de substâncias químicas. Tal realidade tem influenciado na abertura de canais de comercialização

para a agricultura familiar ecológica. Dentro desse contexto, as feiras aparecem como ótimos espaços de visibilidade e valorização dessa agricultura, ao mesmo tempo em que assumem o papel de também serem alternativas de renda para os agricultores (AS-PTA, 2011).

A riqueza e variedade de produtos vendidos nas feiras é um indicativo do perfil diverso da agricultura familiar periurbana, mas também da preocupação desses agricultores em atender de forma organizada a demanda dos consumidores (AS-PTA, 2011). As feiras são uma forma de poder social potencializado pela EA e multiplicado por cidades vizinhas.

A descrição dos agricultores participantes da EA, para contextualizar brevemente o espaço social, suas organizações políticas por associações ou integração na Feira da Roça situa as interdependências espaciais e temporais que estão incluídos os agricultores no município de Nova Iguaçu, estes favorecem majoritariamente uma resistência ao lugar urbano. Para tanto, englobou-se informações constantes no cadastro da EA arquivado pela EMATER, entre os anos de 2008 e 2015, somando as evidências empíricas relatadas pelos técnicos deste órgão para construção de dados que complementam o caso estudado e nortearão a aplicação da metodologia descrita no item seguinte.

### **3.2 EVOLUÇÃO DA METODOLOGIA APLICADA**

Inicialmente fez-se necessária uma ampla revisão bibliográfica, tornou-se fundamental também, a pesquisa de campo, para compreensão da Escolinha de Agroecologia na localidade de Nova Iguaçu, para caracterizar quais instrumentos locais exercem um poder social sobre realidade atual. Desta forma, a pesquisa parte da questão norteadora que foi apresentada na introdução deste trabalho, a citar: a Escolinha de Agroecologia como produto de um protagonismo de movimentos sociais e agricultores que utilizam em sua metodologia a educação popular como um catalisador de potencialidades das identidades, de autonomia, entendimento do papel da agricultura familiar e de transformação social.

Para acrescentar mais subsídios teóricos nesta análise é fundamental que sejam apresentados também outros dados recolhidos a partir de discussões, observações e análises. Dessa forma foram elaboradas entrevistas com os alunos e ex-alunos da Escolinha de Agroecologia diretamente envolvidos na construção do possível desenvolvimento rural.

Este estudo propõe visibilidade à EA além de seus participantes, permitindo na metodologia caracterizar-se pelo levantamento qualitativo centrada no estudo de caso exploratório. Como afirma Triviños (1987) o estudo de caso é definido como aquele que

examina um fenômeno em seu ambiente natural, pela aplicação de diversos métodos de coleta de dados. Sendo aqui pautada pela descrição e aproximação das complexidades nas relações sociais presentes na área estudada, possibilita dentre outros aspectos, compreender processos práticos dos indivíduos envolvidos. Tal perspectiva é descrita por Minayo (2002) sobre a pesquisa qualitativa ao afirmar que:

[...] os autores que seguem tal corrente não se preocupam em quantificar, mas sim, compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a continuidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana objetiva. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis (MINAYO, 2002).

Foi realizado este processo de aproximação desde janeiro de 2015, estendendo-se até setembro de 2015. Esse tempo nos espaços que transitam os agricultores além da EA atendeu à exigência de imersão no contexto investigado, um princípio básico da pesquisa qualitativa que postula a ideia de se pesquisarem os fenômenos no próprio contexto, proporcionando uma multiplicidade de aspectos inerentes ao objeto de estudo. No decorrer do processo de pesquisa de campo para coleta de dados não se interveio nas situações vividas, pois assumiu-se, no desenvolvimento da pesquisa, uma atitude de observador indireto da realidade estudada. Ao todo foram 11 agricultores, 2 profissionais da EMATER de Nova Iguaçu, 1 integrante da AS-PTA e 2 integrantes da CPT, totalizando 16 entrevistas. Apresentamos durante as entrevistas um roteiro conforme descrito no anexo I, sendo adaptado conforme a necessidade, caso fosse agricultor ou outro ator social envolvido.

A aplicação do roteiro de entrevista possibilitou ainda, a descrição pontual das características dos entrevistados da pesquisa no tocante aos aspectos: dados pessoais, formação acadêmica, atuação profissional, histórico familiar, dentre outros. Assim, o questionário permitiu uma clara e objetiva descrição das características dos atores em questão, colaborando com a análise dos dados. Portanto, este instrumento foi de grande valia para traçar o perfil dos entrevistados na pesquisa.

Entre as diversas formas de buscar compreender o que se passa nas reflexões dos agricultores e sua rede de relações e articulações, no tocante ao saber popular, não se teve dúvida em buscar as narrativas como ferramenta de produção dos dados e possibilidade de tornar mais reflexivo este momento. Ou seja, a narrativa é uma boa estratégia de pesquisa ao tratar-se dos saberes, pois, só o próprio agricultor é legitimado para essa tarefa de expressar, através de suas histórias, os saberes denotados individualmente e coletivamente na atividade, possibilitando o que chamamos de exercício prático.

Investigar esse campo de saber e poder social gerado, mais precisamente a prática da territorialidade e produção de saberes mobilizada na EA, foi um desafio que desencadeou um exercício de paciência muito grande. Sabe-se que os agricultores são comprometidos com uma série de atividades em suas propriedades devido às exigências de sua produção, o que gerou vários desencontros. Foram diversos momentos no campo de pesquisa para chegarmos as narrativas trazidas na íntegra anexadas a dissertação.

Para manter o caráter sigiloso das entrevistas, a referência aos entrevistados se dará por um número junto a sua nomenclatura. Para exemplificar a denominação dos entrevistados segue o modelo: o primeiro agricultor será identificado por “Agricultor 1”, o segundo agricultor por “Agricultor 2”, os demais entrevistados na mesma ordem, já os outros entrevistados serão identificados pela organização que participavam no momento da entrevista.

Durante o período foram realizadas entrevistas semiestruturadas, como descritas acima, utilizando como técnica de amostragem “Snowball” ou bola de neve (ALBUQUERQUE & LUCENA, 2004). O entrevistado indicava uma pessoa que ele considerava relevante a ser entrevistada, e assim consecutivamente. A abordagem aos entrevistados ocorreu em encontros distintos, na EA, na Feira da Roça de Nova Iguaçu, na CPT, na EMATER e alguns eventos na cidade. A figura abaixo descreve o processo bola de neve ocorrido.



Figura 8: Processo Bola de Neve  
 Fonte: autoria própria, 2015.

Esse potencial conquistado pela técnica bola de neve permitiu dar visibilidade a atores sociais específicos e relevantes dentro de suas comunidades. Ao relatar a opção pela técnica bola de neve demonstramos que a escolha ou seleção de sujeitos para identificar e mapear, entre as organizações institucionalizadas ou não, foram se desdobrando bem como seus fatores de interferência, identificação, reconhecimento dentro da rede descoberta. A escolha de sujeitos por meio da técnica de bola de neve, a partir dos informantes chaves, permitiu que ocorresse uma aproximação da população investigada além de fornecer subsídios para a elaboração dos instrumentos de pesquisa que foram incorporados à investigação.

Entendemos as entrevista como a técnica propícia para compreender o caráter prático dos indivíduos, coletando os dados descritivos na linguagem do próprio sujeito. Na modalidade utilizada, de entrevista semiestruturada, as informações fluem mais naturalmente ao expressar o que se considera significativo, usando os próprios critérios e palavras, sem ficar restrito a determinadas formalidades, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987).

Explicitado no capítulo II pela educação popular como um resgate cultural do saber tradicional aliado a técnicas agroecológicas da agricultura favoreceu a escolha da metodologia de análise de conteúdo. Através de tabelas as entrevistas serão categorizadas, considerando as análises de registros, análises de conteúdo e categorias, salientando que essa análise é uma importante ferramenta na condução para análise de dados qualitativos.

Diante do exposto, procuramos a partir dos dados produzidos nas entrevistas e posteriormente nas narrativas transcritas dos entrevistados, pautados nos objetivos propostos para este conhecimento, sistematizar as análises dos dados através de categorias que irão subsidiar informações para posterior discussão. Para fundamentar as análises dos conteúdos apresentados discorreremos todos os aportes que atribuem significados à temática investigada.

### **3.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO**

Ao descrever a fala do agricultor a partir da mensagem, da qual se procurará determinar características de quem fala, ou seja, o entrevistado, principalmente quanto à valores percebemos características e outras formas que surgiram durante as abordagens e falas. Para proceder a esta interpretação tomamos como referência a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que se define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção (recepção/variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977).

O conteúdo de uma comunicação, não obstante a fala humana, e tão rica e apresenta uma visão polissêmica e valiosa, que notadamente permite ao pesquisador qualitativo uma variedade de interpretações (MINAYO, 2002). Segundo este ponto de vista, produzir suposições, através da análise de conteúdo sobre uma determinada mensagem será embasada por hipóteses fundamentalmente teóricas variando conforme as concepções de mundo, as situações concretas de seus mensageiros ou ouvintes, proporcionando de forma concreta a visibilidade conforme o contexto histórico e social de sua produção e recepção.

O tratamento de dados, isto é, a interpretação, constitui a terceira fase e realizou-se a partir dos conteúdos evidenciados na fase anterior, no sentido da especificação das categorias. Essa especificação ou análise final é baseada em significações de palavras e frases que esclarecem comportamentos e opiniões dos sujeitos investigados. (BARDIN, 1977). Com vistas a responder ao problema e aos objetivos que a pesquisa de dissertação de mestrado se propôs, os dados coletados previamente foram analisadas, por meio da análise categorial que conforme Bardin (1977) consiste no desmembramento do texto em categoriais agrupadas analogicamente. Portanto, a interpretação dos dados se deu pelo método análise de conteúdo, respaldada pelas observações. O processo de formação das categorias se concretizou da forma prevista por Bardin (1977), após a seleção do material e a leitura flutuante, a exploração foi realizada através da codificação.

Nesse ponto, as tentativas de interpretação nos remeteram ao referencial teórico, cujo embasamento fez-nos chegar por meio de hipóteses ao significado daquilo que se encontra nos discursos manifestados ou velados nos resultando no estabelecimento de quatro categorias. As unidades de registro e unidades de contexto apresentadas abaixo amparam a construção das presentes categorias. Construídas com intuito de respaldar as interpretações e inferir os resultados, as categorias representam a síntese do aparato das significações, identificadas no decorrer da análise dos dados do estudo.

<b>TABELA DE FORMULAÇÃO DE CATEGORIAS</b>		
<b>Unidade de registro (UR)</b>	<b>Unidade de contexto (UC)</b>	<b>Categorias</b>
Reprodução social como garantias das atividades de sobrevivência social e econômica	Reprodução da estrutura da sociedade	Reprodução social (RS)
Compreensão do valor histórico, função na vida, direitos e deveres	Posicionamento frente a realidade histórica	Ser social e Cultural (SSC)
Superação da ordem atual e enfrentamento dos desafios	Inserção em mediações entre a esfera pública e sociedade civil	Poder social (PS)
Atividades Agroecológicas modificando a organização e produção na unidade produtiva	Agroecologia como mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável	Atividade Agroecológica (AA)

Figura 9: Tabela de Categorias  
 Fonte: elaboração própria

Para demonstração da elaboração das categorias utilizamos a construção retirada do referencial teórico e da transcrição das entrevistas, como conclusões para amadurecimento do objeto e na delimitação do problema, tais como palavras-chave ou mesmo alicerces para a reflexão conceitual proposta na dissertação. Foram temas recorrentes no desenvolver dos capítulos. A unidade de registro foi aplicada como primeiro recorte, em razão de características comuns entre bibliografia e transcrição de entrevistas. O movimento prático ocorre entre a teoria e os dados coletados e vice-versa, onde as categorias foram se tornando claras e adequadas ao objetivo proposto.

Para validar tal construção das categorias adotamos como exemplo a categoria 2 por ser social e cultural (SSC). Nos relatos transcritos da maioria dos entrevistados percebemos seu posicionamento histórico, o conhecimento de fatos importantes para a formação do município, da conquista da terra e a ruralidade que os cerca. Ao analisarmos as entrevistas com a bibliografia levantada foi possível relacioná-las com as referências bibliográficas.

Encontramos neste exemplo uma relação com o Stuart Hall (2006) ao afirmar que as projeções pessoais nas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizam os significados e valores, tornam tudo parte de nós como indivíduos, preenchidos de sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. E também em Gramsci (1989) tornando visível a definição que perpassa os objetivos dos movimentos sociais permanecendo sustentada e em contato com sua concepção de mundo. Formando, desta maneira, a Unidade de Registro, pela compreensão do valor histórico, função na vida, direitos e deveres; e a unidade de contexto pelo posicionamento frente a realidade histórica.

A seguir, agruparemos trechos das entrevistas nas categorias definidas na tabela anterior conectando-as ao referencial teórico para permitir uma distribuição das verbalizações dos entrevistados, preservando a fala e interpretando as considerações expostas.

#### Categoria 1 - Além dos desafios de subsistir e permanecer: Reprodução Social

Esta categoria aborda como os agricultores relataram as atividades de sobrevivência social e econômica. A atividade agrícola cuja lógica de reprodução social é determinada pela realização de uma produção orientada para subsistência, obedecendo a satisfação de índices de rentabilidade e de tentativa de produtividade crescente. As estratégias de reprodução não se limitam a reproduzir, isto é, subsistir e permanecer. Elas também dão conta das novas necessidades e dos novos desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais (SCHNEIDER, 2003).

O agricultor familiar em sua reprodução social constrói sua própria história no campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural (WANDERLEY, 1995). Carneiro (1999) considera reprodução social além dos bens materiais, outros tipos de bens, simbólicos, que são transmitidos de uma geração a outra, não somente como elemento da produção ou do trabalho, mas também como elemento da reprodução e transmissão de valores.

Nos discursos apresentados a seguir, observam-se que os entrevistados descreveram aspectos relevantes para a caracterização da RS.

*“É importante porque sou aposentado, trabalhava no sítio e no comércio pertinho de casa, hoje só permaneço com a atividade no sítio. Sempre foi meu sonho, nunca foi pelo dinheiro que mal dava para comprar comida, se já existisse a feira eu poderia ter vivido meu sonho a mais tempo.” (AGRICULTOR 1)*

*“Meu pai tem um sítio em Figueira e trabalho com ele, estou com 22 anos e minha esposa também ajuda, moramos todos no sítio ao todo são 5 pessoas da família trabalhando na produção de lingüiça, queijo e agora estou com um pedacinho plantando também.” (AGRICULTOR 8)*

*Vou ficar até morrer. Ainda tenho minha casa em Belford Roxo, não quero sair do sítio, gosto de viver na roça estamos lá a sete anos. Fazemos parte da univerde e cuidamos de 9 hectares do sítio todo natural. (AGRICULTOR 6)*

*“Estamos velhos e queremos continuar, a plantação com agroecologia será mais fácil do que criar animais, não estamos aguentando e se não fosse a escolinha iríamos parar porque estamos muito cansados.” (AGRICULTOR 10)*

*“Ultimamente só contamos com 8 famílias, 7 lotes em Geneciano e 3 em Figueira. Alguns lotes estão abandonados, as pessoas deveriam ter feito a Escolinha como eu fiz, elas desistiram por não saber lidar com as plantações. Trabalho com a esposa e com os filhos, mas os filhos que auxiliam é apenas quando podem, eles ainda estão estudando.” (AGRICULTOR 3)*

*“A escolinha foi a particularidade que eu precisava, e não esperava que seria tão proveitoso. É uma terapia trabalhar com a terra. É feliz de quem tem.” (AGRICULTOR 4)*

*Lá perto do sítio eu acho que é um lugar periurbano, já temos mito desenvolvimento, parece com o centro urbano, mas mesmo assim meu pai sempre manteve o sítio vendendo o que era produzido no sítio lá na vizinhança mesmo. (AGRICULTOR 8)*

*“Minha família é de Minas Gerais e lá eu via que todos tinham sua lavoura, agora só eu aqui que continuo com lavoura. Moro no meu sítio, como e vendo tudo que tem lá. Nunca quis sair de lá e trabalhar com mais nada, cheguei a pensar em fazer outras coisas quando a situação ficou difícil alguns anos atrás. As batatas, o feijão, o limão e aipim que tenho não tem uma gota de veneno.” (AGRICULTOR 5)*

*“Trabalho com ervas, hortaliças e temperos, a agricultura familiar sempre foi a única renda da minha família, hoje estou com 50 anos.” (AGRICULTOR 7)*

*“Meu pai não é muito de plantio por isso quero comprar um sítio em Adrianópolis para minha esposa me ajudar com uma plantação agroecológica, aprendi tudo na escolinha e quero ter o meu sítio agora.” (AGRICULTOR 8)*

*“Na minha chácara fica em Tinguá, minha família trabalha plantando, fazendo bolos, doces, balas com tudo que temos, somos 6 pessoas e 3 apenas vendem o que foi produzido.” (AGRICULTOR 9)*

*“Eu e meu marido, que já é aposentado como agricultor, sempre trabalhamos em Tinguá no sítio, criamos nossos filhos assim. Desde o início da feira já vendemos nossos produtos, temos queijos, ovos, carne de rã e frutas.” (AGRICULTOR 10)*

*“Nossa plantação é sem bichos e sem veneno, Mudamos tudo desde a escolinha, mudamos até para o aipim que nos ajudou muito a fazer outras coisas, não vendemos quase aipim mas vendemos muita tapioca.” (AGRICULTOR 11)*

*“Fizemos a escolinha em Marapicu, a primeira, fomos 3 da família, meus filhos mais novos ainda não fizeram e incentivo todo ano, batalhando para fazerem até o fim, eles já começaram duas vezes e largaram para ajudar no sítio.” (AGRICULTOR 11)*

*“Sempre tive sítio em Jaceruba, meu irmão era quem cuidava do sítio que o pai nos deixou e eu era dona de casa, com o meu marido trabalhando numa empresa. Quando pequena minha família ajudou a fundar a feira de Areia Branca. Depois dos meus 50 anos, quando o meu irmão morreu ninguém da família queria cuidar do sítio. Me mudei com meu marido que se aposentou da empresa e fomos para o sítio, eu fazia o que lembrava até conhecer a escolinha.” (AGRICULTOR 6)*

*“Marapicu foi um grande foco de resistência, o homem foi para plantar, sobreviver e viver na roça.” (AGRICULTOR 12)*

*“Muitas pessoas chegaram em Nova Iguaçu e perderam o vínculo com a terra, seu pai ou mãe lidavam com a terra e eles queriam de alguma forma manter a tradição por amor ao rural.” (INTEGRANTE DA CPT 1)*

Em conformidade com os autores como Mendes (2012) e Abramovay (1992), Mendes (2012) em sua tese sobre agricultura urbana define a autoestima dos agricultores urbanos a partir das lutas sociais de resistência, de reivindicações ou de produção política específicos para o desenvolvimento territorial sustentável. Abramovay (1992) menciona a agricultura familiar e suas alternativas a forma de reprodução social. Abramovay (2005) ainda destaca que o campesinato não pode ser considerado simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis de reprodução e do desenvolvimento (MENDES, 2012).

Schneider (2003) caracteriza a agricultura familiar como sendo uma combinação entre a mão- de- obra familiar agrícola e não agrícola que se relaciona com a manutenção do estabelecimento assegurando a sua reprodução socioeconômica. Os autores Canuto, Silveira e Canuto, Silveira e Marques (1994) declaram que a ecologia não representa somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento de reprodução social da família.

Dessa forma, pode-se inserir a produção de base agroecológica no contexto das estratégias econômicas de reprodução social da agricultura familiar como alternativa de renda para os agricultores do município. A renda gerada pela comercialização dos produtos é fundamental no contexto das unidades produtivas familiares. Lembrando que um dado encontrado durante o levantamento cadastral e referia a participação feminina na agricultura,

sendo que a maioria na EA era de mulheres e sua renda tinha como única fonte geradora esta mesma agricultura.

Entre os principais problemas enfrentados pelos produtores observados durante a realização das entrevistas, no convívio com os agricultores se referem ao solo degradado, enorme burocracia para recebimento de crédito rural, serviços precários e a total precariedade dos serviços públicos na região que residem. O enfrentamento das grandes dificuldades interfere diretamente na reprodução social, na sustentabilidade ecológica, social e econômica. O que podemos ressaltar é que a EA incentiva cada vez mais os pequenos agricultores por meio da Agroecologia, visando sua pertinência como instrumento da reprodução social, a investir e acreditar no potencial de suas propriedades, a fim de permanecerem como produtores rurais e, conseqüentemente, gerarem uma reprodução social e econômica através da agricultura familiar.

## Categoria 2 – Processos participativos e produção: Ser social e cultural

A questão cultural valoriza o conhecimento empírico acumulado ao longo de anos de processo de vivência dos agricultores. E, o saber popular fomentado pela EA apresenta-se como necessário e culturalmente valorizado na medida em que a sociabilidade entre os alunos torna-se, também, agente de transformação dos padrões de produção/consumo na escala do local entorno da agroecologia. Ainda, o patrimônio cultural alimentar está relacionado aos processos participativos e democráticos, que incluem os produtores rurais nos processos decisórios e de gestão nas atividades desempenhadas por eles, assim como, na organização de redes sociais e de representações dos diversos segmentos da população rural. Ou seja, na configuração de estratégias pelo desenrolar do curso de Agroecologia é capaz de assegurar o resgate da auto-estima e o pleno exercício da cidadania, por meio da valorização do saber fazer, transformando os agricultores em sujeitos ativos nos rumos do processo de mudança e no desenvolvimento local e regional. Algumas narrativas demonstram tal posicionamento:

*“Aprendi na Escolinha e outras coisas eu já sabia, tinha muitas idéias e fazia, mas sem saber direito que era agroecologia, ensinei na escolinha o que eu sabia apesar de muitos não conseguirem fazer como eu faço, tenho muitos tempo lidando com a terra.” (AGRICULTOR 2).*

*“Acredito que exista um preconceito e ainda vai continuar existindo com o agricultor, as pessoas que o fazem não tem conhecimento da terra e dos benefícios que ela dá. Trabalhar com agroecologia é trabalhar animado, feliz, porque como e vendo com certeza um produto de qualidade. Não monto a minha banca se não tiver produtos, mesmo que fique sem renda porque nunca venderia um produto com*

*agrotóxico, seria uma traição. As pessoas confiam no que vendo e tenho orgulho acredite.” (AGRICULTOR 3)*

*“As Pessoas resistiram à ditadura militar, buscaram novos horizontes de resistência pela agroecologia. As lideranças das ligas camponesas e a luta da terra são uma constante desde as tribos indígenas, sendo expulsos e tentando permanecer no seu lugar. A agricultura mostra suas raízes históricas para garantir sua importância no território.” (INTEGRANTE DA AS-PTA)*

*“É muito bem organizando a feira de troca de semente e as feirinha da roça, existe nessa possibilidade um espaço criado que vem reforçando a cultura local.” (INTEGRANTE DA CPT 1)*

*“Desde 2007, em média quarenta alunos por anos completam o curso, com perfil multiplicador. Outro tanto não consegue completar o curso, mas chega a assistir às matérias básicas sobre manejo ecológico do solo, o que já é suficiente para dar-lhe outra visão sobre a forma de produção. Além disso, tem influência nas Feiras da Roça dos municípios do entorno, visto que há vários ex-alunos vendendo seus produtos nessas feiras” (PROFISSIONAL DA EMATER 1).*

*“Os próprios agricultores que não tem uma escolaridade se sentem diminuídos, muitos deles já praticam a agroecologia, outros praticavam muito antes de existir a escolinha, mas algumas técnicas que eles vão buscar na escolinha são usadas em sua propriedade gerando uma condição valorizada com a ajuda técnica.” (INTEGRANTE DA CPT)*

*“A proximidade com o espaço urbano prejudica as atividades rurais também tem como ponto positivo a proximidade do mercado consumidor, facilitando a venda direta. Mas quando a urbanização é galopante, traz problemas sérios – roubo de produção e equipamentos, fracionamento dos estabelecimentos rurais, cobrança de IPTU, piora das condições ambientais para produzir ( barulho, qualidade do ar, contaminação das águas para irrigação e criação de animais), aquisição de terras por não produtores ( o que vai descaracterizando a comunidade e a torna mais vulnerável, pois esses vendem e revendem suas propriedades sem nenhum apego).” (PROFISSIONAL DA EMATER 1).*

*“Para fortalecer políticas na agricultura familiar são atendidos agricultores com propriedade rural e são auxiliados na sua relação com a comunidade e família para uma agricultura camponesa com maior eficácia que a agricultura comercial, resgatando memória e esperança. Analisando e apoiando a relação da família com a propriedade rural e as relações externas.” (INTEGRANTE DA AS-PTA)*

*“Agradeço a escolinha e quando puder quero ser voluntário. Aprende todo dia, nunca conseguirei saber tudo, mas é muito bom, é excelente, já conseguia botar em prática o que aprendia no mesmo dia.” (AGRICULTOR 3)*

*“Desde a primeira aula na Escolinha consegui fazer exatamente como aprendia. As plantações mudaram, as frutas estão dando mais, o aipim cresceu. Conheci muitas pessoas interessadas na plantação e fiz muitas amigas.” (AGRICULTOR 4).*

*“Primeiro foi o meu marido que fez, chegou cheio de novidades, parecia que tinha nascido na roça. Ele queria fazer tudo que tinha aprendido, nós trabalhamos com plantas e mudas para vender. Vendíamos perto do sítio agora estamos na AFERNI” (AGRICULTOR 6).*

*“Durante o ano, as conversas entre eles nos intervalos, durante o almoço, são riquíssimas. E no fim do ano há apresentação de trabalhos – que não são trabalhos escritos, são apresentações de experiências vividas. Durante as aulas, há muita*

*troca, mas sempre procurando focar o tema do dia” (PROFISSIONAL DA EMATER 1).*

*“Todos os produtos são certificados, a aceitação das pessoas mudou, eu tinha algum conhecimento do orgânico e fiz a transição 100 % para agroecológico. Tenho confiança dos clientes com o produto diferente” (AGRICULTOR 7).*

*“Em 1985, Marapicu ocupou-se o território e exigiu-se a documentação. Conseguiram pela luta política ficar ao lado de Campo Alegre, mas na questão de negociação da terra a fazenda Boa Esperança e o governo do Estado não poderia regularizar. Foi pacífica entre aspás, as pessoas foram para plantar, sobreviver e viver na roça. Logo quando começou a escolinha muitos já tinham desistido de plantar” (AGRICULTOR 12).*

*“No sítio encontrei a sobrevivência ele fica numa área rural que não é muito longe do centro de Nova Iguaçu. [...] É diferente produzir sem agrotóxico e as pessoas ficam maravilhadas. Estou descobrindo outras coisa porque cada um passa outras experiências” (AGRICULTOR 4).*

*“A escolinha é fundamental e deve permanecer por muitos anos, no assentamento as pessoas da minha idade que se interessam têm orgulho em trabalhar com a terra”(AGRICULTOR 1).*

*“Hoje consigo até vender na feira porque tem muito mais produtos, aprendi direitinho como produzir sem veneno e nem imaginava que aumentaria a produção. Tenho muito aipim, ele está bonito, grande e sem veneno. Aprendi a plantar o aipim com o pessoal da Escolinha, lá em Minas não plantávamos. Fiz o curso assim que pude porque minha terra já estava muito castigada. Participo da AFERNI e estou acostumando a mudar como uso a terra para coisas que ajudem a terra também” (AGRICULTOR 5).*

Desta forma, a agricultura e a alimentação desempenham um papel importante na manutenção do tecido social e cultural no território em questão. A agricultura familiar valoriza, respeita, e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos, socializando os seus saberes e fazeres.

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados por que contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação, com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que se insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume a herança cultural dos precedentes (GIDDENS, 1990).

O relato encontrado paralelamente à formação da Escolinha se refere a possibilidade de vínculos. Neste sentido, auxiliou no resgate de experiências que são compartilhadas sobre a atividade em si com a terra e em seu sentido cultural. É percebida a racionalidade ambiental e cultural do meio rural se sobressaindo à questão econômica. A valorização do produtor rural já aparece como um ponto de destaque e demonstra-se assim como está caminhando para o

aumento da espontaneidade e naturalidade cultural para se construir uma nova identidade cultural.

Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social. [...] Não se trata, portanto, de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais (CARNEIRO, 1999).

Pode-se compreender pelos relatos descritos acima não só como um reflexo de auto-estima individual, mas como um sentimento coletivo de relação de pertencimento, valorização da identidade, em direção a pró-atividade, colocando o agricultor em um círculo de independência e de satisfação.

### Categoria 3 – A reflexão crítica e a autonomia: Poder Social

Conforme se pode verificar nos discursos, os agricultores demonstram conhecimento e percepção aproximadas ao que consideramos pertinente pelo poder trabalhado pela EA. As dimensões do processo de aquisição de poder estão ligadas ao desenvolvimento da percepção de consciência.

Em conformidade com os autores como Paulo Freire (1980) que nos demonstrou novas formas de interação, de forma participativa e com consciência de suas ações. Pedro Demo (1992) pela participação da sociedade organizada e reflexiva e Gadotti (1989) ao mencionar o papel crítico, capaz de assumir sua autonomia e participar na construção da sociedade, empoderando-se dos processos decisórios. Dessa forma:

A educação, então, passa a ser um pressuposto para o sucesso de um trabalho que busque o desenvolvimento rural local de forma mais sustentável, equitativo e com condições de emancipação de seus atores no tocante a expansão de suas liberdades (AMÂNCIO, 2006).

Nesse caso, em particular, observou-se a capacidade dos agricultores nos destaques abaixo:

*“Ajudamos a AFERNI desde o comecinho, começou como associação de Vila de cava e desde essa época já estávamos lá. Pagamos o sindicato rural desde 1984. A Escolinha foi quem nos levou até a feira” (AGRICULTOR 10).*

*“Já participo da AFERNI, conheci a ASPTA, o pessoal da EMATER, e ele também tem ajudado a como fazer a demanda aumentar. Quero mudar toda a agricultura tradicional que meu pai faz. Meu maior problema é que não tenho animais suficientes para aumentar muito a produção” (AGRICULTOR 8).*

*“Em setembro 2006 foi liberada a praça Rui Barbosa para a feira da roça, depois de muita resistência dos agricultores com o Conselho de políticas públicas. Nos municípios vizinhos repercutiu-se a história da feira e foram e propagando. Em 2011, a MDS forneceu barracas e caminhão” (PROFISSIONAL DA EMATER 2.)*

*“O papel da escolinha é muito importante pois ela já ultrapassou fronteiras, pois os alunos se deslocam de outros lugares do estado, antes só eram agricultores e da Baixada Fluminense, agora diversas pessoas procuram o curso, dá pra ver como o curso é concorrido e além de ser gratuito” (INTEGRANTE DA CPT).*

*“Ocorre na escolinha uma troca de telefones, visitas e amizades que continuam após terminado o curso. Dá pra perceber que os ex-alunos se sentem pertencentes a um grupo, o grupo da Escolinha” (INTEGRANTE DA EMATER 1).*

*“Em 2010 nós dois fizemos a escolinha pela primeira vez, agora estamos fazendo novamente, depois da escolinha começamos uma horta agroecológica e fazemos todo o adubo, conseguimos até vender o adubo para os colegas da escolinha. Mudamos todo a plantação desde que começamos a estudar. Meu marido adora o pessoal da EMATER que ensinaram muitas coisas para ele” (AGRICULTOR 10).*

*“Eu já fui da diretoria da Univerde e continuo participando em Figueira e Geneciano. Todas as parcerias são importantes e a escolinha foi, para mim, a mais importante para todos da Univerde” (AGRICULTOR 7).*

*“O que falta é mão de obra, se tivéssemos mais gente lá íamos conseguir mais para vender, tivemos ajuda da AS-PTA e da EMATER sempre vinha a ajuda para a estrutura poder melhorar” (AGRICULTOR 6).*

*“Tivemos apoio da AS-PTA, EMATER, Petrobrás. Fiz treinamento, tive ajuda de material, 100% na parceria com a AS-PTA” (AGRICULTOR 3).*

*“Participo da Cooperativa em campo alegre que ajuda os agricultores. Proibimos até mesmo na feira que os outros feirantes usem agrotóxico. E ensinamos o que fazer para não precisar dos agrotóxicos, eles mesmo fazem tudo de forma natural” (AGRICULTOR 2).*

*“A CPT continua na coordenação da Escolinha. Fragilidades internas impedem uma presença mais constante. A EMATER acaba aparecendo mais porque cabe a ela a coordenação técnica. Mas a CPT continua atuando na parte administrativa” (PROFISSIONAL DA EMATER 1).*

*“A feira e a escolinha estão juntas, dando um fator de qualidade ao oferecido na feira pelos ex-alunos da escolinha” (PROFISSIONAL DA EMATER 2).*

*“A AS-PTA busca promover ações de valorização, ampliar as atividades de agricultura familiar e o fortalecimentos das redes no território” (INTEGRANTE da AS-PTA 1).*

*“Trabalhava de garçom, larguei o serviço e comecei a trabalhar na área da Petrobras, nos dutos com a parceria da Univerd, cooperativa de produtos orgânicos. Como nunca tinha trabalhado sem ser de garçom eu fiz a Escolinha no meu primeiro ano na Cooperativa. Por três anos estou cooperado. Trabalho na feira da roça em Nova Iguaçu, vendemos também nas feiras do Rio na Transpetro, em Miguel Couto e*

*na igreja de Jurê em NI. A produção ainda não dá conta de atender todas as férias”(AGRICULTOR 3).*

*“O meu pai era produtor rural, tínhamos plantação de banana e outras frutas. Depois que fiz o curso e outras pessoas da minha família também fizeram nós paramos de ter outros trabalhos e ficamos só como agricultores. Temos parceria com uma agroindústria e vendemos na feira de Nova Iguaçu e em Tinguá. Tudo sem agrotóxico” (AGRICULTOR 9).*

*“Eu fiz a escolinha e contei para ele (o pai) que podíamos vender mais se levássemos para a feira, ele não se animou, mas deixou eu levar para vender, fiz muitos amigos na escolinha que me ajudaram, agora estou vendendo 70% do que produzíamos na feira da roça e precisamos aumentar a produção”(AGRICULTOR 8).*

*“Tenho um convênio que me deixa trabalhar em 2 mil metros desde 2005 com a Univerde, a área é da Petrobrás, Univerde trabalha com plantação orgânica lá. Todo mundo trabalha sem agrotóxico. Moro numa região periurbana, tem uma cultura rural, misturada com as residências, bem urbano, tem asfalto, transporte, comércio e a desde 2008 nós plantamos lá”(AGRICULTOR 7).*

Neste caso, pode-se verificar que existem possibilidades reais de um desenvolvimento que foca as pessoas em uma perspectiva de transformação das relações de poder, desde a inserção dos agricultores no assentamento de Marapicu, até os agricultores periurbanos afetados pelas suas descobertas, desconstruções e construções sobre si e também sobre as relações presentes. A consciência sobre a organização do território que estão inserido, suas limitações e até mesmo as formas de utilização do poder, seja coletivo ou individual na busca por melhores condições de trabalho são presentes nas narrativas. A práxis metodológica da EA aumenta a participação perspicaz com autonomia.

Em concordância com Sack (2011) sobre a noção de territorialidade, esta se define quando uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas ou relações sociais, ou do controle de pessoas e de recursos pelo controle de uma área. Priorizada na EA na autoconstrução da identidade e do protagonismo social, através das reflexões e análises das relações de poder e transformação da forma de se posicionar do agricultor.

[...] participação social enquanto possibilidade para o exercício da cidadania, para a “democratização da democracia”, a emancipação social estaria condicionada ao confronto com as formas de poder através da “globalização contra-hegemônica”, da inclusão da polifonia que compõe a sociedade dos países periféricos e semiperiféricos (SANTOS, 2003).

Diante de tais perspectivas, Bobbio (2000) descreve o poder social, particularizado pelo poder potencial, de acordo com a influência que um indivíduo pode exercer sobre outro. Desta forma, exercer o poder implica, antes de tudo, ter a possibilidade de exercê-lo. Favareto (2007) dedicado a análise sobre desenvolvimento rural nos remete a

reflexão sobre as dificuldades do Estado e da sociedade em lidar com a nova ruralidade. Na situação dos agricultores familiares de Nova Iguaçu a conexão principalmente entre a AARJ, AFERNI, CPT entre outras organizações sociais agroecológicas locais que por meio da EA já se estabelece e desenvolve como um processo de empoderamento diante da nova ruralidade posta.

A propósito, observou-se a importância dos movimentos sociais, que adquirem bastante relevância quando se trata da organização social no assentamento de Marapicu, evidenciou-se uma oxigenação nos movimentos sociais através da prática agroecológica. Estes movimentos representam espaços importantes de sociabilidade e de criação de laços afetivos, pautando a vida social e cultural do assentamento e dos demais agricultores da região.

Assim, compreendemos que o poder não deriva simplesmente da posse ou uso de certos recursos dados aos agricultores, mas também da capacidade de influenciar um indivíduo ou grupo sobre outrem resultantes das ações metodológicas da educação popular proposta pela EA. Todo o processo de reflexão que ocorre na EA fomenta um olhar coletivo e unificado com o objetivo de contribuir na manutenção das ações da agricultura familiar agroecológica.

#### Categoria 4 – Valorizar cada gesto e ouvir o canto dos passarinhos: Atividade Agroecológica

No que se refere à relação entre a agricultura de base agroecológica, praticada no município e, os pilares da sustentabilidade, algumas lacunas ficam evidentes. Amparada nos pilares da sustentabilidade, a agroecologia propõe uma maior amplitude dos benefícios gerados pela agricultura e os setores que a ela se vinculam, como relatados abaixo:

*“Na família eu não tinha ninguém que trabalhava com agricultura, morava em Belford Roxo e consegui no assentamento o pedaço de terra, agora tenho o meu sonhado Sítio lá no assentamento. Participei da Escolinha de Agroecologia na Emater tem uns anos. Não utilizo agrotóxico. Eu fui um dos principais integrantes da feira antes da associação AFERNI”(AGRICULTOR 1).*

*“O bom é trabalhar sem veneno, isso é tudo de bom, zero veneno, sou contra o veneno e faço campanha contra. Também incentivo na cooperativa porque é prejudicial à terra, prejudica quem consome, a natureza sofre com isso, preciso fazer uma mobilização para que todos entendam” (AGRICULTOR 3).*

*“O produto agroecológico não tem tanto, valor porque quem é da cidade não dá valor a nada, nem a um canto do passarinho, a nossa vida gira em torno da ecologia, e cada gesto” (AGRICULTOR 4).*

*“Meu marido ficou sabendo da feira da roça e me pediu para fazer doces, sucos naturais e irmos vender na feira. Conseguimos uma barraca, eu comecei a fazer a escolinha e nossa vida hoje é da aposentadoria dele e do que vendemos na feira. Nossos filhos já foram viver a vida deles e não se interessam pelo sítio” (AGRICULTOR 6).*

*“Continuo aprimorando todo o conhecimento que tenho e ganhei na escolinha, nossa única fonte de renda está na terra e nos nossos animais, preciso continuar melhorando” (AGRICULTOR 8).*

*“Há mais segurança no falar, menos “cabeça baixa”, mais planos, além de maior consciência ambiental dos agricultores” (PROFISSIONAL DA EMATER 1).*

*“As alternativas na lavoura eram para dar solução de baixo custo as plantações. Ideias de baixo custo foram crescendo, e a ideia da escolinha de agroecologia trazida de Campos lá tinha algo parecido, voltado a plantas medicinais” (PROFISSIONAL DA EMATER 2).*

*“A agricultura camponesa em todas as dimensões da natureza e mais sustentável e viável que a industrial, sendo um elemento que auxilia a reivindicação pela eficácia das relações agroecológicas e sustentabilidade ambiental, elementos que a agroecologia trabalha e a agricultura tradicional não alcança. Buscam novos horizontes de resistência pela agroecologia. A agricultura mostra suas raízes históricas para garantir sua importância no território” (INTEGRANTE DA AS-PTA).*

*“Como derivação, para atendimento do público urbano, gerou uma demanda de cursos de hortas domésticas com base agroecológica, que cria não apenas bons cuidadores de plantas, mas principalmente consumidores mais conscientes e exigentes. [...] Como derivação mais recente, surgiu a ideia do resgate das sementes através da Festa da Partilha de Sementes e Mudanças. E assim o leque vai se ampliando. O próximo passo é pensar como formar animadores para que organizem e façam surgir mais Escolinhas em outros pontos do Estado” (PROFISSIONAL DA EMATER 1).*

*“Participei da primeira turma da Escolinha de Agroecologia na Igreja Nossa Senhora da Glória, posteriormente ela foi para o Brizolão, depois na Igreja Santo Antônio, e Igreja São Jorge. Sempre fui agricultor junto com minha esposa, plantamos frutas e legumes na propriedade do assentamento de Marapicu, [...] A produção é para venda na feira de Nova Iguaçu, no próprio assentamento e também conseguimos mandar alguma coisa para um sacolão” (AGRICULTOR 2).*

*“trabalhamos com tecnologias que baixam o custo de produção. E os agricultores vão experimentando ao longo do curso e vendo melhoras na qualidade do solo e dos produtos” (PROFISSIONAL DA EMATER 1).*

*“Os elementos que auxiliam a reivindicações atuam na eficácia das relações agroecológicas e sustentabilidade ambiental, elementos que a agroecologia trabalha e a agricultura tradicional não alcança” (INTEGRANTE DA AS-PTA).*

Concluimos afirmando que, no município de Nova Iguaçu, a agroecologia apresentada aos agricultores pela EA como possibilidade de desenvolvimento apesar do esgotamento do padrão de agricultura convencional a qual não é realidade entre os entrevistados, destacado por Canuto, Silveira e Marques (1994) como padrão convencional atrelado a obtenção de crescentes produtividades com base no alto consumo energético, e cujos impactos configuram

uma crise de amplo escopo. Isto requer, com urgência, repensar formatos tecnológicos da produção agrícola convencional restante na região, criando condições para que os princípios da produção agroecológica possam ser perpetuados pelo segmento da agricultura familiar local. A agroecologia, como afirmada por Altieri (2001), foca na produção e também na sustentabilidade ecológica. Investe na possibilidade de agroecossistema sustentáveis fomentando autonomia entre os agricultores de maneira socioeconômica e amenizando os desequilíbrios ambientais.

A reflexão apresentada até aqui parte de dois eixos centrais: a educação popular como forma de intensificar o poder social e a prática agroecologia como instrumento de desenvolvimento sustentável. O exercício da cidadania dos agricultores de Nova Iguaçu propiciaram um debate sobre o enriquecimento da cultura rural, e também tem deixado aberto um canal de diálogo sobre a importância da EA e suas parcerias diante da igualdade de oportunidades trazidas aos produtores rurais.

No que diz respeito à manutenção do ser social e cultural, Carneiro e Maluf (2003) nos auxiliam ao destacar “a identidade social como um traço forte dos agricultores, pois mesmo com a queda de importância da agricultura em diversas unidades, este se denomina agricultor e afirma o rural como modo de vida.”

Certos dos significados objetivados no processo de fortalecimento das relações entre os produtores rurais da localidade e sua reprodução social estrategicamente constituída na luta como atores ativos, sendo no Assentamento de Marapicu, nas cooperativas de trabalho, na participação da Feira da Roça de Nova Iguaçu ou na Articulação Metropolitana de Agroecologia há uma implementação de um desenvolvimento digno e organizado com produção de alimentos saudáveis e melhorando as condições das famílias envolvidas. Canuto, Silveira e Marques (1994) abordam o ambiente local como celeiro natural de novas técnicas e nos auxilia no entendimento do assentamento de Marapicu como os resultados técnicos e sociais de expressões do caminho alternativo para a construção do conhecimento na agricultura. Santos e Curado (2012) afirmam que “a evolução do conhecimento agroecológico exige que se estabeleçam canais de diálogo entre os conhecimentos dos agricultores, dos técnicos e dos cientistas, por meio de processos participativos.”

O movimento social que originou a EA defende que haja um projeto justo e igualitário de oportunidades aos produtores rurais de Nova Iguaçu, contemplando um modelo de desenvolvimento agroecológico, lutando para que permaneça o respeito ao saber popular. As desvantagens sobre as relações de poder, e a impossibilidade de liberdade que a agricultura familiar enfrentou durante décadas em Nova Iguaçu, na tentativa de reestabelecer o espaço

rural como território reconhecido legalmente, encontra na ação da EA um marco da intervenção e incentivo, o empoderamento dos grupos e indivíduos que antes permaneciam desconectados do contexto de realidade local é paulatinamente substituído, simultaneamente à transição das técnicas agroecológicas, instrumentalizando esses atores envolvidos. A educação popular aliada a agroecologia pode ser considerada um processo ainda em construção, ao germinar ideias para revigorar o espaço social. Segundo Arroyo (2007):

[...] é preciso educar para um modelo de agricultura que ‘inclua os excluídos’, amplie os postos de trabalho, aumente as oportunidades de desenvolvimento das pessoas e das comunidades e avance no sentido de direcionar a produção e a produtividade à garantia de uma vida digna para todos, respeitando os limites da natureza (ARROYO, 2007).

Destacam-se os processos pelos quais a partir da difusão de saberes ocorre a definição e execução coletiva das ações, validação e intercâmbio do conhecimento (BRANDÃO, 2001; PETERSEN, 2012 e ROMANO, 2002). Nos recortes trazidos das entrevistas presenciamos a reordenação das categorias construindo identidades, a tonificar as participações destes atores sociais em diferentes contextos rurais na reprodução social rural, singular na produção familiar. Ao longo do ano de 2015, durante a realização das entrevistas foi possível observar os indivíduos e as redes que eram estabelecidas entre os alunos da EA, os integrantes da AFERNI (Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu) foram observados de perto promovendo informações centrais para análise da realidade.

Atualmente, ao analisarmos o espaço rural iguaçuano, verifica-se que a produção agrícola familiar assumiu inúmeras formas de reprodução. Entretanto, um conjunto relevante de agricultores mudou sua lógica de produção para a agroecologia, criando novas estratégias de produção, permanecendo no ambiente rural ou periurbano. Dentre os entrevistados não foi encontrado nenhum caso de pluriatividade, fato decorrente da efetiva importância do trabalho agroecológico como instrumento revigorante do trabalho agrícola. Contudo, foi verificado um desempenho ultrapassando este conceito de pluriatividade, são outras funções ressaltadas na agricultura familiar iguaçuana como a questão ambiental ou ecológica, territorial e social, que denominaremos multifuncional.

Carneiro e Maluf (2003) tratam a multifuncionalidade como os múltiplos papéis da agricultura familiar nas dinâmicas territoriais a partir de um olhar abrangente, que articula os territórios rurais e a noção de multifuncionalidade às políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar no território como resultado de ações coletivas.

Em relação ao poder social gerado, consideramos um avanço em relação ao passado, possível, principalmente, pela organização dos agricultores na EA, que permitiu um aumento de consciência, de capacidades e de mobilização para a luta por seus direitos aproximando-os a outros parceiros da EA e de movimentos sociais. A presença de parcerias com outras instituições fortalece este movimento e colabora para aumentar a capacidade da comunidade rural em encontrar soluções para suas dificuldades. Quando os dados foram coletados por meio das entrevistas, os agricultores conheciam as políticas relacionadas aos seus direitos principalmente através da Articulação Agroecológica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e de eventos da AS-PTA. Este conhecimento de direitos promove a mobilização dos agricultores junto a Prefeitura de Nova Iguaçu em exigência ao cumprimento de tais direitos.

A agricultura familiar da região estudada é extremamente diversificada, sendo evidenciada em sua maioria por famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de pobreza. Assim logram para gerar renda superior, várias vezes, a que define a linha da pobreza como nos apresenta Buainain (2006).

Os agricultores familiares se diferenciam em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda, também se diferenciando em relação ao potencial associado à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquirido na EA. Salienta Buainain sobre a importância das oportunidades e alternativas com as quais a agricultura familiar se defronta:

O futuro da agricultura familiar depende, de forma crucial, da capacidade e da possibilidade de os agricultores familiares aproveitarem e potencializarem oportunidades decorrentes das possíveis vantagens associadas à organização familiar da produção e, ao mesmo tempo, neutralizarem desvantagens competitivas que enfrentam em função da dotação de recursos, em particular as associadas à escala (BUAINAIN, 2006).

A reprodução social se direciona à identidade sociocultural diferenciada como considerado por Schmitt e Tygel (apud Petersen, 2012), “quando se pensa em agroecologia não se pode restringir a um processo técnico de conversão de sistemas”. A chamada transição agroecológica implica, na reconexão da agricultura aos ecossistemas locais, na defesa dos territórios e de formas sustentáveis de vida no fortalecimento da reprodução familiar.

Todos os processos identificados durante a pesquisa tornou visível, mesmo que apenas na região de Nova Iguaçu, uma forte presença de uma agricultura que invade diversas dimensões da vida social. A troca de sementes e mudas, as práticas de troca de saber, ajuda mútua, estratégias de manejo compartilhadas, redes de apoio tanto dirigidas ao conhecimento quanto informações, favorecendo uma resistência às inúmeras pressões políticas e territoriais.

Paul Singer (2003) aprecia a agricultura familiar hoje, que na Revolução Industrial havia sido excluída da grande produção, e agora, pelo contrário, eles são o que ele considera o mais moderno e necessário.

Esclarecemos que os agricultores se tornaram eficientes e competitivos, necessitando da organização e parcerias de associações e cooperativas, pois essas representam espaços sociais que permitem a eles uma proteção de sua cidadania. Os agricultores, por conseguinte, são agentes no campo político, econômico, social e cultural, eles são portadores e alavancam as potencialidades rurais na região metropolitana. Para esse fim, o agricultor precisa distinguir-se em sua história e em seu sistema de normas e valores rurais, que constroem parte de uma história e também novas alternativas. Com o objetivo de agregar ao processo de fortalecimento de cidadania promovido pela EA e, maneiras de renovação cultural incorporadas a uma discussão que pressuponha a inclusão social (Avritzer, 2007).

Segundo Tenório (2007), a participação integra o cotidiano de todos os indivíduos, por desejo próprio ou não, ao longo da vida, nos levam a participar de grupos e atividades. Tal fato nos desvela a inevitabilidade que temos de compreender a importância da associação de pessoas em prol de objetivos, que seriam de penosos ou inalcançáveis de maneira individual. Sendo mister afirmar, o ser social e cultural dependem da apropriação dos indivíduos do direito de construção cidadã.

Sua concretização [destino] passa pela organização coletiva dos participantes, possibilitando desde a abertura de espaços de discussão dentro e fora dos limites da comunidade até a definição de prioridades, a elaboração de estratégias de ação e o estabelecimento de canais de diálogo com o poder público (TENÓRIO, 2007).

No estudo de caso dos agricultores familiares agroecológicos específicos encontrados em Nova Iguaçu, ocorre um enfraquecimento devido a descontinuidade espacial que empobrece os laços de relação e possivelmente o ser social e cultural, na reprodução e na manutenção dos usos da terra diferenciados. Se tornando a EA um ponto do laço das relações rurais da região.

Ao refletir sobre a territorialidade (Sack, 2011) desnuda a expressão do poder social gerado pela territorialidade manifestada em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais, respaldada na identidade e na existência cultural que suporta as manifestações das relações de poder contrárias ao meio rural. Em consonância com Milton Santos (1996) sobre a identidade, podemos concluir que a proximidade espacial, a identidade dos agricultores familiares agroecológicos é diferenciada dos convencionais, não

somente na prática, mas também pelos usos, ideologia e apropriação de saberes sustentáveis fortalecido pela EA.

Destarte os pactos territoriais de desenvolvimento, dos quais participam as diferentes forças econômicas da região, devem fomentar mudanças técnicas e organizacionais que permitam a inclusão em mercados dinâmicos e a melhoria das condições produtivas aos indivíduos que participam de mercados pouco promissores com base em técnicas tradicionais. (ABRAMOVAY, 2010). Sendo desta forma, percebemos os relatos detalhados dos agricultores conectam-se com as colaborações de Lamarche (1993) sobre a experiência social e cultural dos agricultores para a formulação de novas estratégias de produção e reprodução social diante da práxis intensificada na AE. Se estes atores perderem esse patrimônio, eles perderam um capital de conhecimento que os leva a encontrar soluções e alternativas.

Isto posto, as dimensões da agricultura familiar, especialmente reprodutiva e cultural, vêm contribuindo para a legitimação desta categoria. Sendo encarregado, das estratégias de reprodução dos agricultores, as quais visam não somente assegurar sua subsistência, como também promover para as gerações futuras. Consumando, o grande obstáculo atual é ultrapassar de um paradigma que deu maior empoderamento aos movimentos sociais dos agricultores no controle social junto as questões agrárias, como foi o assentamento de Marapicu, para um modelo, conforme explica Favareto (2007), capaz de levar à coordenação das forças sociais em direção a um estilo de desenvolvimento territorial que seja incluyente, sustentável e sustentado.

O importante aqui é que os agricultores não são apenas reprodutores das estruturas em que se inserem, mas têm capacidade de alterar a correlação de forças dentro de um determinado campo, conquistam a cidadania através do conhecimento das leis, mas seu acesso aos serviços no território que se estabelecem que tornam o direito uma prática social. Conforme Abramovay (2010), pelo estudo dos territórios, as forças sociais solidificam e podem ser considerados campos de protagonismos de interesses, com abertura de caminho para se compreender as mudanças que os laços sociais podem imprimir à maneira que se organizem.

Para Sen (2010), o que as pessoas realizam é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. Sendo preciso alcançar um grau de liberdade consolidado que possa vir a ser cada vez mais usufruído pelos indivíduos até o desenvolvimento e, crescimento sem respeito ambiental levará a mais pobreza.

De acordo com Moreira (2015), não basta agregar a agricultura familiar o termo sustentável, sendo necessário abrir-se um espaço flexível e mutante à reprodução da agricultura familiar, um espaço que se caracteriza pela vivência de uma autonomia relativa, com diferenciações regionais e internas, e pela vivência de diferentes formas de interação social.

O avanço da metropolização trouxe a ampliação da área urbana e periurbana e a inserção das culturas e características urbanas aos moradores do até então meio rural, inclusive na economia local, a preocupação com a questão ambiental ocorre tardiamente de forma descontínua, visibilizada a falta de ampliação de cidadania concomitante ao crescimento urbano, encadeado por Tenório (2007), que entende por desenvolvimento local como cidadania e a ação coordenada entre a sociedade e o poder público municipal, implementada por meio de um processo participativo e democrático, em prol do bem-estar social, econômico, político e cultural de um dado território.

Durante as entrevistas ficou nítido o interesse dos órgãos públicos com as áreas de proteção ambiental e a falta de políticas para a agricultura agroecológica. Na agricultura familiar, como destaca Wanderley (2007), o produtor depende, para sua reprodução, da preservação, e mesmo da ampliação, do seu patrimônio produtivo, ou seja, ele deve assegurar os recursos necessários para uma reprodução patrimonial. Neste aspecto, como os agricultores da área estudada estabeleceram uma relação dependente dos recursos naturais, é necessário para sua reprodução a proteção destes recursos e a EA potencializa tal consciência.

Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos nos alerta sobre a democracia participativa, protagonizada por comunidades e grupos sociais subalternos em luta contra a exclusão social, mobilizados pela aspiração de iniciativas locais, em contextos rurais ou urbanos, em diferentes partes do mundo, e que crescentemente vão desenvolvendo vínculos de interconhecimento e de interação com iniciativas paralelas (SANTOS, 2003). Nesta linha de entendimento, Tenório (2007) afirma que devem ser considerados todos os atores e seus relacionamentos para o desenvolvimento, o que implica considerar os diferentes aspectos de inter-relacionamento ativo dos atores na sociedade. Nesse sentido importa, necessariamente, uma profunda transformação das relações sociais [...] incluindo a sustentabilidade do território.

A estrutura familiar de produção impõe a necessidade de lógica diferente ao processo de desenvolvimento rural, tendo sido aqui caracterizado que a agroecologia é direcionada a esta lógica, especialmente no que se refere a agricultores familiares de Nova Iguaçu que mudaram sua atividade agrícola. Neste processo, porém, a atuação do poder público, com

políticas específicas voltadas para promover a difusão de práticas agroecológicas junto aos produtores familiares, é fundamental para que esta ocorra de forma mais ampla, face às limitações estruturais de iniciativas da EA. Estas iniciativas cumpririam importante função ao mostrar a viabilidade da utilização do instrumental da agroecologia no processo de desenvolvimento agrícola sustentável destes agricultores, apresentando atuação voltada para a questão tecnológica e de organização dos produtores, de forma, a partir destas iniciativas, buscar o apoio das estruturas do Estado que permitam a ampliação do processo aliada a preservação das áreas de proteção ambiental da localidade.

Mister precisar nas reações socioculturais e ecológicas, geradas a partir da Escolinha de Agroecologia e de todos os movimentos sociais que fortalecem a rede agroecológica, o funcionamento de mecanismos de reprodução. As relações sociais que deles derivam, principalmente nos processos de trabalho, apresentam própria a dimensão do poder social. O que a agroecologia apresentada pela educação popular pretende é ativar esse poder social, gerando processos que proporcionem a novos reflexos de um desenvolvimento sustentável. A dinâmica da construção do tecido social está inserida do ponto de vista dos direitos, uma atenção compartilhada para que a dignidade humana seja assegurada e respeitada.

A rede de proteção social percebida na construção da metodologia de bola de neve caracterizou a forte presença do empoderamento, o acesso à rede de serviços é necessária para poderem desenvolver-se enquanto cidadãos. Fica nítido o entendimento dos agricultores na realização de um exercício de compreensão das desigualdades no território, quanto maior os esforços feitos para uma aproximação com o território mais as desigualdades internas se tornam visíveis e possíveis de serem superadas. O agricultores são referenciados pelos recursos simbólicos e informacionais que se estabelecem-se nas práticas dos movimentos sociais e em toda articulação presente, uma relação intrínseca entre mediação e informação responsáveis por configurar redes que articulam e estabelecem as posições discursivas dos atores sociais. É a partir destes posicionamentos que os sujeitos buscam ver significados as diferenças que demarcam suas identidades e demandas, questionando e desafiando os códigos que determinam o sentido da realidade social.

Os movimentos sociais de Nova Iguaçu vêm rompendo barreiras, justamente pela resistência a partir de contexto multifacetados como foi relatado até aqui. Se faz urgente a criação e perpetuação de espaço de reflexividade, aos quais o “saber fazer” como ocorre na EA direcione a manutenção da vida rural e da cidadania com compromisso com as novas ruralidades culturais, de trabalho e de produção e primordialmente uma reprodução social ampliada.

## CONCLUSÃO – OU O QUE AINDA ESTÁ POR VIR...

Os movimentos sociais iniciados nos anos de 1980 em Nova Iguaçu pelos assentamentos já situavam desdobramentos de relações sociais que objetivamente foram se estruturando nas décadas seguintes e ampliando novas formas de mobilizações no meio rural, tendo como um dos principais eixos a Escolinha de Agroecologia. Todos os laços e redes que foram criados desde a efetivação da educação popular na EA constituíram a consciência, reflexão e ação dos agricultores através das práticas agroecologias que se tornaram intervenções com práxis em Nova Iguaçu e libertadora da condição desumana muitas vezes imposta ao meio rural. A oferta de possibilidades aos agricultores dada pela EA tem sido através da práxis agroecológica na perspectiva de formar novas relações micro e macroestruturais, como a criação ou a reinserção de espaços reflexivos, oportunidades, valorização do saber popular, manutenção da vida rural com cidadania e um compromisso com as novas ruralidades culturais, de trabalho e produção agroecológica.

Ao analisar a intervenção da Escolinha de Agroecologia, por meio da metodologia de educação popular expressadas pela territorialidade junto aos agricultores e seu poder social gerado, buscou-se constatar a potencialização da identidade rural. Dessa forma, averiguamos que a territorialidade encontrada em Nova Iguaçu junto aos agricultores foi catalisada e promovida pela Escolinha de Agroecologia que fortaleceu a identidade e a reprodução do movimento social rural, mesmo em uma localidade de grande expressão urbana. A agricultura de Nova Iguaçu encontra-se em espaços periurbanos que, ao longo das últimas décadas, sofreram processos sociais e políticos induzidos pela metropolização do território.

Então, é neste espaço de diversidade e adversidades que os sujeitos da EA estão em ação, de forma incluída em novas práticas de ruralidade dando sentido e significado aos saberes e práticas rurais da região. Compreende-se nessa perspectiva que os agricultores Iguaçuanos são contextualizados com uma consciência ambiental crítica e instrumentalizados pela agroecologia, portanto, a consciência agroecológica tem proporcionado abertura para resistências da população local.

Entre as principais questões levantadas durante esta pesquisa, está o processo de instrumentalização das dimensões da territorialidade na cidade de Nova Iguaçu, com o intuito de caracterizar as novas percepções no desenvolvimento rural executadas nessa localidade através da agroecologia, bem como, o poder social potencializado pela EA. Dada estas perspectivas, tem-se observado a construção e disseminação da agroecologia há algumas décadas, por diferentes categorias de produtores familiares e assentados, em articulação com

redes e organizações da sociedade civil, pesquisadores, extensionistas, agências de cooperação e gestores de políticas públicas. É na travessia agroecológica que os agricultores familiares de Nova Iguaçu se revelam cada vez mais claramente como componentes da organização e manutenção do meio rural. Assim, sua identidade significa uma participação na trama das relações sociais, por sua legitimação, vínculos, enfim, por seu papel ativo nas novas relações e redes que se formam e transformam com a construção da consciência crítica, política e participativa. Tal superação, plena de vida, com seus sabores e dissabores, decorre um novo momento histórico, uma nova alternativa de prática, que trança nos viés da vida o empoderamento desses cidadãos, antes relegados às inconsistências de políticas públicas irrisórias.

Assim, entre as questões que iniciaram este trabalho, foram apresentadas também características do município analisado tomando como foco a concepção de desenvolvimento rural sustentável gerado nesta localidade, a discussão das conjunturas que permeiam os agricultores que participam e participaram da Escolinha de Agroecologia e seu envolvimento na produção da nova ruralidade e por fim a territorialidade apresentada em Nova Iguaçu e suas tramas nas relações de poder, cultura e identidade. Desta forma, as crises de identidade e de modelos têm sido superadas na localidade, o que configura momentos processuais de territorialização facilitadas principalmente pelas práticas de educação popular como metodologia, envolvendo construção de identidade agroecológica, provocando rupturas e novas visões de formação para lidar com as demandas atuais no espaço em que estão inseridos.

Apesar de alguns esforços para a efetivação de tais mudanças na trajetória da EA, esta enfrenta dificuldades para sua permanência, pois, na prática, apesar de conquistar apoios à intervenção no meio rural ainda continua marcada por falta de incentivo do Estado, que pode ser visualizada na percepção da omissão realizada nas mais variadas situações e momentos pela Prefeitura, desconsiderando o ambiente rural e seus agricultores.

Consideramos que, ao se adequar aos novos pressupostos teóricos agroecológicos direcionados ao desenvolvimento sustentável, os agricultores acessam uma proposta de ação compatível com as demandas e com a realidade agrícola de Nova Iguaçu, mostrando que os produtores continuam resistindo às condições históricas, de modo a dar as respostas que são exigidas pela sociedade, contribuindo para a construção do desenvolvimento econômico e social.

É possível, portanto, vislumbramos mudanças estruturais, através das redes formadas pelos agricultores ao redor da agroecologia; mobilizações destinadas à ruptura com o discurso

e a prática determinista e tradicional. Constatamos que o saber dos agricultores se desenvolve na articulação com os demais produtores e se solidifica no ambiente da EA. A possibilidade reprodutiva rural é o resultado de uma concentração de conhecimentos sobre técnicas de trabalho que não vem diretamente da academia ou da escola tradicional, mas da relação entre pessoas, ambiente e suas influências fomentados pela EA. Neste sentido, o esforço de sustentabilidade implica reconhecer a existência deste saber, construído na história de vida, no esforço de sol a sol, no encontro com o outro possuidor das trajetórias e referenciais semelhantes e a práxis agroecológica, perpassando a construção de saberes ajustados na EA para fortalecer o poder social na agricultura, capaz de indicar crescentes índices de sustentabilidade.

As entrevistas e discussões expressam o desejo de que os dados relatados possam servir de subsídio para outros atores/autores que se interessem em estudar o tema, principalmente na compreensão dos papéis dos diversos atores sociais que contribuíram com suas lutas, para a identificação de várias percepções e propostas quanto aos possíveis caminhos que foram percorridos pela EA. A partir daí conseguimos discutir o papel da metodologia de educação popular como vinculação ao poder social gerado e como fator relevante para o desenvolvimento local. Simultaneamente a isso, investigamos as práxis e seu impacto na territorialidade procurando analisar suas contribuições e limitações como fomentadora da ampliação das capacidades dos agricultores para reproduzir-se e alargar a cultura rural.

Ainda, destaca-se, como sugestão para novos estudos a partir deste trabalho a intervenção para o desenvolvimento rural aprofundada na inserção da mulher nas propriedades agrícolas familiares. Fato este que não foi possível abordar no trabalho e parece bastante instigante, a incorporação e a análise de gênero como um conceito que incentiva repensar a agricultura familiar, não mais como um conjunto homogêneo e nuclear - conceituação reprodutivista traduzida pela sociedade neoliberal-, mas uma situação de convivência entre indivíduos diferentes que realizam atividades produtivas e reprodutivas, compartilhando um projeto de sobrevivência. Outro ponto que necessita uma dedicação maior à pesquisa se refere à supervalorização do produto e baixa valorização do produtor. Os consumidores de produtos agroecológicos, de forma geral, estão cada dia mais exigentes e mais informados, ou seja, com uma grande preocupação para que sejam produzidos alimentos de forma sustentável, fica a dúvida se diante do exposto existe a mesma preocupação com as famílias que o produzem. A agricultura familiar agroecológica ainda não parece ocupar um espaço no cenário nacional de destaque nivelando-se com o produto que

oferece. Ocorre a agregação de valor no produto, enquanto o agricultor precisa encontrar alternativas de empoderamento social na busca de uma qualidade de vida.

Na extensão dessa trajetória, a expressão maior apreendida é o marco que traduz essa mudança, os agricultores de Nova Iguaçu, que sobrevivem com suas lutas na busca de novos componentes desse espaço que se faz e refaz, traçando sua ruralidade na urbanidade, com suas formatações familiares e suas diferenças, conquistando apoios e permanências no solo que produz o alimento para todos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Hucitec/Edunicamp/ANPOCS - São Paulo. 2012.

\_\_\_\_\_. *Juventude rural: ampliando as oportunidades*, In: Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Disponível em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>. Acessado em 06/06/2015.

\_\_\_\_\_. *Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural*. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, DF, v. 15, n. 1, jan./abr. 1998.

\_\_\_\_\_. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1992. 275p.

\_\_\_\_\_ e VEIGA, José Eli. *Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. IPEA, 1992.

ALBUQUERQUE, U.P. e LUCENA, R.F.P. (orgs.). *Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica*. Recife, Editora Livro Rápido/NUPEEA, 2004.

ABRANCHES, Sergio Henrique. *Política social e combate à pobreza*. A teoria da prática. Rio de Janeiro. Jorge Zahar editor, 1987.

ABREU, R. M. R. M. *Plantas Psicoativas: Símbolos de Identidade Social*. In: Odair Dias Gonçalves; Francisco Inácio Bastos. (Org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1992, v. 1, p. 5-30.

ACSELRAD, Henri e LEROY, Jean P. *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 1999.

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 2007.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia: a dinâmica produtiva a agricultura sustentável*. Síntese universitária 54. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. *El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina*. In: CADENAS MARÍN, A. (ed.). Agricultura y desarrollos sostenibles. Madrid: MAPA, 1995.

AMÂNCIO, Cristhiane O. G. *O Sabor Agridoce da Reforma Agrária em Pernambuco: Refletindo Sobre a Experiência de Chico Mendes II e Nova Canaã em Tracunhaém*, PE. 19/07/2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

ARROYO, Miguel. *Educação e Exclusão da Cidadania*. In: BUFFA, E. ; ARROYO, M.; NOSELLA; P. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 2007.

AS-PTA. *Agricultura Familiar e Agroecologia*. Revista Agricultura. V. 1, nº 0. AS-PTA, 2011. Disponível em <http://aspta.org.br/revista/v1-n0-seguranca-alimentar-a-agricultura-familiar-aponta-o-caminho>. Acessado em 15/08/2015.

AVRITZER, L. *Sociedade Civil, instituições participativas, e representação: da autorização à legitimidade da ação*. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 50, nº 03. Rio de Janeiro, 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. *Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural*. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) *Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar*. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H.; SILVEIRA, J. M. *Agricultura familiar e condicionantes da adoção de tecnologias agrícolas*. In: LIMA, D.; WILKINSON, J. (Org.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília, CNPq/Paralelo, 2002.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BOBBIO, Norberto (org). *Dicionário de política*. Brasília:Ed.UNB, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. Verbete: Poder. Pgs.933 a 942.

BRAGA, T. M. *Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes em regiões metropolitanas brasileiras*. Revista Eure. Vol. XXXII, N. 96, Santiago de Chile, agosto de 2006. p. 47-71, 2006. (ISSN 0240-7161).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo. Brasiliense, 2001.

BRASIL, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. *Plano Diretor Participativo da Cidade de Nova Iguaçu*. Projeto de lei complementar de 12 de maio de 2008. Rio de Janeiro: Prefeitura do Município de Nova Iguaçu, 2008.

CALDART, C. R. *A escola do campo em movimento*. In: *Currículos sem fronteiras*, v 3 , n. 1, jan/jun. 2003, disponível em [www.curriculossemfonteiras.org.br](http://www.curriculossemfonteiras.org.br), acessado em 14 de julho de 2015.

CARNEIRO, Maria Jose. *Agricultores familiares e pluriatividades: tipologias e políticas*.In: Costa, L.F.C. ; Moreira, R.J.; Bruno, R. (org.) *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro.Mauad, 1999.

\_\_\_\_\_(org). *Da diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Orgs.) *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro : MAUAD, 2003. 230p.

\_\_\_\_\_. *Ruralidades Contemporâneas. Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro. Mauad x Faperj, 2012.

CANUTO, J. C.; SILVEIRA, M. A. da; MARQUES, J. F. *O sentido da agricultura familiar para o futuro da agroecologia*. Ciência & Ambiente, Santa Maria, v. 1, n.1, p. 57-63, 1994.

COSTA, Cassiane da; FROEHLICH, José Marcos and CARPES, Ricardo owes. *Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul*. Rev. bras. estud. popul. [online]. 2013, vol.30, n.2, pp. 465-483. Disponível em 0102-3098. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000200007>, acessado em 08/04/2015.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: MDA/NEAD, Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DALLARI. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro, Ed. 34, v. 5, 1997.

DELGADO, N. G. *Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2005.

DEMO, Pedro. *Formação de professores básicos*. Em Aberto, Brasília, ano 12, nº 54, abr./jun. 1992.

DURSTON, J. *Que es el Capital Social Comunitário?* Santiago Del Chile, Eclac/Cepal, 2000.

EMATER/Nova Iguaçu. Engenheira Agrônoma da EMATER RIO. *Documento de Sistematização da Escolinha de Agroecologia*. Escritório local de Nova Iguaçu/RJ, 2013.

EMATER RIO. *Relatório de Atividades*. Rio de Janeiro, 2014.

EMBRAPA. Marco referencial em agroecologia. Brasília-DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <[http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/16733/1/inst\\_10.pdf](http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/16733/1/inst_10.pdf)>. Acesso em 18/01/2015.

FAO. *Anuário Estatístico da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)*. Ed. Jun/2013. Disponível em <<https://www.fao.org.br/AEFAOoadpaa.asp>>. Acesso em 18/01/2015.

FAVARETO, Arilson da Silva. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo : Fapesp/Iglu, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 15a Ed. Graal - RJ, 2000.

FRANCO, Luiz A. de Carvalho. *A escola do trabalho e o trabalho da escola*. São Paulo. 3<sup>a</sup> Ed. Cortez, 1991.

FREIRE, P. “*Utopia peregrina*”. Revista Memória da Pedagogia: Paulo Freire: a utopia do saber. n. 4. São Paulo: Segmento-Dueto, 2005.

\_\_\_\_\_. *Uma educação para a liberdade*. Porto/Portugal: Textos Marginais, 1974.

\_\_\_\_\_. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática de liberdade*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FROEHLICH, José Marcos. *Desenvolvimento Territorial - Produção, Identidade e Consumo*. Rio de Janeiro. Unijuí, 2012.

GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez editora, 1989.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1990.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura Sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos Populares Urbanos e Democracia*. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 17, Cortez, São Paulo, 1988.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GRAZIANO, da Silva. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. In: BRASIL RURAL - ENCONTRO DE PESQUISADORES E JORNALISTAS, 2001, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Novo Rural Brasileiro*. Coleção Pesquisas 1. Campinas, SP: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo : Loyola, 1989.

HERRICK, James. *Empowerment practice and social change: the place for New Social Movement Theory*. Tabaha apresentado em The New Social Movement and Community Organizing Conference, University of Washington, Seattle, November 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Dados sobre População do Brasil, PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Agricultura familiar. Primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

JACOBI, P. *Meio Ambiente e Sustentabilidade*. In: CEPAM (Org.). *O município no século XXI: cenários e perspectivas*. ed. especial. São Paulo, 1999.

KAYSER. *La renaissance rurale; sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.

LAMARCHE, Hughes (coord) *Agricultura Familiar: comparação internacional. Vol I. Uma realidade multiforme*. Campinas: UNICAMP. 1993. Trad. Angela M. N. Tijiwa. (Coleção Repertórios)

LAZARONI, Dalva (Coord.). *Devoção e esquecimento: presença do barroco na Baixada Fluminense*. Exposição de 19 de novembro a 16 de dezembro de 2001. Rio de Janeiro: Casa FrançaBrasil, 2001.

LEITE, S.; CAZELLA, A.; LOPES, E.; ALENTEJANO, P.; MEDEIROS, L.; DELGADO, N. *Políticas públicas, atores e desenvolvimento local/territorial: análise sobre três casos do meio rural brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2005. (Relatório de Pesquisa –convênio REDES/ FAO-LSP)

LIMA, Elmo de Souza. *Formação continuada de professores no semiárido: Ressignificando saberes e práticas*. Teresina: EDUFPI, 2011.

MACHADO, Felipe Silva. *Dinâmica da agricultura periurbana no município de Nova Iguaçu (RJ)*. GeoPuc, Rio de Janeiro, v. 5, p. 1-31, 2010.

MAGALHÃES, Maria Cristina Soares. *Educação popular e Serviço Social*. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 6. São Paulo: Cortez editora, 1981.

MARQUES, Eduardo C.. *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. São Paulo: FAPESP, 2000.

MENDES, F. C. Políticas e inovação para a agricultura urbana: estudos de caso de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro- Brasil, Rio Cuarto (Córdoba - Argentina) e Sevilha (Andalúcia – Espanha). Tese de doutorado, UFRRJ, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

MOREIRA, Ruy. *Campo e Cidade no Brasil Contemporâneo*. Conferência no simpósio: Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização. São Paulo: Agosto/2015.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potential and risks. In: BAKKER, N.; DUBBERLING, M.; GUNDEL, S.; SABEL-KASCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). *Cidades que crescem cultivando alimentos: Agricultura urbana na agenda política*. Feldafing: DSE, 2000.

PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

PRADO, Walter. *História social da baixada Fluminense: das sesmarias a foros de cidade*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, A. S. *Representações ideais de um território”: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro:UFRJ, 2014.

RODRIGUES, A. O. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. In: International Workshop Empowerment and Right Based approach in Fighting Poverty Together. Rio de Janeiro, 2002.

ROMEIRO, A. R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

SACK, R. *Human Territoriality: its theory e history*. Cambridge: CambridgeUniversity Press, 2011.

SADER, E. *Quando os novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo - 1970-1980*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Amaury da Silva dos e CURADO, Fernando Fleury. *Perspectivas para pesquisa agroecológica : diálogo de saberes*. Aracaju : Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHENEIDER, Sergio. *Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, nº 51, fevereiro/2003.

SCHMITT, Claudia Job. *Transição Agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira*. In: Agroecologia e os desafios da transição agroecológica/ Sergio Sauer e Moisés Villamil Balestro (orgs). 2ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro. Origens históricas: centro e periferia sob dominação portuguesa*. Ed. Campus. 3ª Ed. Rio de Janeiro, 1988.

SHIKI, S. *O futuro do cerrado: degradação versus sustentabilidade e controle social*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

SINGER, Paul. *Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária*. In: André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcante Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs). São Paulo: Editora contexto, 2003.

SOARES, M.T.S. *Nova Iguaçu – Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro*. Tese de livre docência à cadeira de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, 1960. Disponível em <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/pdf>, acessado em 03/02/2015.

TENÓRIO, F. G. (Org.) *Cidadania e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

\_\_\_\_\_. *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social*. 3 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Ática, 1987.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

WANDERLEY, M. de N. B. *O camponês: um trabalhador para o capital*. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. p.13 -78, jan./abr.1995.

\_\_\_\_\_. *Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro*. In: CARNEIRO, Maria José. CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. *A ruralidade no Brasil moderno*. Por un pacto social pelodesenvolvimento rural. Enpublicacion: ¿Una nuevaruralidaden América Latina?. Norma Giarracca.CLACSO, ConsejoLatinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires,Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-Disponibile en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

## ANEXOS

### Anexo A – Roteiro das Entrevistas

Roteiro 1 para técnicos da EMATER Nova Iguaçu e integrantes da CPT e da AS-PTA:

Nome

Profissão

Vínculo institucional

Escolaridade

1. Como teve início a Escolinha de Agroecologia?
2. Porque ela deixou a Pastoral da Terra e passou à Emater?
3. Existe algum apoio do Estado além de permitir o trabalho da equipe?
4. Já ocorreu algum incentivo ou rejeição ao projeto pela prefeitura?
5. Qual a importância da escolinha na atualidade?
6. O entendimento das técnicas auxilia a permanência do agricultor nas atividades rurais?
7. Você já percebeu alguma mudança nas características do aluno da escolinha para outros agricultores que você convive?
8. Existe um público jovem interessado em Agroecologia?
9. A proximidade com o espaço urbano prejudica as atividades rurais?
10. A feira promove algum sentimento de motivação ao agricultor ou o estimula a produzir mais?
11. Existe alguma outra forma de aprender sobre técnicas agrícolas no município (outro curso)?
12. A metodologia utilizada na escolinha de Agroecologia (forma que são ministradas as aulas) sofreu alguma adaptação para ser entendida por qualquer pessoa independente da escolaridade?
13. Você percebe alguma insegurança dos alunos quanto a técnica ensinada, se será possível gerar renda?
14. Existe alguma possibilidade de manifestação dos alunos quanto suas atividades agrícolas atuais (troca de experiências entre os alunos)?
15. São promovidos incentivos a cultura local (festa do aipim, entre outras)?

16. Você já percebeu aumento do vínculo entre os produtores (amizade)?
17. É possível perceber uma certa cumplicidade que promova estímulo ou orgulho pela profissão entre os alunos?
18. A maneira de falar ou se apresentar dos alunos difere em algum aspecto das pessoas que possuem um trabalho na área urbana?

## Roteiro 2 – Alunos e ex-alunos de EA

Nome:

Cidade:

Profissão:

Idade:

Escolaridade:

1. Qual é a sua história familiar com a agricultura?
2. A sua residência é o mesmo local que mantém a atividade produtiva? Este local pode ser considerado uma área rural?
3. A agricultura é sua única fonte de renda? Exerce outra atividade remunerada?
4. A agroecologia está sendo aplicada em sua unidade produtiva? Os produtos agroecológicos possuem a mesma aceitação que os tradicionais?
5. O que foi ensinado na escolinha considerava as limitações do local de sua unidade produtiva? Mudou sua técnica de produção?
6. As ações propostas pelo curso atendem a competição e sobrevivência do mercado local? Você sente que seu produto é valorizado?
7. Através da Escolinha você despertou para algum tipo de participação social?
8. Qual a importância da escolinha para você?
9. Você percebe alguma mudança no seu estilo de vida em relação s pessoas que vivem exclusivamente na área urbana? Percebe preconceito ou piadas?
10. Você possui orgulho na atividade que desenvolve? Sua família sempre teve orgulho ou já pensaram em mudar de atividade?
11. Para você o seu trabalho é importante para a comunidade e sua família? Você deseja que seus filhos continuem este trabalho?

## Anexo B – Relatos das Entrevistas

Entrevistas ocorridas entre janeiro de 2015 e setembro de 2015.

### Agricultor 1

É importante porque sou aposentado, trabalhava no sítio e no comércio pertinho de casa, hoje só permaneço com a atividade no sítio. Sempre foi meu sonho, nunca foi pelo dinheiro que mal dava para comprar comida, se já existisse a feira eu poderia ter vivido meu sonho a mais tempo.

Na família eu não tinha ninguém que trabalhava com agricultura, morava em Belford Roxo e consegui no assentamento o pedaço de terra, agora tenho o meu sonhado Sítio lá no assentamento.

Particpei da Escolinha de Agroecologia na EMATER tem uns anos. Não utilizo agrotóxico. Eu fui um dos principais integrantes da feira antes da associação AFERNI.

A escolinha é fundamental e deve permanecer por muitos anos, no assentamento as pessoas da minha idade que se interessam têm orgulho em trabalhar com a terra.

---

### Agricultor 2

Particpei da primeira turma da Escolinha de Agroecologia na Igreja Nossa Senhora da Glória, posteriormente ela foi para o Brizolão, depois na Igreja Santo Antônio, e Igreja São Jorge.

Sempre fui agricultor junto com a minha esposa, plantamos frutas e legumes na propriedade do assentamento de Marapicu, nossos filhos não trabalham com a terra, quando eram adolescentes eles ajudavam mas foram fazer faculdade na Rural e seguiram sua vida.

A produção é para venda na feira de Nova Iguaçu e no próprio assentamento, também conseguimos mandar alguma coisa para um sacolão.

Vou fazer novamente a escolinha porque a troca de experiência é preciso sempre. Desde criança trabalhava com a terra. Ainda criança já vendia legume não era Agroecologia, agora aprendi que eu tinha uma roça orgânica, sem veneno.

Aprendi na Escolinha e outras coisas eu já sabia, tinha muitas idéias e fazia mas sem saber direito que era agroecologia, ensinei na escolinha o que eu sabia apesar de muitos não conseguirem fazer como eu faço, tenho muito tempo lidando com a terra.

Participo da Cooperativa em campo alegre que ajuda os agricultores. Proibimos até mesmo na feira que os outros feirantes usem agrotóxico. E ensinamos o que fazer para não precisar dos agrotóxicos, eles mesmo fazem tudo de forma natural.

### Agricultor 3

Trabalhava de garçom, larguei o serviço e comecei a trabalhar na área da Petrobras, nos dutos com a parceria da Univerd, cooperativa de produtos orgânicos. Como nunca tinha trabalhado sem ser de garçom eu fiz a Escolinha no meu primeiro ano na Cooperativa. A três anos estou cooperado.

Trabalho na feira da roça em nova Iguaçu, vendemos também nas feiras do Rio na transpetro, em Miguel Couto e na igreja de Jurê em NI. A produção ainda não dá conta de atender todas as ferias.

Ultimamente só contamos com 8 famílias, 7 lotes em Geneciano e 3 em Figueira. Alguns lotes estão abandonados, as pessoas deveriam ter feito a Escolinha como eu fiz, elas desistiram por não saber lidar com as plantações.

Trabalho com a esposa e com os filhos, mas os filhos que auxiliam é apenas quando podem, eles ainda estão estudando.

Produzo hortaliças e minha família que é do Ceará e me criou na roça lá nunca imaginou que aqui na cidade eu trabalharia plantando. Até porque quando cheguei no Rio não tinha a cooperativa e ser garçom foi o que consegui, após sair do emprego decidi com a minha esposa entrar na cooperativa.

O bom é trabalhar sem veneno, isso é tudo de bom, zero veneno, é contra o veneno e faz campanha contra. Também incentivo na cooperativa porque é prejudicial a terra, prejudica quem consome, a natureza sofre com isso, preciso fazer uma mobilização para que todos entendam.

Tivemos apoio da AS-PTA, EMATER, Petrobrás, fiz treinamento, tive ajuda material, 100% na parceria com a AS-PTA.

Agradeço a escolinha e quando puder quero ser voluntário. Aprende todo dia, nunca conseguirei saber tudo, mas é muito bom, é excelente, já conseguia botar em prática o que aprendia no mesmo dia.

Acredito que exista um preconceito e ainda vai continuar existindo com o agricultor, as pessoas que o fazem não tem conhecimento da terra e dos benefícios que ela dá. Trabalhar com agroecologia é trabalhar animado, feliz, porque como e vendo com certeza um produto de qualidade. Não monto a minha banca se não tiver produtos, mesmo que fique sem renda porque nunca venderia um produto com agrotóxico, seria uma traição. As pessoas confiam no que vendo e tenho orgulho acredite.

---

### Agricultor 4

Fui criada em nova Iguaçu desde os 11 anos, toda minha família veio do ES, eles tinham um sítio em Barão de Guandu, tenho 67 anos, sou viúva, minha mãe sempre foi agricultora e meu marido criava vaca e fazia queijo. Faço o queijo até hoje e tenho uma horta para consumo que chego a distribuir o que sobra. Os primos também fornecem verdura para o Ceasa da região. É tradição na família.

No sítio encontrei a sobrevivência ele fica numa área rural que não é muito longe do centro de Nova Iguaçu.

Desde a primeira aula na Escolinha consegui fazer exatamente como aprendia. As plantações mudaram, as frutas estão dando mais, o aipim cresceu. Conheci muitas pessoas interessadas na plantação e fiz muitas amigas.

É diferente produzir sem agrotóxico e as pessoas ficam maravilhadas. Estou descobrindo outras coisa porque cada um passa outras experiências.

A escolinha foi a particularidade que eu precisava, e não esperava que seria tão proveitoso. É uma terapia trabalhar com a terra. É feliz de quem tem.

O produto agroecológico não tem tanto valor porque quem é da cidade não dá valor a nada, nem a um canto do passarinho. A nossa vida gera em torna da ecologia, e cada gesto.

---

#### Agricultor 5

Possuo um sítio em Tinguá e trabalho sozinho nele, tenho 42 anos, trabalho a 3 anos na feira, sempre fui agricultor, não sei fazer outra coisa.

Minha família é de Minas Gerais e lá eu via que todos tinham sua lavoura, agora só eu aqui que continuo com lavoura. Moro no meu sítio, como e vendo tudo que tem lá. Nunca quis sair de lá e trabalhar com mais nada, cheguei a pensar em fazer outras coisas quando a situação ficou difícil alguns anos atrás. As batatas, o feijão, o limão e aipim que tenho não tem uma gota de veneno.

Hoje consigo até vender na feira porque tem muito mais produtos, aprendi direitinho como produzir sem veneno e nem imaginava que aumentaria a produção. Tenho muito aipim, ele está bonito, grande e sem veneno.

Aprendi a plantar o aipim com o pessoal da Escolinha, lá em Minas não plantávamos. Fiz o curso assim que pude porque minha terra já estava muito castigada. Participo da FERNI e estou acostumando a mudar como uso a terra para coisas que ajudem a terra também.

---

#### Agricultor 6

Sempre tive sítio em Jaceruba, meu irmão era quem cuidava do sítio que o pai nos deixou e eu era dona de casa, com o meu marido trabalhando numa empresa. Quando pequena minha família ajudou a fundar a feira de Areia Branca.

Depois dos meus 50 anos, quando o meu irmão morreu ninguém da família queria cuidar do sítio. Me mudei com meu marido que se aposentou da empresa e fomos para o sítio, eu fazia o que lembrava até conhecer a escolinha.

Primeiro foi o meu marido que fez, chegou cheio de novidades, parecia que tinha nascido na roça. Ele queria fazer tudo que tinha aprendido, nós trabalhamos com plantas e mudas para vender. Vendíamos perto do sítio agora estamos na AFERNI.

Meu marido ficou sabendo da feira da roça e me pediu para fazer doces, sucos naturais e irmos vender na feira. Conseguimos uma barraca, eu comecei a fazer a escolinha e nossa vida hoje é da aposentadoria dele e do que vendemos na feira. Nossos filhos já foram viver a vida deles e não se interessam pelo sítio.

Vou ficar até morrer. Ainda tenho minha casa em Belford Roxo, não quero sair do sítio, gosto de viver na roça estamos lá a sete anos.

Fazemos parte da univerde e cuidamos de 9 hectáres do sítio todo natural.

O que falta é mão-de-obra, se tivéssemos mais gente lá íamos conseguir mais para vender, tivemos ajuda da AS-PTA e da EMATER sempre vinha a ajuda para a estrutura poder melhorar.

---

#### Agricultor 7

Tenho um convênio que me deixa trabalhar em 2 mil metros desde 2005 com a Univerde, a área é da Petrobrás, Univerde trabalha com plantação orgânica lá. Todo mundo trabalha sem agrotóxico. Moro numa região periurbana, tem uma cultura rural, misturada com as residências, bem urbano, tem asfalto, transporte, comércio e a desde 2008 nós plantamos lá.

Trabalho com ervas, hortaliças e temperos, a agricultura familiar sempre foi a única renda da minha família, hoje estou com 50 anos.

Todos os produtos são certificados, a aceitação das pessoas mudou, eu tinha algum conhecimento do orgânico e fiz a transição 100 % para agroecológico. Tenho confiança dos clientes com o produto diferente.

Eu já fui da diretoria da Univerde e continuo participando em Figueira e Geneciano. Todas as parcerias são importantes e a escolinha foi para mim a mais importante para todos da Univerde.

#### Agricultor 8

Meu pai tem um sítio em Figueira e trabalho com ele, estou com 22 anos e minha esposa também ajuda, moramos todos no sítio ao todo são 5 pessoas da família trabalhando na produção de lingüiça, queijo e agora estou com um pedacinho plantando também. Meu pai não é muito de plantio por isso quero comprar um sítio em Adrianópolis para minha esposa me ajudar com uma plantação agroecológica, aprendi tudo na escolinha e quero ter o meu sítio agora.

Lá perto do sítio eu acho que é um lugar periurbano, já temos muito desenvolvimento, parece com o centro urbano, mas mesmo assim meu pai sempre manteve o sítio vendendo o que era produzido no sítio lá na vizinhança mesmo.

Eu fiz a escolinha e contei para ele que podíamos vender mais se levássemos para a feira, ele não se animou mas deixou eu levar para vender, fiz muitos amigos na escolinha que me ajudaram, agora estou vendendo 70% do que produzíamos na feira e precisamos aumentar a produção.

Já participo da AFERNI, conheci a ASPTA, o pessoal da Emater, e ele também tem ajudado a como fazer a demanda aumentar. Quero mudar toda a agricultura tradicional que meu pai faz. Meu maior problema é que não tenho animais suficientes para aumentar muito a produção. Continuo aprimorando todo o conhecimento que tenho e ganhei na escolinha, nossa única fonte de renda está na terra e nos nossos animais, preciso continuar melhorando.

---

#### Agricultor 9

Na minha chácara fica em Tinguá, minha família trabalha plantando, fazendo bolos, doces, balas com tudo que temos, somos 6 pessoas e 3 apenas vendem o que foi produzido.

O meu pai era produtor rural, tínhamos plantação de banana e outras frutas. Depois que fiz o curso e outras pessoas da minha família também fizeram nós paramos de ter outros trabalhos e ficamos só como agricultores.

Temos parceria com uma agroindústria, vendemos na feira de Nova Iguaçu e em Tinguá, tudo sem agrotóxico.

Ainda estou fazendo a escolinha, termino em 2015.

---

#### Agricultor 10

Eu e meu marido, que já é aposentado como agricultor, sempre trabalhamos em Tinguá no sítio, criamos nossos filhos assim. Desde o início da feira já vendemos nossos produtos,

temos queijos, ovos, carne de rã e frutas. Temos vaquinhas e galinhas, a idéia era crescer com a criação de rãs mas estamos querendo aumentar agora as frutas.

Em 2010 nós dois fizemos a escolinha pela primeira vez, agora estamos fazendo novamente, depois da escolinha começamos uma horta agroecológica e fazemos todo o adubo, conseguimos até vender o adubo para os colegas da escolinha.

Mudamos toda a plantação desde que começamos a estudar. Meu marido adora o pessoal da EMATER que ensinaram muitas coisas para ele.

Ajudamos a AFERNI desde o comecinho, começou como associação de Vila de Cava e desde essa época já estávamos lá. Pagamos o sindicato rural desde 1984. A Escolinha foi quem nos levou até a feira.

Estamos velhos e queremos continuar, a plantação com agroecologia será mais fácil do que criar animais, não estamos agüentando e se não fosse a escolinha iríamos parar porque estamos muito cansados.

---

#### Agricultor 11

Plantamos em Nova Iguaçu frutas, temperos e aipim, vendemos tapioca, doces, sucos e as frutas, já tem uns 10 anos, desde o mercado popular. São 8 pessoas na família que ajudam, não dá pra tirar um salário para cada um mas tudo que vendemos dividimos, nossos filhos já são casados e moramos todos no sítio. Já estamos com quase 50 anos e precisamos de muita ajuda.

O Marido já foi técnico elétrico quando as crianças eram pequenas, desde que o sítio começou a dar lucro ele parou.

Nós viemos do Amazonas, lá a plantação era muito diferente, tínhamos tabaco, outras frutas, sempre na área rural.

Fizemos a escolinha em Marapicu, a primeira, fomos 3 da família, meus filhos mais novos ainda não fizeram e incentivo todo ano, batalhando para fazerem até o fim, eles já começaram duas vezes e largaram para ajudar no sítio.

Nossa plantação é sem bichos mesmo sem veneno. Mudamos tudo desde a escolinha, mudamos até para o aipim que nos ajudou muito a fazer outras coisas, não vendemos quase aipim mas vendemos muita tapioca.

Estamos na Associação de Marapicu e temos parceria com MDA para pequenos agricultores.

---

#### Agricultor 12

Nascida em Sergipe, em 1964 cheguei no Rio de Janeiro para trabalhar na casa como doméstica. Decidi morar em 1970 em Nova Iguaçu, o objetivo era voltar a trabalhar na terra.

Nos anos 1980 ocupamos Marapicu, Luis Fernando ajudou com os conhecimentos do exército, com conhecimento de área. Depois do decreto de ocupação de 1984 de Campo Alegre, descobrimos que Marapicu era uma fazenda federal. Com o apoio de Brizola foi grande a reforma agrária devido sua experiência no sul. Nenhuma ocupação foi pacífica só que diferente de Campo Alegre que teve apoio da Justiça. Homens que sabiam o que estava fazendo a frente.

Em 1985, Marapicu ocupou-se o território e exigiu-se a documentação. Conseguiram pela luta política ficar ao lado de Campo Alegre, mas na questão de negociação da terra a fazenda Boa Esperança e o governo do Estado não poderia regularizar. Foi pacífica entre aspas, as pessoas foram para plantar, sobreviver e viver na roça. Logo quando começou a escolinha muitos já tinham desistido de plantar.

A organização do assentamento de Marapicu recebeu o INCRA para abrir processo de desapropriação em Brasília no ano de 1987. Paralelo a este problema de regularização, estava ocorrendo um desmonte no assentamento de Campo Alegre, vendas de loteamentos irregularmente, e as lideranças começaram a entrar em atrito e foram formadas regionais com associações em 1986 como reação ao processo de loteamento e em seguida ocorreu o apoio do estado a esta resistência contra a corrupção. As parcerias que surgiram na década de 1990, foi realizada pela ponte da igreja católica com o financiamento da Itália. A prefeitura e o estado não mantiveram apoio nas décadas seguintes, inclusive extinguindo-se as áreas rurais para áreas consideradas de baixa densidade populacional com o objetivo de encerrar os processos de emancipações de Nova Iguaçu, numa política de expansão urbana.

Em 1997 buscou-se o processo de desapropriação no INCRA para Marapicu que estava até então arquivado e por se tratar de uma área que não era rural devido a alteração do Plano Diretor. Mesmo não tendo a agricultura rural a agricultura familiar permaneceu e encerrou todos o financiamentos rurais. Só em 2006 foi revertida a situação com o retorno das áreas rurais com o apoio da Caixa Econômica Federal, CPT, EMATER e INCRA. Desde 2002 o movimento dos assentados estava trabalhando pelo título de propriedade dos loteamentos em Marapicu para 62 famílias.

Marapicu foi um grande foco de resistência, o homem foi para plantar, sobreviver e viver na roça.

O Assentamento de Marapicu hoje não tem uma liderança e a CPT está sendo desmontada devido a participação de integrantes que desconhecem o meio rural.

---

Profissional da Emater 1

**1. Como teve início a Escolinha de Agroecologia?**

A Escolinha começou em 2007 quando Luiz Fernando de Jesus, já falecido e da CPT Baixada Fluminense, trouxe a idéia de Campos dos Goytacazes, onde havia uma “Escolinha”, porém com o foco mais voltado para alternativas de combate a pragas e doenças , especialmente através de homeopatia. Começou em Nova Iguaçu como um ciclo de palestras, e começou a tomar forma de curso seqüenciado, como conhecemos hoje, a partir de 2009.

**2. Porque ela deixou a Pastoral da Terra e passou à Emater?**

A CPT continua na coordenação da Escolinha. Fragilidades internas impedem uma presença mais constante. A EMATER acaba aparecendo mais porque cabe a ela a coordenação técnica. Mas a CPT continua atuando na parte administrativa.

**3. Existe algum apoio do Estado além de permitir o trabalho da equipe?**

Não.

**4. Já ocorreu algum incentivo ou rejeição ao projeto ela prefeitura?**

No início a prefeitura dava algum apoio, mas não deu muito certo. Muitos dos compromissos assumidos acabavam não sendo cumpridos. Nesta época a EMATER não atuava na Escolinha. Ela foi convidada pela CPT a participar a partir de 2008, justamente para evitar os problemas que estava havendo com a inconstância de atuação da prefeitura. Hoje a prefeitura não chega propriamente a apoiar, mas também não rejeita. De vez em quando temos alunos que são das Secretarias de Agricultura ou de Meio Ambiente d município. Há reconhecimento por parte da Secretaria Municipal que atende a agricultura.

**5. Qual a importância da escolinha na atualidade?**

A experiência tem se tornado referência na formação em agroecologia., tendo já recebido premio do Forum Cultural da Baixada Fluminense e do CREA-RJ. Desde 2007 em média quarenta alunos por anos completam o curso, com perfil multiplicador. Outro tanto não consegue completar o curso, mas chega a assistir às matérias básicas sobre manejo ecológico do solo, o que já é suficiente para dar-lhe outra visão sobre a forma de produção. Além disso, tem influência nas Feiras da Roça dos municípios do entorno, visto que há vários ex-alunos

vendendo seus produtos nessas feiras. Como derivação, para atendimento do público urbano, gerou uma demanda de cursos de hortas domésticas com base agroecológica, que cria não apenas bons cuidadores de plantas, mas principalmente consumidores mais conscientes e exigentes. Em apenas quatro cursos de 8 horas de duração, já passaram quase 200 alunos. Como derivação mais recente, surgiu a idéia do resgate das sementes através da Festa da Partilha de Sementes e Mudas. E assim o leque vai se ampliando. O próximo passo é pensar como formar animadores para que organizem e façam surgir mais Escolinhas em outros pontos do Estado.

**6. O entendimento das técnicas auxilia a permanência d agricultor nas atividades rurais?**

Sim, além de proporcionar aumento de sua auto-estima.

**7. Você já percebeu alguma mudança nas características do aluno da escolinha para outros agricultores que buscam a Emater?**

Sim, há mais segurança no falar, menos “cabeça baixa”, mais planos, além de maior consciência ambiental dos agricultores.

**8. Existe um público jovem interessado em Agroecologia?**

Ainda pequeno. Há anos em que aparecem mais, anos em que aparecem menos. A maioria dos jovens é de estudantes de ciências agrárias ou ambientalistas, mas há alguns agricultores também. Ou jovens que tiveram vivência urbana mas que a família tem propriedade rural.

**9. A proximidade com o espaço urbano prejudica as atividades rurais?**

Tem como ponto positivo a proximidade do mercado consumidor, facilitando a venda direta. Mas quando a urbanização é galopante, traz problemas sérios – roubo de produção e equipamentos, fracionamento dos estabelecimentos rurais, cobrança de IPTU, piora das condições ambientais para produzir ( barulho, qualidade do ar, contaminação das águas para irrigação e criação de animais), aquisição de terras por não produtores ( o que vai descaracterizando a comunidade e a torna mais vulnerável, pois esses vendem e revendem suas propriedades sem nenhum apego)

**10. A feira promove algum sentimento de motivação ao agricultor ou o estimula a produzir mais?**

Com certeza. Estimula a produzir mais e com mais diversificação.

**11. Existe alguma outra forma de aprender sobre técnicas agrícolas no município (outro curso)?**

A EMATER tem seu trabalho rotineiro de assistência técnica, além da Escolinha. Outros cursos mais específicos são ministrados nas comunidades rurais desde que se perceba uma demanda. Além disso, há algumas ONGs que trabalham com educação ambiental e que às vezes enveredam por projetos que envolvem agricultura, mas aí são ações mais pontuais e projetos de duração limitada. E a internet hoje está bastante acessível.

**12. A metodologia utilizada na escolinha de Agroecologia (forma que são ministradas as aulas) sofreu alguma adaptação para ser entendida por qualquer pessoa independente da escolaridade?**

A prática extensionista valeu bastante nesse momento. Toda a linguagem – tanto das aulas como de apostilas – é perfeitamente compreensível para qualquer nível de escolaridade. O uso de apresentações com bastante ilustrações também ajuda muito. E pesquisadores convidados para dar aulas são alertados para evitar gráficos, tabelas com muitas variáveis e para esmiuçar alguns termos. Como os palestrantes pesquisadores são os mesmos já há alguns anos, pegaram o espírito da coisa.

**13. Você percebe alguma insegurança dos alunos quanto a técnica ensinada, se será possível gerar renda?**

Não, pois trabalhamos com tecnologias que baixam o custo de produção. E os agricultores vão experimentando ao longo do curso e vendo melhoras na qualidade do solo e dos produtos.

**14. Existe alguma possibilidade de manifestação dos alunos quanto suas atividades agrícolas atuais (troca de experiências entre os alunos)?**

Durante o ano, as conversas entre eles nos intervalos, durante o almoço, são riquíssimas. E no fim do ano há apresentação de trabalhos – que na são trabalhos escritos, ao apresentações de experiências vividas. Durante as aulas, há muita troca, mas sempre procurando focar o tema do dia.

**15. São promovidos incentivos a cultura local (festa do aipim, entre outras)?**

A primeira experiência que tivemos nesse sentido foi a Festa da Partilha de Sementes e Mudanças. A Festa do Aipim não tem relação com a Escolinha. Há poucos agricultores que trabalham nas barracas dessa festa, e ela é anterior à Escolinha.

**16. Você já percebeu aumento do vínculo entre os produtores (amizade)?**

Com certeza! Troca e telefones, visitas e amizades que continuam após terminado o curso. Dá pra perceber que os ex-alunos se sentem pertencentes a um grupo, o grupo da Escolinha.

**17. É possível perceber uma certa cumplicidade que promova estímulo ou orgulho pela profissão entre os alunos?**

Sim, bastante visível.

**18. A maneira de falar ou se apresentar dos alunos difere em algum aspecto das pessoas que possuem um trabalho na área urbana?**

Em se tratando de um público com experiências diversificadas, muitas vezes tendo simultaneamente trabalhos rurais e urbanos, transitando em ambos os meios o tempo todo, e com diversos graus de escolaridade – desde o analfabeto até o profissional com pós-graduação, não há como generalizar um comportamento.

---

Integrante da CPT 1

Meu início na CPT se deu por conta da minha licenciatura na educação do campo na Rural um curso dos movimentos sociais, conhecendo senhor Luiz que era membro da CPT. Ao precisar de um certo documento ele me convidou fazer parte da organização, na qual tive a chance de me inserir na mesma através deste convite.

Eu participei da Escolinha, por seis meses como aluna levada pelo senhor Luiz, ele Administrava a Escolinha muito bem a escolinha fazia parte da CPT.

A CPT em sua maioria foi constituída por voluntários, estes na verdade tinham o seu compromisso diário, não é possível precisar uma quantidade exata, mais o papel da CPT é apoiar os trabalhadores do campo denunciando os conflito nele existente e afirmando o compromisso criado desde 1975 em Goiânia onde ela surgiu.

Somos um organização de apoio, não temos participação com órgãos governamentais, nossos projeto junto aos assentamento e acampamentos é subsidiado pelas Caritas organização ligada a igreja católica.

Na atualidade a CPT tem e teve um papel muito importante na escolinha pois a EA nasceu das reuniões da CPT com o Luiz que foi o fundador. Acho que nesse momento esta esquecido o verdadeiro sentindo da CPT na escolinha ou não os estão dando a verdadeira visibilidade. Também acho que os aluno que entram agora nem sabem da história de luta da CPT.

O papel da escolinha e muito importante pois ela já ultrapassou fronteiras, pois os aluno se deslocam de outros lugares do estado, antes só eram agricultores e da Baixada Fluminense, agora diversas pessoas procuram o curso, dá pra ver como o curso e concorrido e além de ser gratuito.

Muitas pessoas chegaram em Nova Iguaçu e perderam o vínculo com a terra, seu pai ou mãe lidavam com a terra e eles queriam de alguma forma manter a tradição por amor ao rural. Ao chegar aqui muitos deles precisaram trabalhar na área urbana como autônomos, como diaristas e serviços de doméstica, a renda não era suficiente para suprir todas as necessidades. O caminho encontrado foi a ocupação que desde o início foi apoiado pela CPT.

A ocupação iniciava-se no período da mobilização das famílias, estendendo-se até a garantia da posse da terra, com a efetivação da desapropriação da área. Este apoio da CPT mostrou-se muito importante

Na minha visão os aluno que buscam a CPT ou estão na CPT hoje devem a escolinha. Tudo que aconteceu desde a escolinha foi impotante para os agricultores, mesmo os que já conheciam a CPT.

Toda a proximidade com a parte mais urbana só prejudica os agricultores, Nova Iguaçu esta engolindo as áreas rurais com a expansão da cidade, e com essa proximidade os jovem vão para as escola da cidade cobiçados por ela ajudando para sua saída do campo onde os agricultores são idosos.

Existe muita dificuldade por parte dos nossos agricultores de produzir, eles começaram a produzir de forma agroecológica porque os insumo eram caros, os agricultores capitalista que pensam em ganhar muito com certeza não fazem assim. O que esse agricultores agroecológicos precisam e de ajuda técnica para poder produzir mais e tirarem o sustento com ganho mais flexíveis e não desistir e sair de seu campo para trabalhar fora, na verdade eles precisam de uma política publica que os facilite e não de projetos passageiros.

Os próprios agricultores que não tem uma escolaridade se sentem diminuídos, se não fosse pela escolinha muitos deles nunca praticariam a agroecologia, outros praticavam muito

antes de existir a escolinha mas algumas técnicas que eles vão buscar na escolinha são usadas em sua propriedade gerando uma condição valorizada com a ajuda técnica.

É muito bem organizado a feira de troca de semente e as feirinha da roça, existe nessa possibilidade um espaço criado que vem reforçando a cultura local.

---

## Profissional da EMATER 2

Campo Alegre tinha acontecido em janeiro de 1984, marco na ocupação da terra que reverteu o processo de urbanização, desacelerando a urbanização na região.

A emater formou um grupo executivo em julho de 1984 para atuar na ocupação de Campo Alegre. A CPT já estava auxiliando na ocupação, que possuía um movimento de base muito forte, inicialmente o Pe Eduardo atuou em Campo Alegre.

Hoje é o cruzeiro onde começou todo o movimento. O trabalho se dava de forma coletiva, uma roça coletiva, a estratégia foi ocupar aos poucos e não distribuir a terra inicialmente para a comunidade poder resistir de forma coletiva, de mutirões uniu a todos. Pensando no contexto de ditadura militar e todo o planejamento feito para não dispersar a população (resistência aos paramilitares e jagunços).

A Caritas e a diocese de nova Iguaçu apoiavam o assentamento, o MST só chegou depois porque ainda estava se organizando. Grupos de desempregados apoiados pela Caritas, esses desempregados começaram a se reunir encontraram com o mesmo histórico de passado rural, e desejaram se juntar e tentar a posse de terra. Esse movimento foi tão forte que seguiu de exemplo para outros.

O assentamento de Marapicu veio em 1985 e outros durante a década de 1980, a decisão já era da população e depois chegou o apoio da igreja.

Após 1985 começou-se a ver alternativas direcionadas ao pequeno agricultor e assentados pelo Plano Nacional de .. de 1985. Cada estado tinha verba para montar seu programa em 1988, podendo até mesmo se focar em assentamentos. Após mudanças de governo as discussões de assentamento foram abafadas só sendo retomadas em 1991 em Nova Iguaçu como um todo mas não existia um trabalho focado só no assentamento de campo alegre.

Projetos de microbacias foram criados na década de 1990 e aos poucos surgiram projetos (PROSERA?1992) começou-se o rural alternativo. Já existia alguma atividade trazida

por pessoas que tinham relação com a Universidade. As alternativas na lavoura eram para dar solução de baixo custo as plantações. Ideias de baixo custo foram crescendo, e a idéia da escolinha de agroecologia trazida de Campos lá tinha algo parecido, voltado a plantas medicinais

Em 2007 a prefeitura assumiu o projeto e não permitiu a Emater e a CPT de participarem do curso, apenas em 2008 o escritório da Emater entra como palestrante e em 2009 assumiu por completo, trazendo para a Catedral e formatou-se o curso. Formando parcerias e chegou-se ao quadro que tem hoje e desenvolvendo a idéia agroecológica. Deixando a transição e assumindo a agroecologia.

O início das feiras em 2004, como mercado produtor no galpão da Associação rural. No governo de Lindberg acabou em abril de 2005 o mercado. Em setembro 2006 foi liberada a praça Rui Barbosa para a feira da roça, depois e muita resistência dos agricultores com o Conselho de políticas públicas. Nos municípios vizinhos repercutiu-se a história da feira e foram e propagando. Em 2011, a MDS forneceu barracas e caminhão.

A feira e a escolinha estão juntas, dando um fator de qualidade ao oferecido na feira pelos ex-alunos da escolinha.

---

#### Integrante da AS-PTA 1

A AS-PTA busca promover ações de valorização, ampliar as atividades de agricultura familiar e o fortalecimento das redes no território.

Para fortalecer políticas na agricultura familiar são atendidos agricultores com propriedade rural e sua auxiliados na sua relação com a comunidade e família.

Agricultura camponesa com maior eficácia que a agricultura comercial, resgatando memória e esperança. Analisando e apoiando a relação da família com a propriedade rural e as relações externas.

A agricultura camponesa em todas as dimensões da natureza e mais sustentável e viável que a industrial, sendo um elemento que auxilia a reivindicação pela eficácia das relações agroecológicas e sustentabilidade ambiental, elementos que a agroecologia trabalha e a agricultura tradicional não alcança.

Buscam novos horizontes de resistência pela agroecologia. A agricultura mostra suas raízes históricas para garantir sua importância no território.

Os elementos que auxiliam a reivindicações atuam na eficácia das relações agroecológicas e sustentabilidade ambiental, elementos que a agroecologia trabalha e a agricultura tradicional não alcança. As Pessoas resistiram a ditadura militar, buscaram novos horizontes de resistência pela agroecologia. As lideranças das ligas camponesas e a luta da terra são uma constante desde as tribos indígenas, sendo expulsos e tentando permanecer no seu lugar. A agricultura mostra suas raízes históricas para garantir sua importância no território.

Nosso objetivo é promover ações de valorização, ampliar as atividades de Agricultura Familiar, o fortalecimento das redes no território, o fortalecimento das políticas na Agricultura Familiar e que a propriedade rural e sua relação com a comunidade, família possa resgatar memória e esperança.

## História Oral de Marapicu

Relato do Encontro de Articulação Agroecológica da Região Metropolitana em 06/08/2015, os fatos históricos foram trazidos por integrantes da EMATER de Nova Iguaçu e a assentada de Marapicu.

### Integrante da EMATER/Nova Iguaçu

A ocupação de Campo Alegre tinha acontecido em 09 de janeiro de 1984, marco na ocupação da terra que reverteu o processo de urbanização que já se apresentava na região de Nova Iguaçu, desacelerando a urbanização na região da Baixada Fluminense. A EMATER formou um grupo executivo em julho de 1984 para atuar na ocupação de Campo Alegre. A CPT já estava auxiliando na ocupação, que possuía um movimento de base muito forte, inicialmente o Pe. Eduardo atuou em Campo Alegre, um dos primeiros padres na atuação direta na ocupação.

Hoje o local do início de Campo Alegre é o bairro Cruzeiro onde começou todo o movimento de ocupação. O trabalho se dava de forma coletiva, uma roça coletiva, a estratégia foi ocupar aos poucos e não distribuir a terra imediatamente para a comunidade poder resistir de forma coletiva a qualquer tipo de repressão, tomada por mutirões uniu a todos no território. Pensando no contexto de ditadura militar e todo o planejamento feito para não dispersar a população (resistência aos paramilitares e jagunços). As áreas de loteamento que alguns fazendeiros já haviam se apossado.

A Caritas e a Diocese de Nova Iguaçu apoiavam o assentamento, o MST só chegou depois porque ainda estava se organizando, chegando no ano de 1985. Através dos grupos de desempregados apoiados pela Caritas, esses desempregados começaram a se reunir encontraram com o mesmo histórico de passado rural, e desejaram se juntar e tentar a posse de terra. Esse movimento foi tão forte que seguiu de exemplo para outros, como o assentamento de Marapicu que nasceu em 1985 e outros durante a década de 1980, a decisão já era da população e depois chegou o apoio da igreja pela CPT.

Após 1985 começou-se a ver alternativas direcionadas ao pequeno agricultor e assentados pelo Plano Nacional de 1985 na Nova República. Cada estado tinha verba para montar seu programa de assentamento em 1988. Após mudanças de governo as discussões de assentamento foram abafadas só sendo retomadas em 1991. Em Nova Iguaçu como um todo,

mas, não existia um trabalho focado só no assentamento de Campo Alegre como ocorreu em seu início.

Projetos de microbacias foram criados na década de 1990 e aos poucos surgiram projetos que demonstravam uma conquista social como o Projeto de Crédito Especial e Reforma Agrária (PROCERA/1992) começou-se o rural alternativo. Apesar de já existir alguma atividade trazida por pessoas que tinham relação com a UFRRJ. As alternativas na lavoura eram para dar solução de baixo custo às plantações. As ideias de baixo custo foram crescendo, e o objetivo foi caminhar nesta direção até o encontro com a EA trazida de Campos (tinha algo parecido em Campos porém voltado ao trabalho com plantas medicinais)

Em 2007 a prefeitura assumiu o projeto da EA e não permitiu a EMATER e a CPT de se envolverem, apenas em 2008 o escritório da EMATER participou como palestrante e em 2009 assumiu por completo a questão metodológica e a CPT a questão administrativa, o curso foi levado para a Catedral e formatou-se o curso que se apresenta hoje deixando a transição e assumindo a agroecologia com diversas parcerias.

O início das feiras se deu em 2004, como mercado produtor no galpão da Associação Rural, outras iniciativas tinham ocorrido para o estabelecimento das feiras contudo não foi perpetuada. No governo de Lindberg encerrou em abril de 2005 o mercado com o modelo de feira, no princípio seria uma reforma no local da feira, porém a feira nunca voltou a ocupar este espaço. Através da visibilidade promovida pelo Fórum Mundial de Educação para a agricultura através da feira que foi colocada no evento. Em setembro 2006 foi liberada a Praça Rui Barbosa para a Feira da Roça conforme é possível encontrar na atualidade, depois de muita resistência dos agricultores com o Conselho de Políticas Públicas. Nos municípios vizinhos repercutiu-se a história da Feira da Roça e foram se propagando. Em 2011, a Ministério de Desenvolvimento Social forneceu barracas e o caminhão. A Feira da Roça contempla diversos alunos e ex-alunos da escolinha e a EA estão juntas, dando um fator de potencialidade na expressão de identidade rural na região periurbana de Nova Iguaçu.

---

Assentada de Marapicu

Nascida em Sergipe, em 1964 veio para o Rio de Janeiro trabalhar na casa de um militar que não era a favor da ditadura. Engajou-se no PT no desaparecimento de um irmão. Decidiu-se morar em 1970 em Nova Iguaçu, o objetivo era voltar a trabalhar na terra.

Nos anos 1980 ocuparam Marapicu, Luis Fernando ajudou com os conhecimentos do exército, com conhecimento de área. Depois do decreto de ocupação de 1984 de Campo Alegre, descobriu-se que Marapicu era uma fazenda federal, área rural. Com o apoio de Brizola foi grande a reforma agrária devido sua experiência no sul. Nenhuma ocupação foi pacífica só que diferente de Campo Alegre que teve apoio da Justiça. Homens que sabiam o que estava fazendo a frente.

Em 1985 Marapicu ocupou-se o território e exigiu-se a documentação, só conseguiram pela luta política ficar ao lado de Campo Alegre, mas na questão de negociação da terra a fazenda Boa Vista pertencia ao Banco Nacional de Habitação (BNH) e o governo do Estado não poderia liberar as terras. Existem relatórios descrevendo a ocupação escrito por olheiros a ocupação de Marapicu conforme é possível encontrar no arquivo pessoal da assentada. Pelo Plano Diretor atual de 2010 transformando o bairro para Ipiranga.

A organização do assentamento de Marapicu recebeu o INCRA para abrir processo de desapropriação em Brasília no ano de 1987. Paralelo a este problema de regularização, estava ocorrendo um desmonte no assentamento de Campo Alegre, vendas de loteamentos irregularmente, e as lideranças começaram a entrar em atrito e foram formadas regionais com associações em 1986 como reação ao processo de loteamento e em seguida ocorreu o apoio do estado a esta resistência contra a corrupção. As parcerias que surgiram na década de 1990, foi realizada pela ponte da igreja católica com o financiamento da Itália. A prefeitura e o estado não mantiveram apoio nas décadas seguintes, inclusive extinguindo-se as áreas rurais para áreas consideradas de baixa densidade populacional com o objetivo de encerrar os processos de emancipações de Nova Iguaçu, numa política de expansão urbana.

Em 1997 buscou-se o processo de desapropriação no INCRA para Marapicu que estava até então arquivado e por se tratar de uma área que não era rural devido a alteração do Plano Diretor. Mesmo não tendo a agricultura rural a agricultura familiar permaneceu e encerrou todos o financiamentos rurais. Só em 2006 foi revertida a situação com o retorno das áreas rurais com o apoio da Caixa Econômica Federal, CPT, EMATER e INCRA. Desde 2002 o movimento dos assentados estava trabalhando pelo título de propriedade dos loteamentos em Marapicu para 62 famílias.

Marapicu foi um grande foco de resistência, o homem foi para plantar, sobreviver e viver na roça.

## Anexo C - Documento de sistematização da Escolinha de Agroecologia

### UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO NA BAIXADA FLUMINENSE – A ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU

*Maria Conceição Rosa (Mariella)<sup>1</sup> - Emater-Rio.*

#### 1 – Contexto da Experiência

Na região da Baixada Fluminense há predominância de agricultores familiares, sendo que na área de abrangência da Escolinha de Agroecologia cerca de 50% são oriundos de movimentos de ocupação organizada, alguns gerando projetos oficiais de assentamento. Note-se que os movimentos de ocupação na região são de duas épocas: início dos anos 60, com forte atuação das Ligas Camponesas, e início da década de 80, com a abertura política e a crise econômica que gerou razoáveis índices de desemprego. Nesse contexto, diversos desempregados urbanos, percebendo-se de origem rural (muitos oriundos da região Nordeste, Norte Fluminense, Minas Gerais e Espírito Santo), viram no retorno à terra um meio de viabilização econômica. Esses movimentos resgataram para a agricultura extensas áreas que teriam sido em poucos anos totalmente loteadas, caso não tivessem sido ocupadas.

Além desses movimentos de ocupação, a região é composta historicamente com predominância de posseiros e pequenos estabelecimentos rurais.

A intensa aglomeração populacional dos centros urbanos próximos tem relegado o setor rural a uma grande ausência de políticas públicas.

A produção em bases sustentáveis, além de ser importante para a viabilidade econômica e social do setor rural e para os consumidores, toma especial dimensão nesta região, tendo em vista boa parte das áreas rurais estarem localizadas em entorno de áreas de proteção ambiental. Além do mais, práticas de transição agroecológica vêm sendo adotadas há vários anos na região, fato este favorecido pelo baixo poder aquisitivo dos agricultores locais, pela dificuldade de acesso às grandes fornecedoras de insumos sintéticos, pela estrutura fundiária e pela proximidade com o consumidor, que influencia na busca de qualidade pelo produtor. A instalação de uma Feira da Roça em 2006, antiga reivindicação dos agricultores atendida pela Prefeitura de Nova Iguaçu, deu mais visibilidade à produção local, ao mesmo tempo em que valorizou os produtos obtidos de forma mais “natural”.

#### 2 - Histórico da Escolinha de Agroecologia

A iniciativa de promover a Escolinha de Agroecologia foi da CPT- RJ – Comissão Pastoral da Terra - Regional Baixada Fluminense, baseando-se em experiência similar desenvolvida na região norte do Estado do Rio de Janeiro. Iniciou em 2007, em parceria com a Prefeitura de Nova Iguaçu. Ao longo de seus 4 anos, as parcerias foram aumentando: a EMATER-Rio participa com instrutores e compartilha a coordenação com a CPT, cabendo à EMATER a coordenação técnico-pedagógica e à

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma da EMATER-RIO. Escritório local de Nova Iguaçu. E-mail – [eslocni@emater.rj.gov.br](mailto:eslocni@emater.rj.gov.br)

CPT a coordenação administrativa; a EMBRAPA Agrobiologia cede instrutores e recebe todos os anos os alunos da Escolinha para uma visita à sua fazenda experimental; a PESAGRO Olericultura também recebe os alunos em visitas técnicas; a UFRRJ apoiou a Escolinha cedendo ônibus para algumas visitas técnicas, além de instrutores; as Secretarias de Agricultura de Japeri e Queimados cedem suas kombis para o transporte de alunos; o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – viabiliza as atividades da Escolinha através de apoio financeiro, assim como as ongs CISV e ASPTA – esta última, com participação também de instrutores. A Escolinha também se integra ao projeto de Banco Comunitário de Sementes de Aduvos Verdes, do MAPA.

A experiência da Escolinha de Agroecologia foi apresentada em novembro de 2008 no Encontro de Agroecologia da Região Metropolitana, na UFRRJ, tendo tido grande repercussão, e em 2009 foi umas das 5 experiências selecionadas no Rio de Janeiro para ser apresentada no Seminário Regional de Construção do Conhecimento Agroecológico, realizado em Viçosa em outubro de 2009.

Em agosto de 2009, a experiência recebe o prêmio Baixada, na categoria Meio Ambiente, do Fórum de Cultura da Baixada Fluminense. O prêmio destaca pessoas ou experiências com significativa contribuição para diversos temas na Baixada Fluminense, o que contribui para a visibilidade da experiência e abre as portas para novas parcerias.

Em dezembro de 2010, a Escolinha recebe o prêmio destaque ambiental do CREA-RJ.

### 3 - Âmbito da Intervenção e beneficiários.

A Escolinha de Agroecologia vem aumentando a abrangência de sua intervenção a cada ano. Em 2007 e 2008, ficou restrita a alunos do município de Nova Iguaçu, com predominância da comunidade de Marapicu. Em 2009 atinge alunos dos Municípios de Nova Iguaçu (9 comunidades rurais), Queimados (2 comunidades rurais), Japeri (4 comunidades rurais), Mesquita e Belford Roxo. Em 2010, seus alunos são oriundos de Nova Iguaçu (8 comunidades), Japeri (4 comunidades), Queimados (3 comunidades), Paracambi (2 comunidades) e Duque de Caxias (1 comunidade).



*Municípios de origem dos alunos da Escolinha de Agroecologia em 2010 e 2011*

A partir de 2012, a experiência começa a ultrapassar as fronteiras dos municípios mais próximos a Nova Iguaçu, e começa a atrair alunos do Rio de Janeiro, Magé, Paty do Alferes, Nova Friburgo e Teresópolis.

O público beneficiário é composto prioritariamente por agricultores, mas também participam agentes de pastoral, ambientalistas, técnicos de prefeitura e estudantes de ciências agrárias. Há equilíbrio entre a participação de homens e mulheres

Dentre os alunos, existe um número considerável de lideranças de associações de agricultores e de membros de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Essa composição não foi buscada propositalmente, mas quando se abrem as inscrições, quem frequenta as reuniões de Conselho ou de Associações tem mais oportunidade de ficar sabendo que a Escolinha vai acontecer.

Também é importante ressaltar que há entre os alunos um número considerável de participantes das Feiras da Roça de Nova Iguaçu, Queimados e Japeri.

#### **4 - Temas e Metodologias**

A grade horária e os temas a serem abordados são decididos entre os parceiros promotores da Escolinha. Entre os temas estão: Introdução à agroecologia; Manejo ecológico do solo, práticas conservacionistas, adubação verde, compostagem e substratos alternativos para sementeiras; vermicompostagem; águas – conservação e legislação; visão crítica sobre história dos agrotóxicos e transgenia; identificação de pragas e doenças das plantas; métodos alternativos de controle de pragas e doenças; sistemas agroflorestais; homeopatia aplicada à agropecuária; piscicultura; criação de aves semi-confinadas; saneamento rural, entre outros. Procura-se mesclar aulas teóricas (ilustradas com vídeos de curta duração e apresentações digitais) e práticas, com demonstrações de método e excursões.





Todas as etapas são fotografadas, e as fotos das aulas práticas são utilizadas depois em sala de aula para suscitar debates sobre as mesmas. Para cada tema há uma ou mais apostilas correspondentes, preparadas para o evento ou aproveitando materiais didáticos já existentes dos diversos parceiros.

As aulas têm periodicidade quinzenal e duram 6 horas cada, com intervalo para almoço, que é fornecido pela própria Escolinha. Em média são 20 encontros anuais, perfazendo uma carga horária de 120 horas.

A partir de 2010, introduziu-se a obrigatoriedade de apresentar um “trabalho de conclusão de curso”, ou seja, cada aluno - ou grupo de alunos - deve experimentar em sua propriedade uma das práticas agroecológicas discutidas durante o ano, cujo resultado será trazido para debate no mês de dezembro. A escolha do tema é livre e deve ser feita até meados do mês de julho. A forma de apresentação também é livre, e com este trabalho pretende-se fomentar a troca de experiência entre os alunos.

É exigida frequência mínima de 50% para obtenção de certificado de conclusão de curso, sendo que é obrigatória a presença nos segmentos de Introdução à Agroecologia e Manejo Ecológico do Solo, trabalhados no início do ano letivo, sem o que o certificado não é fornecido, mesmo alcançando o índice mínimo de frequência.

## **5 – Avaliação de Resultados até o Momento:**

Muitos resultados só serão mensuráveis nos próximos anos. Mas já é possível perceber que a Escolinha de Agroecologia vem cumprindo com seus objetivos. Novos produtos que vem aparecendo nas feiras da roça, tais como ovos e húmus de minhoca, a constatação de produção de húmus e composto em algumas propriedades rurais, o apoio que ex-alunos têm dado aos vizinhos no sentido de orientá-los em determinadas práticas, além da adoção destas em suas propriedades, o próprio discurso dos produtores ao descrever seus produtos aos compradores, tudo isso demonstra uma inserção num outro modo de produção que não o convencional. Nas feiras da roça, é comum os produtos serem apresentados como “produzidos sem agrotóxicos, de forma natural”, o que sem dúvida chama atenção sobre eles. Na Feira da Roça de Queimados, iniciada em 2010, metade dos produtores são alunos ou ex-alunos da Escolinha, e isto sem dúvida gerou uma confluência de objetivos e de modos de ação que não precisaram ser previamente combinados, simplesmente

aconteceram. E de forma geral, pode-se dizer que há um resgate em termos de auto-estima e identidade rural.

Há também depoimentos de agricultores que abandonaram o uso de herbicidas. Este é o depoimento de Maria Bethânia, agricultora do Marapicu, sobre o marido: *“O Ronaldo sempre usou round-up como água, usava veneno de vários tipos de qualidade. Chegou a ficar doente, ninguém sabia o que ele tinha e depois ele aceitou que era o excesso de round-up no corpo. Depois de assistir as aulas de homeopatia, se libertou de todos esses venenos. Não usa mais. Começamos a usar compostagem, e isso é um ponto muito positivo, pois não foi fácil mudar aquela cabeça. Antes estávamos tão habituados a comprar aqueles produtos que tínhamos até ficha na loja, mas agora ele não quer nem saber, o negócio dele é agroecologia e biodiversidade. Isso é importante colocar, que é estar libertando o produtor dos ‘defensivos agrícolas’. Pra mim foi uma vitória.”*

A abrangência da experiência em termos de número de comunidades atingidas e a frequência de um bom número de alunos – com uma participação bastante equilibrada de homens e mulheres, sem interrupção, vem garantindo a formação de multiplicadores, o que faz esperar um bom impacto nos próximos anos, amadurecendo o processo de transição agroecológica ora em curso. O efeito multiplicador foi detectado em diversas comunidades, onde os alunos da Escolinha vão trocando seus conhecimentos com os vizinhos. Sobre alguns produtores da comunidade de Marapicu que nunca freqüentaram a escolinha e começaram a diminuir o uso de agrotóxicos, Maria Auxiliadora, presidente da Associação, diz: *“foi de tanto a gente falar, falar e falar, e dizer dos prejuízos à saúde”*. Na verdade, um curso de longa duração e com assuntos concatenados, com intervalos razoáveis entre uma aula e outra, propicia a consolidação de conceitos e dá tempo de favorecer a experimentação e o retorno desta, fazendo com que o aluno não seja apenas “convencido”. A Escolinha procura trabalhar com conceitos básicos e incentivar experimentação e busca de soluções a partir da criatividade de cada agricultor participante. Isso faz com que cada um de fato se aproprie dos conhecimentos agroecológicos e seja uma testemunha de suas vantagens.

A participação de um número considerável de lideranças de associações de agricultores e de conselheiros municipais de desenvolvimento rural, além dos participantes da Feira da Roça, é um fator que potencializa o alcance da experiência. O produtor Claudino Nicolau, de Vista Alegre (Queimados), que preside a Associação da Feira da Roça de Queimados, disse: *“Estou usando o que tenho aprendido no curso lá dentro do meu sítio, estou trabalhando direto sobre vários assuntos que foram ensinados na Escolinha. Eu tenho feito a divulgação (da Escolinha) entre as pessoas que eu conheço, e venho comentando sobre as coisas que venho aplicando, e muitos tem se interessado em participar da Escolinha no ano que vem”*.

Uma das preocupações dos promotores era se a metodologia empregada, na forma de “aulas”, não estaria impedindo a comunicação entre os alunos, de forma a impossibilitar a troca de saberes entre eles. Durante as reuniões de avaliação, ficou claro que a troca está acontecendo, independentemente do formato da “aula”. Escambo de mudas, sementes, animais, vem sendo frequentes, e o uso de práticas por um agricultor vem animando os outros a também usarem a mesma prática.

A participação de pessoas de tantas comunidades rurais diferentes está provocando não só a troca de saberes agroecológicos, como também a troca de experiências sobre associativismo e participação em conselhos municipais. Os alunos estão se apropriando, além de uma visão agroecológica, de uma idéia geral de território. Aproveitam todos os momentos possíveis para esta troca: intervalos, hora de almoço, hora de perguntas. Visitas entre alunos, fora do horário ou atividades da Escolinha, já se notam., tanto com objetivo de conagração como também com o intuito de troca de serviços e apoio nas tarefas do sítio.

A partir de 2012, nove alunos se integraram a grupos de agricultura orgânica, inserindo-se em processos de certificação através de SPG.

## **6 – Quantidade de alunos capacitados**

Em média, matriculam-se na Escolinha cerca de 60 alunos por ano. Sendo um curso de longa duração, há evasões esperadas, de forma que a partir de julho consolida-se um grupo quem, média, vem sendo de 38 a 40 alunos, que costuma ir até o fim. Apesar de ser uma taxa de evasão razoável, de alguma forma há influência da Escolinha sobre os desistentes também, pois quase todos chegam a freqüentar o módulo de Introdução à Agroecologia e de Manejo Ecológico de Solo, o que já leva a mudanças de paradigma.

Na tabela abaixo, encontra-se o número de alunos que concluíram o curso.

Ano	Nº de alunos que concluíram o curso
2008	26
2009	43
2010	30
2011	44
2012	38
TOTAL	181